

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Instituto de Geociências  
Programa de Pós-graduação em Geografia  
Mestrado em Geografia**

**REGIÃO:**

**LEITURAS POSSÍVEIS DE MILTON SANTOS**

**Thiago Macedo Alves de Brito**

**Belo Horizonte  
Junho de 2007**

**Thiago Macedo Alves de Brito**

**REGIÃO:**

**LEITURAS POSSÍVEIS DE MILTON SANTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa.

**Belo Horizonte  
IGC – UFMG  
2007**

Dissertação intitulada “Região: leituras possíveis de Milton Santos”, de autoria do mestrando Thiago Macedo Alves de Brito, apresentada à banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa (Orientador) – IGC

---

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa – CEFET

---

Prof. Dr. Geraldo Magela da Costa – IGC

Belo Horizonte, 28 junho de 2007.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Cássio Eduardo Viana Hissa, pela orientação deste trabalho.

Aos demais membros da banca de exame de qualificação, Profa. Doralice Pereira e o Prof. Geraldo Magela da Costa, pelas pertinentes sugestões ao trabalho.

Ao Prof. José Geraldo, pela aceitação em participar da banca de defesa desta dissertação.

A minha mãe, pelo amor incondicional em todas as etapas da vida.

Ao meu pai, meu verdadeiro mestre na árdua tarefa de viver na complexidade do mundo.

A minha esposa Regina, pelo carinho e amor, mesmo nas horas difíceis.

A Maria Ribeiro e a Eliana Amarante, pela leitura atenta e oportuna dessa dissertação.

Ao grupo de estudo sobre a (re)produção do espaço, pelo acolhimento e pelos debates profícuos que tanto me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Ao departamento de Pós-graduação em Geografia, sempre solícito aos meus pedidos.

*“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado”*  
(Milton Santos, em *Pensando o Espaço do Homem*).

## RESUMO

A presente dissertação contém uma reflexão sobre o conceito de região, na obra do geógrafo Milton Santos, contido no movimento que vai do universal ao particular. Para sua realização, tornou-se necessário compreender sua crítica a geografia regional, cujo método refere-se primeiro a regularidade empírica dos fenômenos regionais, para só, posteriormente, alcançar o universal. A sua crítica teórica e metodológica propõem uma inversão no método, ressaltando a importância de se recorrer, no movimento de totalização, inicialmente ao universal, para depois chegar à região, ao particular. A elaboração do conceito de região é precedida pelo entendimento da atual estrutura do mundo contemporâneo, que Milton Santos denomina de período técnico-científico-informacional. Para se chegar ao conceito de região nesse período, o geógrafo utiliza-se dos conceitos de desenvolvimento desigual e de divisão internacional do trabalho, fatores importantes na diferenciação entre as regiões, assim como na formação socioespacial, em que o modo de produção entra em contato com as diversas realidades regionais. A região em Milton Santos é concebida, em princípio, como funcional em relação ao modo de produção global, que dá sentido a sua realidade interna. Isso não significa que cada região não tenha suas particularidades. Pelo contrário, no desenvolvimento de sua obra, Milton Santos chega ao conceito de lugar, que abrange tanto um espaço de determinações externas, quanto um espaço de solidariedade, de vivências internas. Região e lugar se identificam na cidade, onde há o encontro e o desencontro de múltiplos vetores da modernidade, no teatro das ações humanas. Desse modo, na cidade, Milton Santos se encontra com a dialética do global e do local, com a totalidade das relações socioespaciais. Construída no movimento que não omite a relevância das particularidades do lugar ou da região.

Palavras-chave: Milton Santos; região; lugar; cidade; espaço; totalidade.

## **ABSTRACT**

This dissertation presents a reflection about the concept of region in the work of the geographer Milton Santos. Santos' concept runs from the universal to the particular. To accomplish this goal it was crucial to understand his critique to regional geography, which departs from the empirical regularity of the regional phenomena to eventually reach the universal. Santos proposes an inversion in the method, i.e., to initiate from the universal to arrive at the particular. The development of the concept of region is preceded by an analysis of the current structure of the contemporary world, which Milton Santos calls technician-scientific-information period. To achieve the concept of region for this period, the geographer uses of concepts of unequal development and of international division of labor. These are key factors for regional differentiation and social-spatial formation, in which the mode of production touches the diverse regional realities. The region for Milton Santos is conceived, in principle, as functional to the global production mode, which imprints sense to its internal reality. This does not mean that each region does not have its particularities. Quite the opposite, in the development of its work, Milton Santos arrives at the concept of place, that includes a space of external determination and a solidarity space, of internal experiences. Region and place embodies themselves in the city, where multiple vectors of modernity encounter and miss each other in the realm of the human action. Therefore in the city Milton Santos deals with the dialectic of the global and the place, with the totality of the social-spatial relations built as movement that does not loose the relevance of the specificities of place and region.

Key-words: Milton Santos; region; place; city; space; totality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1:</b> <b>Geografia Geral e Geografia Regional: o debate metodológico e suas influências na construção do conceito de região</b> .....	18
1.1. As origens da distinção entre geografia geral e geografia regional .....	20
1.2. O historicismo no pensamento geográfico: o reforço da dicotomia .....	32
1.3. O método em Milton Santos e a crítica à geografia regional .....	52
<b>CAPÍTULO 2:</b> <b>Do Universal para o Particular: a formação do conceito de região</b> .....	63
2.1. A globalização e o meio técnico-científico-informacional .....	65
2.2. A divisão internacional do trabalho e a formação socioespacial .....	85
2.3. O desenvolvimento desigual: a caminho do conceito de região .....	98
<b>CAPÍTULO 3:</b> <b>A Metamorfose do Conceito de Região</b> .....	105
3.1. A região segundo Milton Santos: uma síntese .....	107
3.2. Os sentidos da produção segundo Henri Lefebvre e sua importância na concepção de região .....	122
3.3. A metamorfose da região em lugar na obra de Milton Santos .....	126
3.4. A cidade: o espaço de confluência da região e do lugar .....	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	158



# **INTRODUÇÃO**

O objetivo principal desta dissertação é refletir sobre a categoria região, tomando como referência as contribuições da obra do geógrafo Milton Santos. Nela, essa categoria assume um caráter peculiar, fruto de um movimento que vai do universal — das características gerais do mundo globalizado — ao particular, quando as referidas características entram em contato com as especificidades regionais. O conceito de região em Milton Santos se origina no seu constante diálogo teórico com os diferentes ramos do conhecimento e, também, com as diferentes concepções dentro da tradição teórica e metodológica da geografia.

A elaboração do saber científico é embasada em algumas categorias, cujos conceitos próprios auxiliam e fundamentam a análise do objeto específico de cada disciplina, servindo de suporte para uma leitura objetiva do mundo. Pretende-se, assim, que as categorias sejam usadas como instrumento de análise objetiva da *realidade*. No entanto, essa objetividade imposta pelas categorias é relativa, uma vez que sua elaboração, como a de seus diferentes conceitos, passa pela visão de mundo do sujeito, que produz o saber científico. Dessa maneira, o indivíduo elabora categorias e conceitos que não são independentes da sua experiência histórica, impossibilitando a sua plena objetividade na leitura do mundo.

Contribuição importante para uma reflexão sobre categorias encontra-se em Hissa (2001). Ele considera que elas são pontes que facilitam o conhecimento do objeto pelo sujeito, mediações importantes para a compreensão do mundo. As

categorias são constituídas de significados e conteúdos, ou seja, de conceitos<sup>1</sup>. Na visão desse autor, a ciência moderna, ao dividir as diversas disciplinas em saberes estanques, acabou restringindo as categorias e seus conceitos a cada campo circunscrito do conhecimento, gerando, conseqüentemente, ciências estanques que correspondem a uma visão fragmentada do mundo (HISSA, 2001)<sup>2</sup>.

Para que haja uma reestruturação do pensamento geográfico através de um maior investimento teórico, deve-se admitir a necessidade de transgredir suas próprias fronteiras, possibilitando, então, um diálogo transdisciplinar e, portanto, de maior circulação das informações e do saber. Seria arriscado, assim, reconhecer a existência de categorias próprias à geografia ou a qualquer outro ramo do conhecimento. As categorias são, por natureza, móveis, migram a todo o momento entre os saberes.

Milton Santos (1997), de certo modo, reforça a necessidade de se delinear as fronteiras da geografia, desenvolvendo a idéia de que existem categorias próprias, internas à ela, ligadas ao seu objeto fundamental — o espaço — e categorias externas a ela, de outras disciplinas, mas que servem de referência para a sua compreensão, como técnica, ação, universalidade, particularidade, totalidade etc. Entretanto, ao admitir que categorias como espaço, região, divisão territorial do trabalho, entre outras, são próprias à geografia e, por outro lado, admitir, também, a importância de categorias externas à disciplina que fundamentam a compreensão do *espaço geográfico*, em tese, confirma a “[...]”

---

<sup>1</sup> Parte-se do pressuposto, nesta dissertação, de que as categorias são símbolos, signos que representam objetos do conhecimento e que, por isso, não podem estar circunscritas às disciplinas, pois perdem o seu caráter emancipatório de circulação entre os saberes. Já os conceitos são considerados como o conteúdo, o significado contido no símbolo, na categoria. Dessa maneira, a região seria uma categoria, representativa no saber geográfico, que contém, em si, uma gama de conceitos elaborados ao longo do pensamento não só geográfico, mas também econômico, sociológico, político etc. Entre eles, destaca-se a contribuição de Milton Santos.

<sup>2</sup> Sobre as categorias e conceitos na geografia, consultar Hissa (2001), e na filosofia, consultar Abbagnano (2000).

interdependência conceitual existente na compreensão do conhecimento” (HISSA, 2001, p. 55), e a impossibilidade teórica de se elaborarem categorias circunscritas somente a um campo específico do conhecimento.

Mesmo reconhecendo que a categoria região não seja exclusiva da geografia, não há dúvida de que ela tem sido trabalhada mais sistematicamente pela referida disciplina. Não seria exagero afirmar que a discussão teórica sobre a categoria região implica a reflexão sobre a própria identidade da geografia. Portanto, se faz necessária uma breve introdução acerca da noção de região, ao longo da história do pensamento geográfico, e de outros saberes que refletiram sobre o tema.

O conceito de região sempre esteve ligado à diferenciação ou divisão da superfície terrestre em função de alguma particularidade ou singularidade da sua realidade física e/ou humana. Ao longo da história, porém, ela tem assumido diferentes significados. A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regência, regente e regra. Na Roma Antiga, era empregada no sentido de área administrativa e na Idade Média assumiu o significado de área de alcance do feudo. Com o surgimento dos Estados Nacionais deu-se a retomada do conceito regional da Antigüidade Clássica, descritivo e histórico (GOMES, 1995).

Na Alemanha moderna, com Ritter e Humboldt, inicia-se o processo de sistematização da disciplina e a categoria região surge como um conceito da ciência geográfica. Posteriormente, no final do século XIX, a partir da escola francesa, evolui a produção do conhecimento em geografia, enfatizando a discussão em torno da região geográfica, através das *monografias regionais*. Depois da Segunda Guerra Mundial, expandem-se, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, as técnicas quantitativas de análise regional, criando uma

expectativa de maior rigor científico ao tratar o espaço e a região (LENCIONI, 1999b).

Para contrapor os anseios de rigor e objetividade do pós-guerra, por volta dos anos 60 e 70, surgem os estudos da *percepção ambiental*, que encaminharam o conceito de região para o campo da fenomenologia, dando ênfase à carga subjetiva, individual, na percepção do espaço regional. Concomitantemente, com o surgimento da *percepção ambiental*, aparece a denominada *geografia crítica* que, sob forte influência do marxismo, impôs ao conhecimento regional uma concepção mais política e econômica, associada às transformações desiguais do espaço.

As mudanças epistemológicas desenvolvidas pela vertente *crítica* na geografia realçaram a importância de se criarem um objeto específico e um discurso próprio da disciplina — sua base teórica —, assim como ocorre na ciência moderna. A reformulação de sua epistemologia foi pautada, sobretudo, pelo conceito de espaço, considerado uma categoria de caráter mais universal, com o propósito de explicar o mundo *concreto*, a totalidade das relações sociais. Assim, as particularidades relacionadas com o conceito de região começaram a perder a importância que tinham na geografia clássica. O seu desenvolvimento teórico chegou a ser considerado como de relevância menor, em favor de uma categoria mais universalizante — o espaço — que passaria a catalisar os anseios da pesquisa geográfica (CASTRO, 1997).

Segundo Lencioni (1999b), o termo região tornou-se obscuro graças a quatro fatores fundamentais. O primeiro diz respeito ao discurso sobre a possível homogeneização do mundo cada vez mais *globalizado*. Segundo esse discurso, o espaço aparenta certa homogeneidade e as regiões parecem diluídas. O tempo acelerado do mundo globalizado, porém, acentua a diferenciação entre os eventos, aumentando as fragmentações do espaço e as fissuras da sua *pretensa*

homogeneidade. O espaço compartimentado tem, nas regiões e nos lugares, a sua resistência à homogeneização.

O segundo fator refere-se à relação intrínseca entre a região e o planejamento. Associa-se o insucesso dos planos de desenvolvimento regional no país ao descrédito do próprio conceito de região. A partir do momento em que os planos regionais, adotados pelo Estado, começaram a ser contestados pela opinião pública, ou mesmo desacreditados, a abordagem regional, que sustentava esses planos, passou a ser também colocada em cheque. Entretanto, o que ocorreu foi a instrumentalização política do conceito de região pelo Estado e o seu uso indiscriminado como forma de legitimação. Fato esse que não invalida, nem impede, uma reflexão teórica sobre a região, pelo contrário, ela é necessária para que os novos processos de planejamento possam, inclusive, receber instrumentos teóricos de qualidade, fortalecendo sua estrutura metodológica e sua prática.

Quanto ao terceiro fator, Lencioni (1999b) cita a monotonia dos estudos regionais, repetitivos e enfadonhos, que se transformaram numa análise meramente descritiva. Tal generalização, porém, pode conter equívocos: nem todas as monografias regionais são enfadonhas e repetitivas.

E, finalmente, o quarto fator acontece, segundo Lencioni, quando a geografia passa a ser considerada uma ciência social, fazendo da natureza e da sociedade dois objetos *independentes* e *distintos*. A região geográfica — na perspectiva da escola francesa, o lugar onde se encontram e interagem os fenômenos físicos e sociais — perde sua importância analítica central. Reforça-se, assim, a segmentação entre a geografia física e a geografia humana e a categoria região perde a sua importância para outras, como o território e o

lugar<sup>3</sup>. Mas tal divisão não é uma constante no campo epistemológico do conhecimento geográfico. Muitos geógrafos, inclusive Milton Santos, partilham da idéia de que a natureza transformou-se em natureza social, modificada pelo homem através do trabalho. A *natureza natural* já quase não existe mais devido ao alto grau de interferência humana sobre ela. Dessa maneira, seria configurada uma natureza: a *natureza humana*.

Deve-se salientar, contudo, que, embora a região não tenha mais a mesma relevância que lhe atribuía a escola francesa do início do século XX, como objeto primordial da geografia, ela ainda é uma categoria de extrema importância para a compreensão do mundo atual, onde se destacam as desigualdades sociais e as diversidades regionais. O seu possível descrédito só aumenta a responsabilidade de descobrir, e até mesmo de construir, novos conceitos para a categoria região. Com esse propósito, surgiu a motivação e o interesse desta dissertação em buscar, na geografia atual, mais especificamente na obra de Milton Santos, algumas reflexões acerca da importância da categoria região que pudessem esclarecer melhor o seu novo papel para a compreensão do mundo e para própria geografia.

Cumprasse assinalar que a escolha do pensamento do geógrafo e intelectual Milton Santos, para dialogar sobre a categoria região, deve-se, não só por se tratar de um expoente da geografia inteiramente preocupado com as metamorfoses do espaço na atualidade, mas, também, ao reconhecimento, em todo meio acadêmico, da sua excelência em tratar as questões referentes ao Brasil, ao movimento do mundo e, em particular, à geografia.

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que a síntese regional da geografia francesa, calcada na simbiose homem (cultura) e natureza, conferiu um papel mais relevante à própria natureza em detrimento da sociedade. O estudo da superfície terrestre, como La Blache denominava o objetivo da geografia, continha uma relação entre fenômenos físicos, biológicos e humanos, porém essa inclusão *cultural* não correspondia a uma geografia eminentemente humana. Ela somente abria um espaço, dentro dos conjuntos naturais da superfície terrestre, às relações sociais.

O objetivo central desta pesquisa é refletir sobre a região na obra desse autor, fazendo a releitura dos seus escritos a partir de 1971, ano da publicação de seu livro *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*<sup>4</sup>, até o ano de 2001, quando foi publicado *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*,<sup>5</sup> com o intuito de procurar, nos seus textos, contribuições que se referem à elaboração do conceito de região.

Refletir sobre a região em Milton Santos significa buscar as suas representações, suas idéias, perceber suas influências, indagar sobre seus conteúdos. Desse modo, investigar e examinar o percurso da elaboração do conceito de região em Milton Santos implica trazer outras obras de referência para o diálogo teórico e metodológico, almejando, assim, concretizar o objetivo da pesquisa: a região em Milton Santos, contida no movimento da totalidade do universal ao particular. Assim, a dissertação começa com uma reflexão epistemológica sobre as origens da categoria região contida no debate metodológico entre geografia geral e geografia regional. Esse debate esclarecerá o caminho percorrido pelo autor na elaboração do conceito de região. Para ele, a região homogênea da escola francesa já não dá conta de esclarecer a realidade do mundo contemporâneo e, ainda, quando o método regional, também, perde sentido ao partir do específico, a região, em sua diversidade, em direção ao geral, o universal concreto, invertendo a ordem lógica pretendida pelo autor.

---

<sup>4</sup> O ano de 1971 foi o da edição desse livro na França, pronto desde 1968. Somente em 1978, a Editora Hucitec publicou-o no Brasil. Esse livro nasceu de uma necessidade do autor de contestar a geografia francesa mais tradicional que, até então, influenciara sua obra (SANTOS, 2002).

<sup>5</sup> É adotada essa escala cronológica porque ela corresponde à fase em que o autor mais se preocupou em desenvolver o caráter teórico da geografia, período mais fecundo de sua trajetória intelectual. Para Milton Santos (2002), a passagem dos anos 60 para os anos 70 significou a mudança de seu referencial teórico francês para uma perspectiva mais ampla, quando se inseriam não só as influências européias. Significou, também, seu engajamento numa perspectiva marxista, que já vinha aflorando nos Estados Unidos e num pequeno grupo na França. Em seu retorno ao Brasil, nesse período, Milton Santos se depara com uma vertente do pensamento geográfico que aliava o espaço à análise marxista, à *geografia crítica*, que teve seu ápice no encontro da AGB em Fortaleza em 1978. Entre os principais articuladores e intelectuais desse momento destacam-se: Manoel Correa de Andrade, Armando Corrêa de Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Roberto Lobato Corrêa, e, é claro, Milton Santos. Para saber mais sobre o impacto desse movimento na geografia brasileira, consultar Moreira (2000).



Em seguida, para que o conceito de região possa ser compreendido, é necessário estabelecer algumas premissas que possibilitaram a releitura da obra desse autor. Por conseguinte, reafirma-se uma perspectiva metodológica utilizada por Milton Santos: a construção teórica se faz dentro de um movimento dialético de totalização, que parte do universal em direção ao particular. A região, então, seria formada a partir de fatores externos, de atributos globais, exigindo para o seu entendimento a compreensão, *a priori*, dos processos gerais, universais, tais como: a globalização, o meio técnico-científico-informacional, a divisão internacional do trabalho, a formação socioespacial e o desenvolvimento desigual. Pretende-se, então, a partir dessa dimensão metodológica, encontrar uma síntese teórica através do conceito de região, conforme a concepção do autor, estabelecendo seus componentes estruturantes e seus conteúdos.

Refletir, contudo, sobre a categoria região e suas transformações segundo Milton Santos envolve, também, correlacioná-la a outras categorias espaciais. A todo o momento, em sua obra, a região aparece inter-relacionada com o espaço, o território, a paisagem e o lugar. Uma leitura dessas categorias, e de suas relações, possibilitará perceber melhor as similitudes e as diferenças existentes entre elas, segundo a própria concepção do autor. Mais ainda, possibilitará compreender a metamorfose do conceito de região em direção a uma representação, não só de uma *funcionalidade* externa, mas, também, da sua dinâmica interna, produzida a partir do mundo vivido, do lugar.

A região e o lugar encontram sua síntese na realidade das grandes cidades, as metrópoles, espaços de convergência e divergência dos vetores da modernidade, teatros de múltiplas identidades. O espaço das cidades é a arena possível para a emergência de alternativas ao discurso da racionalidade hegemônica. Na reflexão sobre a cidade, a dialética entre o local e o global não implica uma relação de predominância do universal sobre o particular. Segundo

Milton Santos (1997), o lugar é tanto espaço de uma razão local, quanto de uma razão global, convivendo dialeticamente na realidade das cidades.

## **CAPÍTULO 1**

**Geografia Geral e Geografia Regional: o debate metodológico e suas influências na construção do conceito de região**

**O** debate sobre a divisão metodológica da geografia em geografia regional e geografia geral é o ponto de partida desta dissertação. Essa questão tem sido debatida ao longo do desenvolvimento do pensamento geográfico e constitui um passo de fundamental importância para a formulação do conceito de região na obra de Milton Santos.

Entende-se que a possível separação da geografia nesses dois conteúdos requer do pesquisador uma postura metodológica que envolva, não somente, a ciência geográfica, mas, também, uma visão que extrapole seus próprios limites, considerando o debate filosófico entre processos de compreensão da realidade, entre essência e aparência, entre universalidade e singularidade, entre lógica formal e dialética. A reflexão sobre o método a seguir, se o regional ou o geral, relaciona-se com a categoria a que se quer referir, a região ou o espaço. Portanto, método e conceito formam pares indispensáveis no caminho do conhecimento.

O estudo da geografia, seguindo a divisão entre geografia regional e geografia geral, leva a dois caminhos *distintos*, constituídos por diferentes vertentes do pensamento geográfico que buscam entender, em grande medida, as relações espaciais, sejam elas únicas, singulares, homogêneas ou regidas por leis, modelos e sistemas. Em ambos os casos, a *realidade* complexa ficaria mais clara com o auxílio metodológico de ambos os caminhos.

Para o entendimento da pretensa cisão entre geografia regional e geografia geral, e o que isso acarreta à formulação do conceito de região na obra de Milton Santos, faz-se necessária uma breve incursão em direção às origens e razões dessa dualidade, conforme alguns expoentes do pensamento geográfico. Assim,

mais adiante, poder-se-iam inserir o debate metodológico e a influência dessa dicotomia na obra desse autor e apreender as sugestões dadas por ele para a superação do impasse.

### **1.1. As origens da distinção entre geografia geral e geografia regional**

Nos primórdios do pensamento geográfico, mais especificamente na Grécia Antiga, já se percebia a distinção do pensamento referente aos fenômenos telúricos. Tal distinção se dava entre aqueles fenômenos passíveis de princípios, de leis e generalizações e aqueles únicos, singulares, restritos a um tempo e espaço determinados.

Segundo Gomes, as cosmografias de Ptolomeu e as descrições de Estrabão constituíram os primeiros estudos caracterizados pela dupla tarefa de produzir imagens do mundo e de compreender sua organização, decifrando suas origens. A esse respeito, assim se manifesta o autor:

O modelo de Estrabão é considerado como histórico descritivo em oposição àquele de Ptolomeu, tido como matemático-cartográfico. Estes dois autores fundaram duas escolas da geografia, que conviveram lado a lado até a revolução científica. Certos geógrafos procuraram reunir ao mesmo tempo os princípios gerais cosmográficos e as descrições regionais corográficas, integrando assim, em uma mesma obra, essas duas abordagens até aí distintas. É então possível afirmar que existia já nessas tentativas de integração uma maneira de conceber a geografia como uma relação entre a organização geral do mundo e sua imagem, de um lado, e a fisionomia particular de algumas de suas partes, de outro. Esta concepção é talvez a origem da aproximação retida pelos manuais tradicionais de geografia moderna, que fazem figurar em geral uma cosmografia seguida de descrições regionais (GOMES, 1996, p. 130).

Essas duas concepções surgidas separadamente, sem influência, em princípio, uma da outra, tiveram somente na modernidade sua confluência. É certo que no século XIX os estudos geográficos, em sua maioria, tentaram unificar o conhecimento até então disperso entre cosmografias e cosmologias.

Deve-se a Bernard Varenius a primeira síntese científica baseada em uma sistematização de todo o material de observação e de fatos sociais que se acumulavam após as grandes descobertas geográficas (QUAINI, 1992). Esses fatos passaram a ser utilizados para explicar os fenômenos do globo em suas conexões causais. Varenius acreditava que a ciência geográfica deveria estar calcada na exploração crítica das observações da superfície terrestre, na definição e descrição dos fatos e de suas relações causais. Para Varenius, a função básica da geografia era estudar a superfície da terra e suas partes.

Na introdução de sua obra mais famosa, *Geographia Generalis*<sup>6</sup>, Varenius se referiu aos estudos das partes da terra como *geographia specialis*, porém, pouco desenvolvida em seu trabalho — à exceção do seu estudo sobre o Japão, trabalho que antecedeu a *Geographia Generalis*. Varenius denominava *geographia specialis* o estudo do caráter individual de uma área (ETGES, 2000). Percebe-se a construção de uma geografia regional em Varenius, sistematicamente organizada a partir de critérios ou grupos específicos, dependendo da realidade a ser estudada. Segundo Etges:

A discussão sobre uma Geografia Geral e uma Geografia Regional já estava presente em Varenius, quando ele afirmava que a *Geografia Generalis* não tinha sentido em si mesma, mas que ela abordava os fenômenos de forma tipológica, o que era simultaneamente uma preparação para a *Geographia Specialis*, na qual os resultados da *Geographia Generalis* seriam aproveitados (ETGES, 2000, p. 114).

---

<sup>6</sup> A obra *Geographia Generalis* de Bernard Varenius data de 1650. Sua publicação e disseminação devem-se muito a Isaac Newton, que, inclusive, a traduziu para o inglês. Varenius também influenciou, com sua obra, a geografia física de Kant (ETGES, 2000).

Em Varenius, a geografia especial e a geografia geral não conformariam uma dicotomia, mas, antes, duas partes mutuamente interdependentes de um todo (JAMES, 1972). Varenius estabeleceu o que nenhum pensador do seu tempo tinha feito, ou seja, uma relação intrínseca, causal, entre os escritos descritivos de características singulares e os que constroem leis ou princípios gerais, aplicáveis aos lugares indistintamente (ETGES, 2000).

Muitos geógrafos, porém, não hesitaram em estabelecer entre as duas um corte, uma divisão. O mesmo ocorria para a distinção entre geografia física e geografia humana: a primeira, mais próxima das generalizações, refere-se às ciências da natureza; já a segunda, relacionada às particularidades das ocupações humanas na terra, caracteriza-se pelo particularismo, o que Schaefer, posteriormente, chamou de *excepcionalismo*.

Conforme essa dualidade do saber geográfico, o conhecimento é concebido, de um lado, pela observação de fatos regulares que devem ser elaborados racionalmente, de abstrações mais gerais que proporcionam modelos, leis; de outro lado, a observação somente é possível a partir de casos singulares. Uma vez que eles nunca se repetem, não são, portanto, redutíveis a leis, normas, devendo, por isso, serem apreendidos somente em suas especificidades. Essas observações, contudo, não são válidas se cada uma for vista isoladamente, porque o estudo dos casos específicos, empíricos, é veículo necessário para as abstrações gerais e vice-versa. O mesmo pode-se dizer das abstrações gerais, fundamentais para o êxito dos estudos dos casos específicos. Ambas dependem uma da outra, para o êxito da reflexão e da análise do mundo.

Em síntese, o primeiro modelo, que consiste nas cosmografias, privilegiava uma conduta geral e científica e o segundo, ligado às corografias e amplamente inspirado no humanismo, valorizava as descrições regionais, dando ênfase à

história. O debate geográfico, considerando esses modelos, proporciona uma reflexão sobre a dicotomia entre geografia geral e geografia regional.

A partir do século XIX, tornou-se necessário à geografia não só circunscrever um campo disciplinar próprio como, também, tratar, de maneira sistemática, sua produção científica. Com efeito, observa-se, na base da revolução científica do século XVIII, a vontade dos estudiosos de substituir a metafísica por critérios que assegurassem a validade de seus métodos.

Nesse contexto, nomes como o de Alexander Von Humboldt e Karl Ritter são apontados como pais dessa geografia. Isso é senso comum na história do pensamento geográfico (MORAES, 1989). Ambos foram responsáveis pelos primeiros passos em direção à sistematização e à caracterização da geografia como ciência no caminho de se tornar moderna.

Quanto a Humboldt, ele retomou a perspectiva da análise descritiva a partir das observações diretas das viagens do século XVIII, associadas a permanentes comparações e raciocínios generalizantes. Sua preocupação era descrever cada fenômeno procurando relacioná-los com outros, formando uma cadeia lógica.

Humboldt soube colocar suas narrativas de viagens nos moldes da ciência, conduziu a descrição e a observação a uma relação direta entre fatores, estabelecendo relações causais. Desse modo, constituiu um modelo científico atualizado que dava corpo às pretensões da geografia.

Na opinião de Gomes (1996), o espírito eclético de Humboldt permitiu combinar, com perspicácia, as idéias do racionalismo iluminista com as idéias do romantismo alemão. No final da metade do século XIX, o romantismo e o irracionalismo foram severamente criticados pela ciência, que fazia *as pazes* com o racionalismo. Para não ficar à margem da ciência de seu tempo, Humboldt faz



um apelo às generalizações e às leis naturais em seu mais célebre livro, o *Cosmos*.<sup>7</sup>

Humboldt, sob a influência da filosofia de Schelling, concebe a natureza como um todo orgânico, como uma força criadora universal, ativa e eterna, que faz nascer dela a vida. O papel da ciência, para ele, é procurar os fatos recorrentes nas diversas partes do mundo para, então, reconstituí-los em forma de leis. É preciso, todavia, reconhecer que a busca metódica de Humboldt não se desvinculava da cosmografia no seu todo harmônico e equilibrado. Em outras palavras, ele não se desvinculava da poética da natureza.

Contudo, o pensamento desse autor é marcado pela dualidade: o discurso racional, formal e lógico, de um lado; e o poético e estético, de outro. Esse dualismo, porém, não apresenta descontinuidades. Humboldt não pretendia distingui-los, mas sim incorporá-los em sua visão de ciência.

Conforme assinala Moraes (1989), a proposta de Humboldt é claramente de integração desses dois fatores: o racional e o experimental, ambos mediados pela contemplação e pela intuição. Somente pela apreensão da paisagem pode-se vislumbrar uma conexão causal que generaliza os fenômenos em leis ou modelos. Dessa forma, a concepção de geografia em Humboldt comporta a sensibilidade, a intuição, a sistematização racional, a generalização, compondo o que ele mesmo denominou *empirismo raciocinado*, ou seja, associação da prática, do conhecimento empírico, com a abstração teórica.

A intuição, em Humboldt, é traduzida como a compreensão da paisagem do fenômeno, numa certa localidade, que contém uma forma subjetiva que combina a sensibilidade com a observação. Há, assim, uma articulação do

---

<sup>7</sup> *Cosmos, projeto de uma descrição física do mundo*, foi lançado originalmente em 1862, três anos após sua morte, em seus cinco volumes. Humboldt começou a trabalhar em sua escrita em 1833 e trabalhou até sua morte em 1859. Sua obra influenciou geógrafos, naturalistas, botânicos, químicos, zoólogos, geólogos etc. (RICOTTA, 2003).

percebido subjetivamente com o concebido racionalmente. A impressão da paisagem é, contudo, carregada de estética. Para Humboldt, o estudo deve caminhar da inspiração para a razão (MORAES, 1989). Essa interpenetração leva a crer que Humboldt não incompatibilizava a separação entre o mundo do intelecto e o mundo do sensível. Para ele, ambos são processos constituídos a partir da apreensão e reflexão da realidade exposta na paisagem. A causalidade na natureza introduz o nexos fundador da articulação entre o mundo interior e exterior, pois possuiu objetividade externa ao sujeito, mas depende da subjetividade dele para ganhar vida.

Em seu método, Humboldt combina a observação e a medição, a descrição e a elaboração indutiva e a comparação e a generalização: um processo que articula a diversidade à unidade e a individualidade à universalidade. “Essa proposta de método culminaria com a generalização, o estabelecimento de leis da distribuição espacial dos fenômenos da superfície terrestre” (MORAES, 1989, p. 117).

A propósito, eis a síntese do pensamento de Humboldt, apresentada por Gomes:

A obra de Humboldt apresenta-se atravessada ao mesmo tempo por uma concepção inspirada na *Naturphilosophie*, em que a natureza é susceptível de encontrar uma ressonância com o sentimento objetivo daquele que a contempla, e por uma concepção científica, na qual a natureza é concebida como um conjunto lógico, podendo ser explicada a partir de generalizações da dinâmica entre seus diversos elementos (GOMES, 1996, p. 157).

O mesmo pode-se dizer sobre a concepção regional e geral da geografia de Humboldt. Alguns autores, como Schaefer, consideram que a obra desse autor é essencialmente generalizante, sistemática e à procura de leis gerais. Para outros, como Hartshorne, o que ficou da obra de Humboldt foram seus escritos

descritivos e suas caracterizações regionais. Como foi mencionado, para ele, essa distinção não era tão importante; a geografia continha a descrição dos lugares apoiada pela intuição, pela subjetividade e, sua sistematização, apoiada pela racionalização. Pode-se perceber, em várias passagens do *Cosmos*, sua preocupação com a sistematização, com os princípios gerais apreendidos pela causalidade entre os fenômenos dos diversos lugares; em suma, sua concepção sistemática<sup>8</sup>.

Todavia, do *Cosmos* não se pode extrair uma idéia explícita de geografia que relacione o homem com o meio ambiente. Humboldt dedicou seus estudos à classificação da ciência mais como uma cosmografia do que como uma geografia. O máximo que se pode dizer é que, ao tratar dos fenômenos telúricos, ele ajudou a constituir uma geografia física, calcada tanto nas descrições regionais quanto em sua sistematização, mas não na construção de uma geografia humana regional (MORAES, 1989).

Em sua construção metodológica, Humboldt argumentava que caberia ao geógrafo partir do local para, posteriormente, compreender o global. Sua geografia incorpora, assim, a perspectiva corográfica, a correlação entre os fenômenos locais e os de outras regiões, mesmo que constituindo uma geografia humana.

Moraes (1989) salienta que, nos estudos sobre o Reino da Nova Espanha, Humboldt estabeleceu as bases para uma geografia regional moderna, para uma geografia humana calcada na descrição da ocupação humana no espaço. Esse seu estudo, porém, não foi considerado geográfico pelos seus sucessores, pois se tratava, segundo eles, de um estudo *apenas* político.

---

<sup>8</sup> Cabe salientar que Humboldt não conseguiu realizar a proposta de integração por ele concebida. Seus trabalhos descritivos não chegaram a generalizações, e seus planos de exposição nunca alcançaram o sintético das relações fenomenais; o máximo que conseguiu foram relações dualistas entre os fenômenos. É importante destacar, também, que as descrições empíricas de Humboldt, segundo Moraes (1989), exerceram maiores influências na geografia *a posteriori* do que suas formulações de caráter normativo.

Ritter é outro nome importante da história do pensamento geográfico. Ele foi considerado o sintetizador da disciplina, ao contrário de Humboldt, que ambicionava, numa cosmografia, uma relação entre os fenômenos terrestres e celestes. Isso não quer dizer que ele tenha sido mais preponderante no pensamento geográfico do que Humboldt. A influência de Ritter nos estudos geográficos se deu, sobretudo, pelo seu interesse na relação entre o homem e a natureza. Ratzel delegou a ele o papel de fundador da geografia moderna porque foi a partir dele que se tornou explícita a necessidade de se compreender melhor as relações entre homem e natureza nos estudos geográficos.

Ritter exerceu influência na obra de Hegel e, ao mesmo tempo, por ele foi influenciado. Da geografia comparada de Ritter, Hegel buscou os métodos e princípios interpretativos das estruturas físicas dos continentes e as possibilidades que eles (os continentes) ofereciam ao desenvolvimento histórico da humanidade. Esses princípios são apontados por Rossi:

[...] a consideração dos continentes como indivíduos geográficos, a importância fundamental da relação entre formas sólidas e formas fluidas, a relevância histórico-geográfica da relação entre oriente e ocidente, a correlação inversa entre grau de dependência da natureza e grau de civilização (ROSSI<sup>9</sup> *apud* QUAINI, 1979, p. 30).

Não só Hegel, mas Herder, também, teve influência no pensamento de Ritter. Assim, a concepção teleológica da natureza e da história como revelação de Deus, logo dotada de finalidade, assumida por Ritter, é de Herder. Também é de Herder a idéia de organismo articulada com a de particularidade. Nesse sentido, o continente, objeto geográfico, é considerado um ente orgânico, com vida própria.

---

<sup>9</sup> ROSSI, Paolo. *Storia universale e geografia in Hegel*. In: Diversos autores, *incidenza di Hegel*. Napoli: Morano, 1970. p. 369-407.

Schelling foi outro filósofo alemão que exerceu grande influência na obra de Ritter. Dele, Ritter aproveitou a filosofia da natureza para concluir que o sistema da natureza agia da mesma forma que o sistema do espírito. Dessa idéia derivam os sentidos de causalidade e de finalidade. Para Schelling, as coisas possuem harmonia própria, cada fenômeno apresenta em si, sua própria causa, seu próprio efeito, contendo em si sua própria essência. Na visão de Schelling, cada organismo é um todo, um sistema articulado. Está aí a origem do conceito de região homogênea (MORAES, 1989).

Ritter, porém, não possuía o mesmo estilo dos filósofos do romantismo, nem de Humboldt. Seus escritos, pelo contrário, revelam um caráter lógico e normativo, sem apresentar metáforas e digressões subjetivas. Pode-se dizer que sua preocupação consistia em dar um corpo, um arcabouço teórico à geografia, padronizando conceitos e procedimentos de análises e organizando metodologias. É bom frisar que, apenas na linguagem, a influência do romantismo alemão é notória na obra de Ritter, como esclarece Gomes no trecho a seguir:

Paradoxalmente, a geografia de Ritter, mais influenciada pelos conceitos românticos, utilizava uma linguagem muito mais próxima da ciência racionalista/positivista do que a linguagem de Humboldt. Esse último, a despeito de uma retórica por vezes poética, tinha, de uma maneira geral, uma aproximação muito maior com os cânones da ciência racionalista, tal como ela era definida no século XIX (GOMES, 1996, p. 174).

Em sua reflexão sobre a relação entre homem e natureza, observa-se que Ritter concebia o homem como ator, sujeito existente criado à semelhança de Deus. Sua concepção é antropocêntrica: o homem é o sujeito da natureza. Entretanto, nessa concepção, o homem deve cumprir um itinerário previamente determinado, um destino, que lhe é estranho. Esses caminhos que se desenvolvem no teatro da natureza, só a ciência pode descobrir.

À geografia caberia, então, estudar a relação do homem com o meio como um sistema da natureza, condicionando-a à constituição dos povos, imprimindo-lhes características específicas, únicas, explicitando as causalidades entre os fenômenos contidas nos lugares e, também, na história humana. Conforme Moraes,

Ritter se propõe a dar ao conhecimento geográfico uma feição de ciência [...] padronizando, assim, os conceitos, definindo o objeto e o universo de análise, delimitando seu lugar entre as demais ciências, aproximando os procedimentos de levantamento de análise e, principalmente, estabelecendo um inventário do estágio atual dos conhecimentos acumulados, apresentando-os regionalmente a partir de uma divisão continental da superfície terrestre (é este o projeto da geografia comparada, que, nesse sentido, identificar-se-ia melhor como um compêndio de Geografia Universal) (MORAES, 1989, p. 170).

Contudo, Ritter estabeleceria uma divisão entre ciências sistemáticas, que se utilizariam dos métodos *subjetivos* e classificatórios, e a ciência histórica, dedutiva e objetiva. Para esse autor, a geografia se resumiria, basicamente, à história, mas poderia aproximar-se das ciências sistemáticas ao lançar mão do método classificatório. Quanto aos estudos históricos, Ritter classificou-os de estudos especiais — geografia especial — definindo a trajetória da geografia regional. Aprofundando seus estudos, o autor propõe uma concepção mais global da geografia, classificando e comparando os fenômenos de um modo geral. A geografia dividir-se-ia, então, em sintética, regional, e tópica, de acordo com os fenômenos em suas classes.

Por isso, para o entendimento da geografia como um todo, Ritter não *abre mão* da confluência entre a geografia geral e a regional.

Toda reflexão sobre o homem e sobre a natureza nos leva a considerar o particular com o Todo e nos conduz daquilo que não parece senão fortuito ao que obedece fundamentalmente a uma lei. O conhecimento total do Todo não pode, portanto, vir do particular se o Todo, se ele mesmo, não é conhecido em um mesmo tempo. Da mesma forma que é o Todo que faz a parte, o

particular só tem existência própria na medida em que é observado em função da lei que o constitui como indivíduo (RITTER<sup>10</sup> *apud* GOMES, 1996, p. 172-173).

Sintetizando as visões dos dois autores — Humboldt e Ritter — cumpre ressaltar que, às vezes, se associa o nome de Ritter à geografia regional e o de Humboldt à geografia geral. O próprio Milton Santos (1996) reproduziu esse discurso. Um equívoco. Ambos, principalmente Ritter, tinham a noção do todo orgânico da natureza como núcleo duro dos seus pensamentos. Embora por caminhos às vezes divergentes, tinham como objetivo construir uma análise que incluísse uma articulação do singular com o universal, da teoria regional com a geral. Nas obras desses autores é perceptível o papel do geógrafo como um observador da natureza, que experimentava um prazer estético e, ao mesmo tempo, um prazer intelectual de compreender as leis gerais da natureza.

Mas, posteriormente, esse dois ramos do conhecimento geográfico retornariam à distinção proposta por Varenius entre geografia geral (sistemática) e geografia regional (especial). A primeira, fruto da física de Newton, das ciências naturais e do positivismo. A segunda, marcada pela filosofia da natureza, pelo pensamento de Kant e pelo romantismo alemão.

Foi a partir da influência de Kant que se tornaram possíveis a institucionalização e a legitimação da moderna geografia regional. Kant distinguiu o conhecimento do espírito humano do conhecimento da matéria natural. Com isso, ele influenciou a distinção entre geografia humana e geografia física. A geografia humana, empírica e regional, valoriza a história dos fatos singulares no espaço, das particularidades; e a geografia física, definida como

---

<sup>10</sup> RITTER, Carl. Introduction à la géographie générale comparée, *Cahiers de Besançon*, n. 22, p. 45, 1974.

geral e sistemática, baseada nas ciências naturais, é capaz de gerar normas, generalizações<sup>11</sup>.

Segundo Kant, as fontes de nosso conhecimento provêm de duas raízes: a da razão pura e da razão prática. Os conhecimentos puros são dados pela razão pura; já os conhecimentos experimentais são dados pelos sentidos, pela razão prática.

Ressalta-se, porém, que o conceito em Kant é o fundamento não somente da sua filosofia, mas também da própria realidade, constituindo uma separação entre consciência e experiência. Em Kant (1980) ocorre a distinção entre ciências da natureza, ou seja, da consciência, e ciências da descrição da natureza, isto é, empíricas. A ciência empírica teria, contudo, apenas a primazia da experiência, porém sem recusar as categorias e os conceitos advindos da abstração racional, como esclarece Lencioni:

Kant advertiu sobre a impropriedade de se considerar cada parte da totalidade como uma parte em si e para a importância de se ter uma idéia do todo. Além disso, chamou atenção para o fato de que a descrição geográfica deveria levar em conta o tempo e o espaço; não simplesmente o conceito (LENCIONI, 1999, p. 79).

Por outro lado, deve-se assinalar que o problema do pensamento de Kant é dar ao conceito, à abstração, uma idéia que não corresponde, necessariamente, ao objeto ou fenômeno. O conceito é para ele um *a priori*, uma abstração que pode ser desvinculada do mundo sensível, próprio da esfera transcendental. A conduta lógica em Kant é a da busca por generalizações, o que poderia subestimar as particularidades dos fenômenos no espaço do mundo sensível.

---

<sup>11</sup> Mas, segundo Gomes, a geografia tentou reconstituir aquilo que, em Kant, estava dividido entre a geografia e a antropologia. A geografia representaria o conhecimento fora do ser, da matéria, a localização dos fenômenos no espaço; já a antropologia seria o conhecimento do próprio ser em sua relação com o meio. Esses dois pontos de vista constituíram um único discurso geográfico. “As ciências empíricas, da mesma forma que as ciências teóricas, recorrem a conceitos para organizar os dados sensíveis e por isso não são estranhas às abstrações” (GOMES, 1996, p. 140). Tanto a antropologia quanto a geografia, ou tanto a geografia regional quanto a geografia geral, fazem uso dos conceitos para balizar seus conhecimentos, sejam eles da matéria ou do espírito.



Ele, no entanto, para articular o geral (conceitual) e o singular (experimental) utilizou-se da idéia de intuição. Sugeriu que nas ciências empíricas a intuição provém da relação entre sujeito e objeto, *momento fenomenal* guiado pelas representações, pelos conceitos (GOMES, 1996).

Sobre a distinção entre geografia geral e regional, conclui-se então que a geografia não se define apenas como uma intuição do espaço *a priori*, dado antes da percepção. Com efeito, ela procura estabelecer relações espaciais entre os diversos fenômenos locais, apreendidos pela experiência, que são orientados por conceitos e por fatores externos. Percebe-se, no pensamento kantiano, a necessidade de articulação das abstrações lógicas com os fatos empíricos.

## **1.2. O historicismo no pensamento geográfico: o reforço da dicotomia**

Na virada do século XIX para o XX, há um movimento de transformação da ciência e da filosofia em geral, diferente daqueles promovidos pelo positivismo lógico e pelo naturalismo. Com relação à geografia, esse movimento *coincide* com o desenvolvimento da escola regional, caracterizado pela postura idiográfica, ou seja, do fenômeno único sem a necessidade de princípios e leis, associada à faculdade da intuição no processo de percepção do objeto. Tal mudança, porém, não ocorreu de maneira coesa: traços dos períodos antecedentes continuaram a existir dentro do pensamento que se denominou historicismo (CAPEL, 1988).

A geografia, assim como as demais ciências, sofreu grande influência do historicismo. Na sua perspectiva, a história é composta de uma sucessão de acontecimentos singulares, realizados intencionalmente. Assim, o historicismo geográfico, assumindo a preocupação em realçar as características singulares,

individuais dos lugares, valoriza o desenvolvimento histórico como elemento essencial da realidade social.

Merece destaque, nesse movimento, a crítica ao modelo naturalista de cientificidade, que enfatiza a especificidade singular das ciências humanas, separando-as das ciências da natureza. Essa ênfase significou a volta do dualismo entre geografia regional e geral e entre geografia humana e física.

Foi Dilthey quem se preocupou em confirmar esse dualismo ao afirmar que a natureza se ocupa do reino da necessidade enquanto que a história se ocupa do reino da liberdade. Natureza e história configuram duas faces distintas da realidade, abordadas, respectivamente, pela experiência externa da matéria e pela experiência interna do espírito, realidades ontologicamente distintas. Assim, de um lado estão as ciências da natureza ocupadas, principalmente, com a física — ciência capaz de criar generalizações, modelos, *verdades* — e, de outro, as ciências da experiência interior, da singularidade do espírito, em suma, das ciências humanas (CAPEL, 1988).

Recria-se, em Dilthey, a oposição entre a explicação generalizante positivista — ciências naturais que estabeleciam a relação causal entre os fenômenos — e a aceitação da intuição na relação com o objeto, isto é, a sensibilidade.

O historicismo do século XIX assumiu o saber histórico como categoria essencial para explicar a realidade social, ao considerá-la fruto de um processo. A descrição, contudo, foi dispensada como meio capaz para se compreender a realidade. Para Dilthey, as ciências históricas têm validade limitada, pois a história não produz verdades nem princípios, somente fatos singulares, particulares (LOWY, 1985).

A história é, nesse sentido, composta por uma sucessão de fatos singulares, diferenciando-se, quanto ao caráter uniforme e repetitivo, das

ciências naturais. Com efeito, a apreensão da realidade social pelo historicismo faz-se mediante o conhecimento compreensivo que descreve as singularidades históricas, levando em conta as intenções que dirigem a ação individual ou social.

A aceitação do historicismo requer o que, em Kant, era tido como único, ou seja, a singularidade, a particularidade dos fatos históricos que não se repetem no espaço. O historicismo geográfico, em suma, compreende e apreende o singular, na realidade complexa, através do conhecimento do seu processo de desenvolvimento.

Falta, no entanto, justificar, teoricamente, as possibilidades de uma ciência do singular. Foi Windelband quem primeiro classificou as ciências em nomotéticas e idiográficas. A primeira preocupar-se-ia com o constante, o permanente; já a segunda, com o inconstante, o singular, dadas as condições circunstanciais no tempo e no espaço. Windelband reconheceu que o objeto poderia ser estudado de ambas as formas, mas foi Rickert que tornou isso mais claro. Ainda que a ciência nomotética fosse a ciência da natureza e a idiográfica a da história, do espírito, Rickert afirmava que a realidade, seja física, seja natural, poderia ser fruto de uma mesma metodologia, de duas formas de apropriação pelo conhecimento que não se excluem (LENCIONI, 1999).

A diferença entre matéria e espírito, entre ciências da natureza e ciências humanas foi incorporada pela geografia como dualismo entre geografia física e geografia humana. Diante desse dualismo, a geografia regional se configurou uma saída oportuna e *segura* para a continuidade da geografia como ciência. É o caráter idiográfico da disciplina, segundo a geografia regional, que permite, aparentemente, resolver o dualismo através de uma síntese geográfica que incorpore, ao mesmo tempo, homem e natureza mediante o conceito de região (CAPEL, 1988).

Assim, a geografia regional como ciência do singular tornou-se aceita, pois tinha suas bases no pensamento filosófico kantiano que distinguia as características lógicas das características físicas. As descrições geográficas da superfície da Terra localizariam o lugar da natureza em que aparecem os fenômenos naturais ou humanos. Já a ciência da lógica procuraria a constância desses fenômenos no intuito de criar generalizações, modelos e leis.

A oposição entre ciências da natureza e ciências do espírito tornou a geografia dividida. Ante o desafio de unir a ciência geográfica, a geografia regional tornou-se o caminho promissor para assegurar à geografia o caráter de ciência. A geografia compreenderia, então, a síntese *ideal* das relações humanas e ambientais num determinado lugar.

Todavia, foi, sem dúvida, Paul Vidal de La Blache, o principal expoente da escola francesa de geografia, na virada do século XIX para o século XX, quem se preocupou em fornecer à geografia, sobretudo à regional, o caráter de ciência.

Um historiador de origem, La Blache desejava completar sua formação de geógrafo incorporando os estudos naturalistas, principalmente da escola alemã, cujos ensinamentos poderiam levá-lo a compreender a especificidade da ciência geográfica. Seu trabalho foi caracterizado por sintetizar no seu objeto de estudo geográfico — a região — tanto as características naturais, sob influência do positivismo, quanto as culturais, de raízes historicistas.

Para La Blache, referindo-se ao historicismo, as características fundamentais do universo parecem ser a transformação e a evolução incessante, e não a permanência e a constância. Essa mudança é tão contínua que excede qualquer construção intelectual abstrata que tente fixar o mundo ou que considere os seres humanos como elementos ou substâncias imutáveis. Assim, para o historicismo de La Blache, não é a aparência das coisas que deve ser procurada e sim sua história (CAPEL, 1988). Nesse sentido, as ciências humanas

devem captar os seres concretos em sua história. Mas a realidade é tão complexa que não pode ser expressa pelos conceitos da ciência física. Portanto, as ciências humanas devem se contentar em observar e induzir, adiando o emprego das generalizações sistemáticas.<sup>12</sup>

Em La Blache, a valorização da liberdade é uma característica essencialmente humana, o que o faz escapar, em princípio, do determinismo ambiental. O autor, assim, acreditava que a natureza oferece possibilidades e o homem utiliza-se delas conforme suas necessidades. As especificidades do humano, a intencionalidade, a liberdade, a história, direcionam seus estudos aos aspectos culturais e às características imateriais da vida humana (CAPEL, 1988).

A principal dificuldade de La Blache provém da convivência, de um lado, com a influência dos espiritualistas que faziam a distinção entre espírito e matéria e, conseqüentemente, na geografia, afirmavam a separação entre geografia física e geografia humana; e de outro, com a sua tentativa, apesar disso, de integrar as duas abordagens geográficas referidas numa síntese regional.

Contudo, no esforço de assegurar à geografia o caráter de ciência perante seus *principais competidores*, os historiadores, La Blache reafirmou a vertente naturalista de sua ciência. Acentuando os aspectos físicos da disciplina, ele inseriu os fatores humanos no conjunto do sistema natural. Segundo Capel (1988), foi para diferenciar a geografia da história que o geógrafo francês escreveu sua mais conhecida e controversa frase: *a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens*.

---

<sup>12</sup> A perspectiva lablacheana valoriza a experiência direta com o objeto. Para La Blache, a realidade é muito complexa para se apreender a partir das teorias que são, necessariamente, simplificadoras. O método essencial da geografia é partir sempre da realidade evitando todo o *a priori* da teoria. Efetivamente, há em La Blache um rechaço da teoria prévia, fato esse que passou a ser um legado não somente da escola francesa, mas também de outras escolas do pensamento geográfico (CAPEL, 1988).

Outro estudioso desse tema, Massimo Quaini (1992) reafirma a visão naturalista de La Blache. Para ele, ao contrário do que se pensa da geografia francesa de La Blache, ela não nasce como contraponto ao determinismo ambiental alemão; ela surge exatamente no seio do ecologismo positivista. A geografia humana de La Blache não pode ser compreendida como humana, pois é definida como ciência dos lugares. Assim, o homem pertence à geografia por ser um agente modelador dos lugares. Esses lugares são eminentemente físicos, transportados do positivismo ambientalista para o método regional francês.

O projeto de Vidal, de uma geografia com ciência das relações do homem com o ambiente natural, em que o homem e a sociedade são ainda considerados dentro da natureza mais do que a natureza na sociedade e na produção (da vida material do homem) e que, por esta razão, não supera os limites de uma ciência ecológica para fundar uma ciência social e histórica, exprime portanto, desde o início, as contradições nas quais nasce a geografia humana moderna (QUAINI, 1992, p. 48).

La Blache coloca, no mesmo plano da vida natural, tanto os animais, incluindo o homem, quanto os vegetais, submetidos à influência do meio. Desse modo, reforça a importância do clima, do relevo, da posição continental, entre outros fatores ambientais, na constituição das sociedades. Para ele, o homem é tanto um agente quanto um ser passivo às leis naturais ou às forças da natureza (LA BLACHE, 1954). A ação transformadora do homem não é considerada como uma ação social; o homem é um agente que atua na natureza de modo diverso, assim como os animais. Ele é apenas um dos elementos da natureza, conforme a visão naturalista de La Blache.

A geografia, contudo, teria a missão de investigar as leis físicas, biológicas e químicas que se combinam e se modificam no ordenamento das diversas áreas terrestres. Assim, a geografia estudaria as diferenças, as transformações desses fenômenos conforme seus lugares e segundo a superfície terrestre. A análise dos

elementos complexos e diversos, em suas correlações num determinado lugar, constituiria o objetivo do geógrafo (LA BLACHE, 1982).

La Blache se esforçou, assim, em mostrar as especificidades da geografia. Ele insistiu na unidade dos fenômenos terrestres, recuperando a noção de Ritter de que a Terra é um todo e suas partes estão coordenadas entre si. Essa concepção proporcionaria à geografia um princípio teórico e metodológico que a distinguiria das demais ciências.

La Blache pautou sua ação na academia francesa, justamente, por esse desejo de fornecer especificidade e legitimidade ao conhecimento geográfico. Segundo Capel (1988), a influência dos aspectos institucionais franceses é marcante na obra de La Blache. As estratégias da luta pelo poder e de defesa da identidade dentro da academia levaram-no a conectar o historicismo de Dilthey e de Hettner com o positivismo naturalista da escola alemã, sobretudo de Ratzel, ao adotar uma abordagem regional da superfície terrestre.

A respeito dessa abordagem, Capel (1988) acrescenta que os geógrafos ao adotá-la seguiram uma estratégia *frutífera*. Por um lado, podiam se agrupar em torno de uma categoria — a região — já estabelecida desde a geografia *especial*. Por outro lado, podiam vincular os seus estudos, também, à ecologia e ao evolucionismo presentes nas relações entre os organismos vivos na superfície da terra, numa síntese regional.

Os estudos regionais compunham, assim, explicações descritivas analisadas a partir das características físicas e humanas, sobretudo, das regiões francesas. As combinações, presentes em todas as partes, mostravam-se regidas por leis, porém, cada uma das partes, também, mostrava singularidades causadas pelas circunstâncias locais de fatores basicamente físicos.

A concepção regional de La Blache também não ficou imune às críticas. Milton Santos foi um dos geógrafos que considerou a região lablacheana —

autônoma, singular — incapaz de responder às transformações do mundo, até mesmo as de sua época, virada do século XIX para o século XX. Adverte Milton Santos (1996), baseado em Bernard Kaiser, que La Blache desconsiderou a organização das relações produtivas e transformadoras da natureza de seu tempo. Também Yves Lacoste se mostrou perplexo com a desconsideração, por parte de La Blache, da França de seu tempo quando as transformações políticas e econômicas, associadas à expansão industrial e ao crescimento das grandes cidades, tornavam-se evidentes. Segundo Lacoste (1988, p. 61), “os geógrafos têm um consenso de que Vidal falou muito pouco das cidades, [...] e que ele não prestou atenção em fenômenos tão espetaculares, tal como o descobrimento da indústria”.

No mundo contemporâneo, então, a concepção de La Blache se torna cada vez mais obsoleta. De acordo com Milton Santos, as novas configurações do mundo globalizado indicam que as regiões estão cada vez mais influenciadas pelos fatores externos a elas. Diante desse contexto, ainda seria possível definir a região como uma unidade autônoma que alcança um equilíbrio nas relações entre os homens e a natureza? Milton Santos (1996, p. 23) responderia que “nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais uma realidade constituída de uma coerência interna; ela é, principalmente, definida do exterior.” As decisões humanas nas bases regionais dependem muito mais das realidades externas, do setor financeiro e da geopolítica internacionais. As relações humanas encontram-se numa dimensão cuja síntese regional, de outrora, não corresponde mais à realidade contemporânea. Essa visão obsoleta, que procura, na região, uma lógica própria, pode afastar o geógrafo da compreensão do movimento global das forças econômicas, conclui Milton Santos (1996).



Capel (1988) afirma, por outro lado, que La Blache já se preocupava em reforçar a correspondência entre os fatores externos e internos na configuração regional. Ao estudar qualquer superfície terrestre, o geógrafo não poderia se limitar meramente à análise da superfície em si, pois nela há um encadeamento geral que deveria ser introduzido na investigação local. La Blache considerava essencial a sucessão de causas e leis, pois a explicação sucumbe quando ancorada somente nos fenômenos singulares. Portanto, os estudos regionais, quando se inspiram em princípios generalizantes, só adquirem sentido num patamar que ultrapassa o caráter particular da região.

Mesmo privilegiando a análise regional, a síntese das relações entre natureza e homem num dado lugar, La Blache, sob influência do positivismo, enfatizava a necessidade de princípios norteadores para aprofundamento dos estudos regionais e, também, geográficos. Em outras palavras, insistia na necessidade de conexão entre a universalidade e a particularidade, entre geografia geral e geografia regional, mesmo reconhecendo as lacunas da abordagem, tanto historicista, quanto positivista, ou de ambas, ao longo do pensamento geográfico.

Foi Alfred Hettner quem aprofundou a discussão, que já vinha desde Varenus, entre geografia geral e geografia regional. Hettner, assim como La Blache, propôs uma volta a Ritter, porém sem a compreensão teológica do mundo. Hettner afirmava que a geografia era a ciência da diferenciação espacial. Ela deveria conter, não somente a descrição histórica, mas, também, a prescrição, ou seja, um tema científico que a concebia. Mas, Hettner, também como La Blache, acreditava que o sistema das ciências não poderia ser considerado *a priori*, mas somente validado depois da observação (ETGES, 2000).

A geografia, para Hettner, trataria das diferenças localizadas na superfície terrestre e desenvolveria sua unidade definindo-as e comparando-as entre si.

Diferenciação e associação espaciais constituiriam o processo de conhecimento geográfico. Assim, cada lugar apresentaria uma associação de fenômenos que o distinguiria dos demais, dado o caráter variável da superfície terrestre. A associação espacial supõe, contudo, a inter-relação dos fenômenos, sejam eles naturais ou humanos.

Cada território, nesse contexto, deveria ser estudado por si mesmo sem separar os fenômenos — homem e natureza — pertencentes ao seu caráter único. Segundo Hettner:

A tarefa da geografia é observar o caráter diverso (a particularidade, a essência, a natureza) das diferentes áreas da superfície terrestre, os fenômenos concretos da superfície terrestre [...] as partes da terra, países, paisagens e áreas, como tais (como unidades naturais e como individualidades), além de reconhecer como os diversos fenômenos conjuntamente influenciam um caráter de um país ou de uma área, como se expressam numa paisagem (HETTNER<sup>13</sup> *apud* ETGES, 2000, p. 117).

A geografia geral da época de Hettner corresponderia a uma perspectiva relacionada à teoria, aos conceitos gerais e, também, aos fenômenos particulares que se estendiam sobre a superfície da terra. Hettner defende que a geografia regional, assim como a geografia geral, buscaria leis gerais. Portanto, apregoa que, entre uma e outra, não existe um corte radical: a geografia geral se evidencia por recortes horizontais, enquanto a geografia regional pelos recortes verticais. Pode-se dizer que a obra de Hettner revela uma busca do objeto específico da geografia, e a corologia (diferenciação de áreas) surge como uma alternativa metodológica para os impasses da disciplina.

O geógrafo teria então que se preocupar em conhecer e compreender as regiões, caso contrário, corria o risco de ficar desprovido dos fundamentos da

---

<sup>13</sup> A referida passagem é extraída de Hettner por Virgínia Etges, da obra de: SCHULTZ, Hans-Dietrich. *Die Deutsche Geographie von 1800 bis 1970. Ein Beitrag zur Geschichte ihrer methodologie*. Berlin: Silbsterlag des Geographisches Institut der Freieing Universität, 1980. p. 84-85.

geografia. Ressalta-se, porém, que o conhecimento das regiões, sem o conhecimento da geografia geral, tornar-se-ia imperfeito e, vice-versa, o conhecimento da geografia geral sem o das regiões não cumpriria a *missão* da geografia (CAPEL, 1988).

Mesmo Hettner encontrou dificuldades em segmentar a geografia geral da geografia regional. Privilegiando a geografia regional, ele percebeu a interdependência entre as duas concepções, entrelaçadas pela causalidade entre os fenômenos. Para Hettner, o geógrafo deve estudar os fatos que contribuíram diretamente para dar um caráter essencial à área, o que significa compreender os complexos sistemas geográficos e suas interdependências causais. Deixa entrever uma influência do positivismo lógico, quando da união dos fatos particulares aos mais gerais, estabelecendo relações causais que dão uma regularidade aos fenômenos, possibilitando a construção de normas e princípios.

Hettner de fato compreende a geografia como corologia, ou seja, como ciência da diferenciação espacial e da descrição do caráter variável das áreas constituídas por fatos diferenciados. Não seria demais afirmar que ele fornece à geografia geral um papel secundário em suas análises. A esse respeito, confirma Capel:

Todo o esforço de Hettner se dirige em demonstrar que a verdadeira essência da geografia é o enfoque corológico, de fato, aquele que permite descrever e interpretar as características diferentes da superfície terrestre, e de justificar a validade epistemológica desse enfoque — assim como do cronológico e histórico — como distintos ao sistemático (CAPEL, 1988, p. 320).<sup>14</sup>

Por fim, ao querer quebrar o dualismo entre geografia física e geografia humana, Hettner acabou recriando outro dualismo, agora entre geografia regional e geografia geral, ou seja, entre uma ciência idiográfica, que se

---

<sup>14</sup> Tradução do autor.

preocupava com os fatos singulares, e uma ciência nomotética, que buscava generalizações, princípios gerais e leis (CAPEL, 1988).

Entre os discípulos de Hettner, foi Richard Hartshorne quem mais assimilou as suas idéias. De acordo com esse autor, a diferenciação de áreas e a associação dos fenômenos heterogêneos, em um dado território, constituem a chave para a compreensão geográfica.

Seguindo os passos de Hettner, Hartshorne denomina a geografia como estudo da diferenciação entre áreas, isto é, a ciência geográfica buscaria o conhecimento das áreas à medida que elas se diferenciam umas das outras.

Para compreensão das áreas como parcelas da superfície terrestre, Hartshorne destaca o conceito de região como o único capaz de fornecer consistência teórica e prática à sua análise. O conceito surgiu da necessidade de dividir uma área em partes menores. Nessa divisão, é importante analisar não só o caráter do lugar, mas, também, suas conexões com outros lugares. A região, segundo Hartshorne, “é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção” (HARTSHORNE, 1978, p. 138).

Para compreender o conceito de região na obra de Hartshorne, torna-se relevante destacar que, para ele, qualquer sistema de regiões é baseado em descrições de fenômenos independentes. Por exemplo: a divisão do mundo em regiões homogêneas, singulares, conforme um único fenômeno, como as regiões climáticas e as regiões desérticas entre outras. As regiões podem, também, ser consideradas em Hartshorne, segundo as inter-relações entre fenômenos, por exemplo: o clima exercendo influência na vegetação, a altitude na temperatura, entre outros. Hartshorne (1978) denominou a primeira abordagem de regiões formais ou homogêneas e a segunda, de regiões funcionais.

Os conceitos de regiões formais e funcionais não dão conta da totalidade do fenômeno regional. Apenas nos estudos gerais, considerando a inter-relação entre regiões, é que se pode alcançar um sentido mais abrangente para as conexões da análise regional. O contraste entre geografia geral e geografia regional não configuraria uma divisão da geografia em duas metades pois, em qualquer área analisada, interessa observar tanto a integração entre fenômenos complexos quanto a sua variação conforme as áreas.

Na opinião de Hartshorne, foi Ritter quem procurou estabelecer uma articulação entre a descrição e a correlação de fatos particulares e a elaboração, a partir delas, de leis gerais e sistemáticas. No entanto, no desenvolvimento de sua obra, ele privilegia mais o estudo das áreas particulares. É o caso, também, de Humboldt que se preocupou em fornecer princípios gerais a casos empíricos, porém, o que tem sido mais lembrado da obra desse autor são seus estudos descritivos de áreas singulares.

Hartshorne, seguindo os passos de Hettner, afirmava que nem todos os fenômenos geográficos são plausíveis de leis e as determinações desses fenômenos sobre a humanidade nem sempre são explicáveis de maneira objetiva. Segundo ele, “sempre há de permanecer uma área oculta em qualquer estudo no campo das ciências sociais, que não poderá ser explicada por leis gerais” (HARTSHORNE, 1978, p. 165).

Outra questão discutida por Hartshorne diz respeito à divisão entre espírito e matéria proposta no espiritualismo de Dilthey. Esclarece Hartshorne (1978, p. 165) que “qualquer sistema de classificação e de hipótese, [...] não depende da realidade, mas do que estiver presente no espírito do pesquisador”. Hartshorne não só separa o espírito da matéria, como privilegia o primeiro, acreditando que somente o espírito pode dar sentido e conteúdo à matéria.

Hartshorne critica o conhecimento geográfico que se apoiava em leis para aglutinar os fenômenos, sejam eles do *espírito* ou da *matéria*, expressas numa visão naturalista. Ele estende sua crítica contra os que viam, na matemática, o método capaz de dar lógica a qualquer ciência. Em sua opinião, para um campo de estudo vasto como é o da geografia, não parece correto afirmar que tudo pode ser descrito pela estatística e equacionado pela matemática.

Todavia, pressionado por críticas feitas a ele por Schaefer, Hartshorne admite incorporar o modelo positivista de ciência: “[...] o esforço no sentido da compreensão dos fenômenos do mundo, continua ser o mais elevado, o eterno propósito de todas as pesquisas” (HUMBOLDT<sup>15</sup> *apud* HARTSHORNE, 1978, p. 172). Ele chega à conclusão que, comparar a distribuição espacial dos tipos gerais de diferentes categorias, pode revelar algum padrão de covariância, a partir do qual pode se estabelecer leis gerais.

A adaptação de Hartshorne ao modelo positivista torna-se evidente a partir da metodologia que ele sugere, conforme mostra este trecho abaixo:

(1) Com base na observação empírica, tão independente quanto possível da pessoa do observador, descrever fenômenos com o máximo grau de precisão e certeza; (2) a partir dessa base, classificar os fenômenos, na medida em que o permita a realidade, em termos de conceitos genéricos ou universais; (3) mediante a consideração racional dos fatos assim adquiridos e classificados, e através de processos lógicos de análise e síntese, que incluem a elaboração e aplicação, sempre que possível, de princípios ou leis gerais sobre relações genéricas, alcançar o máximo de compreensão das inter-relações específicas dos fenômenos; (4) organizar esses resultados em sistemas ordenados, de sorte que o que for conhecido conduza diretamente à faixa marginal do que for desconhecido (HARTSHORNE, 1978, p. 179).

Hartshorne acaba concordando que para a geografia se tornar ciência era necessário adequar o historicismo ao positivismo. Os fatos geográficos são ao mesmo tempo singulares, pois estão localizados no espaço, mas também

---

<sup>15</sup> HUMBOLDT, Alexander von. *Kosmos: Entwurf einer physischen Weltberchreibung*. v. I. Stuttgart, 1845. p. 68.

universais porque fazem parte de um movimento do mundo, de um processo que permeia os lugares.

A geografia deve se apoiar, portanto, nos estudos gerais e nos estudos de casos particulares para a compreensão do mundo, e o método a ser utilizado dependerá do caso e do pesquisador que o utilizará. Hartshorne mantém, assim, uma visão espiritualista, pode-se dizer predominante, mas articulada ao neopositivismo.

O pensamento de Hartshorne influencia, em grande medida, o pensamento geográfico no mundo inteiro, mas é sem dúvida nos Estados Unidos que ele mais repercute. É através da figura do geógrafo norte americano Fred Schaefer, seu principal crítico e opositor, que o embate entre o historicismo e o neopositivismo ganha fôlego na geografia.

Schaefer sofreu grande influência do positivismo lógico, intensamente revisado pelos debates filosóficos do Círculo de Viena. Essas discussões aconteciam numa reação ao idealismo, sobretudo kantiano, que predominava no meio acadêmico de seu tempo. O neopositivismo tinha como proposta a afirmação dos princípios da lógica do conhecimento científico em detrimento do idealismo e do historicismo. Os seus grandes objetivos foram, e continuam sendo, estabelecer um conjunto de procedimentos lógicos para realização da pesquisa científica, para a elaboração de teorias e para a formalização da linguagem científica.

Para Schaefer, o grupo que classifica a geografia como uma ciência do diferente, do *excepcional*, por tratar dos fenômenos no que eles têm de singular e único no espaço, é o historicismo. É contra essa vertente que ele tece sua crítica. Para ele, foi Kant quem fez a reivindicação do excepcionalismo para a geografia e para a história: “a história e a geografia acham-se em uma posição excepcional, diferente daquela das chamadas ciências sistemáticas” (SCHAEFER, 1977, p.

13). A geografia, então, poderia ser considerada uma descrição conforme o espaço, enquanto que a história constituiria uma narrativa conforme o tempo. A geografia seria uma descrição da natureza no espaço, uma classificação de arranjos e distribuições conforme determinadas características.

Para Schaefer (1977), a influência do historicismo propiciou à geografia se conformar como um conhecimento do particular, do específico, pois não existiriam dois fenômenos ou duas regiões idênticas. Isso impossibilitaria generalizações e a geografia *contentar-se-ia* com a descrição dos fatos únicos no espaço.

Hettner, segundo Schaefer, seria a maior expressão do movimento historicista na geografia. Comentando Hettner, assinala que “o presente sempre poderá ser compreendido somente em função de seu passado” (SCHAEFER, 1977, p. 21), e acrescenta, o tempo é sempre uma sucessão de fatos que nunca retornam ao ponto de origem, o que tornam os fenômenos *sempre* únicos no espaço. Assim, Schaefer (1977, p. 23) indaga: “devemos abandonar os esforços para conseguir explicações, pela simples razão de não estarmos capacitados para explicar tudo?” Para o autor, a geografia não deveria se limitar ao estudo do caráter único dos lugares, pois leis sempre seriam encontradas a reger os acontecimentos no espaço.

Schaefer atribui a Hartshorne o papel de principal divulgador do *excepcionalismo* de Hettner. Em sua opinião, Hartshorne explicitou que a ênfase no caráter único dos fenômenos não é só própria da geografia como, também, de muitas outras ciências. Mas o singular exerce função essencial na análise geográfica.

Para Hartshorne, a região se destaca como objeto fundamental da geografia, representante daquilo que tem de especial em cada espaço, de único, de particular. Schaefer, contudo, não desconsidera esse tipo de análise. Porém,



ele acredita que a descrição do espaço singular, apenas, não contribui para a análise. Para tanto, seria necessário procurar generalizações, conexões entre as regiões.

Em Schaefer, a região pode possuir características próprias e, até mesmo, únicas. Assim, em primeiro lugar, procuram-se as relações que as destacam das demais e dão, a elas, um caráter único; em seguida estabelecem-se as relações que prevalecem nessa dada área com as demais. Isso deve ser feito mediante relações causais reconhecidas em leis gerais.

A propósito, lembra Schaefer que tanto Humboldt quanto Ritter tinham preocupação em estabelecer leis gerais. Para ele, o geógrafo, ao estudar as relações espaciais, não deixava de considerar as abstrações, os conceitos e os modelos, criando, assim, leis gerais, que são, na verdade, suportes para a compreensão do fenômeno. Ele, ainda, ressalta que “parece ser justo dizer que as geografias regional e sistemática são condignas, inseparáveis e constituem aspectos indispensáveis do campo” (SCHAEFER, 1977, p. 11).

Para Schaefer, Hettner optava pela sistematização da geografia apoiada numa regularidade dos fenômenos, expondo a importância de se integrar a concepção idiográfica e nomotética. Com efeito, seus estudos registram uma clara predileção pelos assuntos regionais ou pela diferenciação de áreas. Hartshorne, seguindo os passos do mestre, também, se *rende* à sistematização dos fenômenos no espaço, acreditando que, para uma análise bem sucedida de uma região singular ou de uma área, não se pode perder de vista as inter-relações e suas conexões causais.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Cabe ressaltar que Schaefer, ao se referir a Hartshorne, está se remetendo ao texto *The nature of geography* publicado nos *Annals of Association of American Geographers XXII* no ano de 1939 e reimpresso posteriormente na forma de livro. Essa obra de Hartshorne está mais fortemente marcada pela influência do historicismo de Dilthey e de Hettner, quando o caráter particular das áreas constituía a principal tese defendida pelo autor. Mas, a obra de Hartshorne referida nessa dissertação remete a um texto posterior à crítica de Schaefer, que data de 1953. Pode-se dizer que esse texto de Hartshorne *Perspective on the nature of geography*, datado de 1966, traduzido para o

Mesmo em Schaefer, percebe-se, através de sua caracterização da região, certa necessidade de unir a geografia regional à geografia sistemática. Segundo ele, “deve ser observado novamente que não existe, na realidade, conflito ou oposição entre os aspectos descritivos e sistemáticos da geografia ou, na verdade, de qualquer outra ciência, seja física ou natural” (SCHAEFER, 1977, p. 26). Contudo, o privilégio aos aspectos sistemáticos é notório quando ele escreve: “as dificuldades só transparecem quando o componente descritivo é justificado [...] pelo método idiográfico, o qual é então concebido como sendo da mesma categoria que aquela da ciência explicativa” (SCHAEFER, 1977, p. 26).

Entretanto, Schaefer adverte que, enquanto a geografia se preocupar com a sistematização dos fenômenos, seu futuro como ciência independente estará garantido. Preocupado, portanto, em alcançar a especificidade da ciência geográfica, ele acaba por se tornar também um *excepcionalista*. Assim, ao separar a geografia da história e das ciências sociais, ele determina, como análise geográfica, apenas a explicação das formas desprovidas de processos. A geografia para ele “é essencialmente morfológica. As leis puramente geográficas não fazem referência ao tempo nem às mudanças” (SCHAEFER, 1977, p. 29).

Esse ponto de vista de Schaefer será motivo de várias críticas, inclusive de Milton Santos (1996). Segundo ele, o maior pecado da geografia quantitativa, e de Schaefer, foi o desconhecimento dos processos históricos, a omissão da questão temporal. A concepção apenas dos estágios sucessivos da sociedade e do espaço e das relações entre as variáveis em cada um dos estágios impossibilitaria compreender o núcleo do problema, que é o movimento histórico da sociedade e do espaço. Voltar à gênese do fenômeno torna-se um fato essencial da

---

português com o nome de *Propósitos e natureza da geografia* em 1978; trata-se de uma tréplica às críticas de Schaefer. Nele, Hartshorne já incorpora aspectos *sistemáticos* da geografia positivista de Schaefer.

investigação geográfica. Caso contrário, pode-se cair numa reprodução de fatos congelados, numa descrição que jamais levaria à explicação.

A exclusão dos processos históricos da análise teórica implica, também, a exclusão da reflexão social, pois é a sociedade em movimento que constrói o processo histórico. Segundo Milton Santos (1996, p. 81), “a chamada ‘nova geografia’ também excluiu o movimento social e dessa forma eliminou de suas preocupações o espaço das sociedades em movimento permanente. A geografia tornou-se viúva do espaço”.

Essa expressão, *a geografia viúva do espaço*, utilizada por Milton Santos, constitui uma crítica severa à geografia quantitativa, que imobilizou, conceitualmente, o espaço, tornando-o vazio de conteúdo e de humanidade. Conforme Milton Santos, isso ocorre porque a geografia se ateve somente a resolver problemas imediatos, dar respostas para problemas aparentes. A geografia ficou atrelada ao mundo dos negócios, descartando os interesses sociais, posta ao serviço das coisas e não do homem.

A geografia, alheia às causas sociais, desconsideraria as contradições do mundo capitalista, inclusive, na conceitualização da região. Lembra Milton Santos (1996), referindo-se à interpretação proposta pela geografia quantitativa, que a região é novamente compreendida como uma realidade autônoma, composta por conjunto de relações entre variáveis, uma mera classificação. A região emerge, então, de uma *dialética dissonante*, separando o homem da sua produção e a sociedade do seu espaço. A região transforma-se num conceito vazio, abstrato, assim como o espaço, desprovido de humanidade.

Milton Santos acredita que a ausência dos fenômenos históricos sociais ocorreu quando o uso dos modelos matemáticos passou a configurar, por excelência, a metodologia da geografia. Isso contribuiu para a ausência da compreensão histórica dos fenômenos, pois eles se voltam mais para as relações

entre variáveis do que para o movimento que estruturou essas relações. Ela preocupou-se mais em construir modelos e padrões de correlação, sem ao menos compreender, a fundo, o fenômeno a ser pesquisado. O uso da estatística, com a mera finalidade de *manipular números* e classificações, pode levar ao grande equívoco de se distanciar dos fatos, sobretudo, quando se parte de um modelo, construído à luz da teoria e organizado matematicamente, para depois aplicá-lo à realidade (SANTOS, 1996). Como diria Milton Santos (1996, p. 47) na sua crítica aos estudos de Barry Ridell sobre Serra Leoa, baseados em modelos causais lineares: “ele parte de hipótese *a priori* em vez de partir da própria realidade. Seu ponto de chegada é, como seria de esperar, um novo exercício de empirismo abstrato cujo valor para o conhecimento concreto de uma realidade concreta é pequeno”. Parafraseando o filósofo Bachelard, Milton Santos (1996, p. 49) acrescenta, ainda, que: “É preciso refletir para medir e não medir para refletir”.

Perguntar-se-ia, então: A contribuição da estatística à geografia constituiria uma nova metodologia ou um novo paradigma? Recorre-se a Milton Santos (1996, p. 50): “a geografia quantitativa seria apenas uma metodologia ou um processo empregado para a realização do paradigma com o apoio de uma das várias abordagens teóricas”. A matemática e a estatística, sem dúvida, geraram grandes avanços nas ciências geográficas, porém, suas contribuições ocorreram somente no nível metodológico. As inovações metodológicas não levam, necessariamente, a inovações teóricas. Em síntese, nesse caso, o erro da geografia quantitativa seria, então, considerar os avanços metodológicos como se fossem avanços teóricos e epistemológicos.

### **1.3. O método em Milton Santos e a crítica à geografia regional**

Método, segundo Milton Santos (1994, p. 166) é “um conjunto de proposições — coerentes entre si — que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo da realidade, ou de um aspecto da realidade. Nenhum método é eterno”. O método só é real à medida que é atual. Isso quer dizer que as estruturas sociais somente podem ser compreendidas à luz da história e do presente. Em cada momento histórico, cada elemento ou fenômeno muda seu papel e sua função no sistema espacial, função essa entendida, somente, pelas relações estabelecidas desse elemento com os demais (SANTOS, 1985).

Por conseguinte, o método torna-se fundamental para a compreensão da realidade, pois fomenta os instrumentos necessários para o sujeito interpretá-la. A metodologia, segundo Milton Santos, representa a “ótica de nossa ideologia, [...], de nossa visão global do mundo” e “deve ser renovada constantemente, senão a realidade lhe escapa” (SANTOS, 1978, p. 1). Acrescenta, ainda, Milton Santos (1994, p. 166): “já que não posso inventar o mundo: invento uma forma de interpretação, pois o mundo existe independente de mim”. Em sua obra, *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, ele deixa claro que o método é uma abstração que auxilia a compreensão do mundo e, somente conectado com ele, é que se pode compreendê-lo. Assim sendo, ante a complexidade dos problemas do mundo, tem-se que rejeitar as concepções ultrapassadas pela rapidez dos eventos que ainda servem de referência e de hipótese de trabalho. Impõe-se, assim, aos estudiosos, uma necessidade de repensar métodos e conceitos (SANTOS, 1978). Milton Santos (1978, p. 24) adverte que “os modelos não são eternos: pelo contrário, as transformações rápidas da realidade os desacreditam,

desgastando-os rapidamente, o que, portanto, não permite que se negligencie a elaboração de novos”. Ainda:

A teoria em outros termos, não passa de uma hipótese. Quando as observações não coincidem com uma teoria, ou seja, não adquirem um sentido no quadro teórico que precede a pesquisa, torna-se necessário abandonar a teoria para substituí-la por outra que possa ser mais útil (SANTOS, 1978, p. 28).

Milton Santos é enfático na crítica ao método que não se conjuga com a realidade. Origina-se dessa crítica o descrédito do autor para com os conceitos de região até então desenvolvidos na geografia e nas demais ciências humanas. Para ele, o conceito de região e seu método sugerem a incapacidade da geografia, até o momento, de conceber que a transformação do mundo não comporta mais uma área homogênea, coesa, delimitada, como estabeleceu a geografia clássica, francesa, sobretudo. Convicto disso, o autor apresenta em seu livro *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, uma crítica veemente à geografia regional, lançando bases para a construção de uma geografia geral que se sobreponha à geografia regional.

Segundo Milton Santos, a geografia geral é uma tentativa de se esquematizar, a partir de situações reais, episódios que podem ocorrer em diversos lugares, e de se estabelecer generalizações que podem se tornar leis ou princípios.

O fato desse autor se referir à geografia geral demonstra que ele exalta a sua importância no sentido da construção de um arcabouço teórico. Em outras palavras, ele mostra a importância da geografia geral na constituição de uma epistemologia geográfica. Está imbuído em construir uma estrutura teórica e metodológica para a geografia, para que ela se configure como ciência nos moldes da modernidade.

A possível separação entre geografia geral e geografia regional, o explícito privilégio da primeira em relação à segunda, indica uma divisão entre a teoria, a abstração conceitual e o empírico, o singular expressado na geografia regional. A princípio, essa constatação pode corresponder a um *a priori* do conceito, da reflexão epistemológica em relação aos fatos, e a uma retomada de Kant ao invés de sua superação.

A crítica à geografia regional, apontada por Milton Santos, dá maior destaque às abstrações gerais em detrimento dos fatos particulares. Somente compreendendo sua crítica é que se pode dar conta, posteriormente, da interdependência entre esses dois aparentes extremos na obra do autor: a geografia regional e a geografia geral.

Com relação à geografia regional, segundo Milton Santos (1978), ela não dá conta de entender a complexidade das relações socioespaciais contemporâneas, uma vez que se baseia num espaço homogêneo, contido em si mesmo, sem relação com o externo. Sendo assim, seu instrumento conceitual básico — a região — torna-se obsoleto, calcado nessa concepção simplificadora da realidade.

Em síntese, a suas críticas à geografia regional e ao seu objeto — a região — no seu livro *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, apresenta duas dimensões. A primeira é a própria transformação do mundo, que não comporta mais uma área homogênea, contida em si mesma. A outra se deve à vontade e à necessidade do geógrafo de construir um arcabouço epistemológico para a geografia. Estabelece-se, então, uma crítica à geografia clássica e seu método, desqualificando a região homogênea e a própria escola francesa que tinha nela o objeto, por excelência, da referida disciplina.

Entretanto, apesar de se conferir à geografia geral a capacidade de interpretar a realidade com maior coerência, ela também é motivo de críticas. A

geografia geral, fundada numa geografia regional, na qual predomina a autonomia da região constituída num suposto equilíbrio entre homem e natureza, conduz a relações de causalidade equivocadas. A complexidade do mundo contemporâneo já não permite mais que se interpretem os fenômenos somente através de suas causas e efeitos, pois esses são múltiplos e estão em processo incessante de transformação. Por isso, a reflexão da geografia geral deve se pautar pela análise dos processos, compreendendo o mundo como uma totalidade em constante movimento, cujos fatos isolados somente adquirem sentido quando respaldados por uma lógica que os incorpore (SANTOS, 1978).

A realidade da região não pode abrigar, ao mesmo tempo, a causa e o efeito dos fenômenos nela contidos, pois a dinâmica do mundo atual mostra, cada vez mais, que a conexão entre os fenômenos, em muito, ultrapassa seus limites. Nesses termos, a análise exclusiva do *concreto* nada mais representa do que o estudo da aparência do fenômeno descrito naquele instante, sem a devida abordagem do processo que o gerou, sua essência. A reflexão, assim, pode se perder num devaneio desprovido de conteúdo.

Milton Santos considera, também, que a analogia e a comparação são um dos passos metodológicos da geografia regional francesa, junto com a observação, a descrição, a síntese e a elaboração de leis. Segundo ele, “o procedimento comparativo, um dos trunfos do método geográfico, só pode frutificar quando são claramente percebidos os processos e as características fundamentais comuns às situações particulares que se comparam” (SANTOS, 1978, p. 15).

Em *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, observa-se que o modelo é importante para o autor, pois é ele que representa a teoria, as abstrações próprias da geografia geral. A geografia regional seria a pesquisa de um espaço concreto como quadro de estudo, um fato em si mesmo, enquanto que a



geografia geral seria o esforço de abstração, de criar modelos. Os modelos devem sintetizar e resumir:

[...] as características permanentes mais próprias dos fenômenos submetidos ao estudo e a sistematização conceitual. Mas eles não devem somente satisfazer a uma economia do pensamento, no sentido da minimização de *in-puts*, os quais, visando obter um grau dado de rigor científico, devem também satisfazer as propriedades seguintes: clareza de exposição e exatidão (SANTOS, 1978, p. 22).

Os modelos representam, para Milton Santos, nada mais nada menos, um instrumento epistemológico na construção teórica e metodológica que auxilia a elaboração intelectual do geógrafo. Mas, assim como o método, também os modelos não são eternos; pelo contrário, as rápidas transformações do mundo os desqualificam, desgastando-os o mais depressa possível, justificando a criação de novos.

A intenção do autor, como já salientado, era estabelecer os fundamentos epistemológicos necessários para a reconstrução da geografia como disciplina e, através deles, construir uma metodologia que desse conta de toda a complexidade e complementaridade dos fenômenos espaciais do mundo contemporâneo. A partir da reflexão sobre os modelos, entendidos como abstrações necessárias ao processo de conhecimento, o autor desenvolve uma relação dialética entre a geografia regional e a geografia geral, evidenciando a interdependência conceitual entre elas.

Ainda em *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, o autor explicita que a geografia geral, fruto da abstração, da criação conceitual, depende dos fatos empíricos, particulares, pois através deles é que se torna possível a compreensão teórica da realidade dos processos políticos, econômicos, sociais e espaciais.

A articulação entre a geografia geral e a geografia regional trata, segundo Milton Santos,

[...] de um esforço de abstração que não recusa o concreto e que tem necessidade do concreto para a sua formulação. Esse esforço de abstração parece particularmente útil aos esforços do desenvolvimento da geografia. Pois, ciência humana, antes de mais nada, os mecanismos geográficos descritos nos trabalhos resultantes da pesquisas em campo tem uma grande parte de universalidade e uma parte importante de local, de particular. Aliás, é essa originalidade regional que acima de tudo se procura (SANTOS, 1978, p. 13).

O conceito de modelo será substituído em seu livro *Por uma geografia nova* pelo conceito de totalidade. A importância da noção de totalidade torna-se evidente a partir do momento em que o mundo capitalista se completa, ou seja, abrange todo o ecúmeno. Entre todos os aspectos da vida social, econômica e política, nenhum deles tem primazia sobre os outros, todos são importantes. Destacando apenas um deles, pode-se correr o risco de cair em dogmatismos. Deve-se compreender que cada elemento da sociedade guarda um aspecto, ou uma significação do movimento de totalidade, e que cada elemento muda no decorrer do tempo (SANTOS, 1996).

Mesmo considerando a importância do particular, do *concreto*, na compreensão do movimento do mundo, Milton Santos insiste em reconhecer, no universal, a primazia para a aquisição do conhecimento. Isso fica mais explícito nos artigos que compõem seu livro: *Espaço e método*, publicado em 1985.

Somente através do movimento do conjunto, do todo, é que se pode valorizar cada parte e analisá-las, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo. Fatos isolados são abstrações e o que lhes fornece *concretude* é a relação que mantêm entre si. “A verdade é que, seja qual for a forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. As ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos” (SANTOS, 1985, p. 15).

Quando há uma mudança em um determinado lugar, isso reflete no todo, modificando-o, fazendo-o outro, como uma totalidade que não se cansa de se fragmentar e, mais adiante, juntar novamente as partes. A partir desse impacto das partes no todo, ele acaba por atingir o restante do conjunto que o forma. Isso permite dizer que não há relação direta entre os elementos sem uma mediação feita pelo todo. O valor *real* desse movimento é dado pelo todo, e somente por ele.

Cada lugar é, pois, um instante do movimento do mundo. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significado graças ao movimento do todo: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas (SANTOS, 1985).

Pode-se dizer, então, que cada lugar dispõe de duas características: uma intrínseca, que vem de suas características próprias; outra do seu caráter sistêmico, isto é, de sua inserção na totalidade. É por isso que cada lugar é um fragmento da totalidade. Cada lugar é objeto apenas de algumas das relações do todo. Por isso, só participa apenas de uma fração do movimento total.

A interpretação de Milton Santos condiz com a compreensão dialética do mundo. O universal e o singular, ou a geografia geral e a geografia regional, se completam num movimento de totalização, de completude das relações. Isso não quer dizer que a totalidade é estática e fechada, mas um processo em constante movimento, que se fragmenta e de novo se junta, incessantemente. A totalidade torna-se aberta, configurando-se como o conceito-chave para se entender a interdependência entre o universal e o singular em seu movimento.

O conceito de totalidade estabelecido pelo autor e sua abordagem dialética de compreensão do movimento do mundo sofreram grande influência do pensamento do filósofo checo Karel Kosik e de sua obra *Dialética do concreto*. É a partir de Kosic que Milton Santos percebe a *concretude* da totalidade, ou seja, que a capacidade de compreender as conexões entre os processos sociais e

espaciais não fazem parte apenas de um processo cognitivo do conhecimento. É também, um movimento do *real*, das relações sociais no mundo. O mundo contemporâneo globalizado torna-se conhecido pela extensão das relações sociais de produção e pelo modo de produção hegemônico, ou seja, pelo capitalismo. Assim, a totalidade abstrata passa a ser também uma totalidade concreta.

Contrapondo a noção de concreto considerada como um fato particular, uma singularidade, uma abstração, Milton Santos cita Kosic:

A interdependência e a mediação da parte e do todo significam, ao mesmo tempo, que os fatos isolados são abstrações, elementos artificialmente separados do conjunto e que unicamente por sua participação no conjunto correspondente adquirem veracidade e concretude. Da mesma forma, o conjunto no qual os elementos não são diferenciados e determinados é um conjunto abstrato e vazio (KOSIC<sup>17</sup> *apud* SANTOS, 1985, p. 14).

A totalidade significa que a realidade se apresenta como um conjunto estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser compreendido. Ela é, segundo o próprio Kosic (1995), não só um instrumento epistemológico, mas também uma realidade empírica.

A recíproca conexão e a mediação das partes com o todo significam que os fatos, considerados isoladamente, não passam de abstrações, momentos artificiosos. Somente inseridos no todo é que os fatos isolados adquirem concreticidade. Do mesmo modo, o todo que não for diferenciado em seus diversos movimentos, torna-se um todo abstrato e vazio (KOSIC, 1995).

A interdependência do singular e do universal é a tônica do pensamento do referido filósofo. Segundo ele, a relação de predominância do todo em relação às partes constitui o caminho para uma falsa totalidade. Se o processo *inteiro*, *superior*, existir independentemente dos fatos, a totalidade torna-se abstrata.

---

<sup>17</sup> KOSIC, Karel. *Dialetica del concreto*. México: Grijalbo, 1967. p. 61.

O seguinte trecho de Lênin, citado por Lukács, resume bem a vinculação dialética entre singular e universal proposta por Kosic:

O singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular. Todo singular é (de um modo ou de outro) o universal. Todo o universal é (partícula ou aspecto, ou essência) do singular. Todo universal abarca, apenas de um modo aproximado, todos os objetos singulares. Todo singular faz parte, incompletamente, do universal, etc. Todo singular está ligado, por meio de milhares de transições, aos singulares de um outro gênero (objetos, fenômenos, processos). (LENIN<sup>18</sup> *apud* LUKÁCS, 1968, p. 109).

Como se pode observar, tanto o filósofo quanto o geógrafo não negam a importância essencial das abstrações no processo de conhecimento, mas afirmam que sem o mundo, sem as relações sociais, as abstrações perdem o sentido e, também, seu objeto. Na visão de Kosic (1995), o conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórico-crítico e interpretativo. Essa atividade teórica auxilia a reflexão sobre a realidade dos fatos. Assim, o concreto e o abstrato se entrelaçam, tornando-se essenciais ao processo de conhecimento.

Em Milton Santos, em sua obra mais madura, *A natureza do espaço*, percebe-se que a totalidade se destaca na compreensão do espaço. Esse conceito confirma a interdependência dos fatos singulares e universais e, com isso, a impossibilidade de se construir geografias regionais e geografias gerais sem que uma não contenha a outra. Assinala Milton Santos:

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes, e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização (SANTOS, 1997, p. 96).

---

<sup>18</sup> LÊNIN, Wladimir. *Philosophischer nachlass*. Viena/Berlim, 1932. p. 287.

Com efeito, o conhecimento da totalidade pressupõe sua divisão, seu recorte, pressupõe compreender suas diferenças, mesmo que conectadas pelo movimento da unidade. O real, segundo o geógrafo, é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Pensar a totalidade sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos do movimento.

A totalidade, constituída por suas estruturas e pelas relações sociais, transforma-se com maior velocidade nos dias de hoje, cindindo-se em diversos fragmentos que se efetivam diferencialmente. As regiões e os lugares são definidos pelo movimento do todo, porém, modificam-se e realizam-se distintamente, ou seja, adquirem qualidades e quantidades locais que as distinguem umas das outras.

Nesse movimento, o conceito de região, aos poucos, vai se delineando na obra de Milton Santos, que nunca perde de vista a relação dialética que ela comporta entre o singular e o universal. A partir da dialética da totalidade, o autor considera a importância da reflexão sobre a região no mundo contemporâneo, mas uma região instável, a todo o momento, sujeita às intempéries do mundo global.

Acostumamo-nos a uma idéia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, nesse mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões (SANTOS, 1997, p. 197).

A região se encontra inseparável do movimento do todo. O todo somente pode ser compreendido pelo movimento das partes e estas, por sua vez, só podem ser conhecidas pelo movimento do todo. No entanto, na análise miltoniana, como já salientado, o todo parece prevalecer em relação às suas partes: é na

compreensão das relações entre as partes que se pode compreender cada uma delas.

A importância da geografia regional, na obra desse autor, não comporta uma *independência ontológica* da região. Isso quer dizer que a região e o método regional somente têm sentido no movimento da geografia geral. Milton Santos (1988) alega que a geografia geral é um capítulo introdutório indispensável para uma reflexão sobre suas particularidades, nesse caso, as regiões. O conceito de região não abarca, nos dias de hoje — partindo do singular, dos fatos particulares contidos em si mesmos — a explicação do mundo. O possível desalento desse geógrafo para com o conceito tem suas origens na incapacidade de viabilizar a compreensão do espaço através das particularidades e somente por meio delas. De acordo com Milton Santos, no mundo globalizado, a região é muito mais dinâmica e influenciada por movimentos externos do que poderiam imaginar os clássicos dessa disciplina.

A importância do conceito de totalidade para Milton Santos é fundamental e, somente a partir dele, a região poderá ser compreendida. Por isso, o capítulo seguinte parte das relações universais, ou seja, dos processos que influenciam diretamente a conformação da região para que, então, se reflita sobre as dimensões do conceito.

## **CAPÍTULO 2**

### **Do Universal para o Particular: a formação do conceito de região**



**P**ara o desenvolvimento do tema proposto nesta dissertação é necessário, como indicado no capítulo anterior, seguir os caminhos do autor em sua reflexão sobre o movimento que vai do universal ao particular, ou seja, do modo de produção capitalista à dinâmica regional particular. A região deve ser compreendida, portanto, dentro do processo de totalização do desenvolvimento capitalista.

A noção de totalidade torna-se, então, preponderante para explicar as contradições do capital e para compreender o nexos que conecta todas as partes do mundo, sustentando a desigualdade entre elas (SANTOS, 1996). Essa categoria, a totalidade, é fundamental para o desenvolvimento teórico da obra de Milton Santos. Ela deve ser compreendida em seu movimento, em seu processo de fragmentação e junção, como uma totalidade aberta, unidade e multiplicidade indissolúvelmente ligadas (LEFEBVRE, [s.d.]).

A totalidade não é somente uma universalidade abstrata, um instrumento intelectual que auxilia o processo do conhecimento, mas ela é, também, uma totalidade concreta, que corresponde ao mundo interligado por funções, normas e técnicas. Mais do que nunca, tornou-se relevante entendê-la como a universalidade empírica, concreta (SANTOS, 1988, 1996, 1997).

É somente a partir da universalidade empírica que se pode entender o processo de globalização. Isso porque, até então, segundo Milton Santos (1988), a totalidade era somente encontrada pelos filósofos na abstração metafísica. A partir da internacionalização do capital, através do colonialismo, imperialismo e, agora, da globalização, essa categoria ganha novos conteúdos, já que o mundo se torna conhecido em sua universalidade. A totalidade antes idealista passa a ser, também, concreta, no sentido de sua universalidade empírica. A universalidade

empírica esclarece-se, pois, a partir da globalização. Torna-se o conhecimento do mundo empiricamente propiciado pela técnica hegemônica, requalificando as categorias e os conceitos necessários para a sua compreensão.

A universalidade empírica confunde-se com o processo de mundialização ou de globalização. Segundo Ortiz, “seria mais convincente compreender a mundialização como processo e totalidade. Processo que se reproduz e se desfaz incessantemente, como toda sociedade, no contexto das disputas e das aspirações divididas pelos atores sociais” (ORTIZ, 2003, p. 30). A partir desse processo de globalização, Milton Santos inicia o delineamento dos aspectos universais que contribuem para a formação do particular, a região.

## **2.1. A globalização e o meio técnico-científico-informacional**

Para Milton Santos (2000), a globalização é o auge do processo de internacionalização do capitalismo contemporâneo. Ela possibilitou — e foi possibilitada — pela *empiricização do planeta*, exigindo uma filosofia das técnicas e das ações responsável pela compreensão do mundo a partir de sua totalidade. A empresa capitalista passa a conhecer cada lugar do mundo, e sua inserção nele dependerá dos atributos de cada um dos lugares. Dessa maneira, ela amplia sua produção, abrindo fronteiras pelo mundo através dos mercados, da exportação de tecnologia, da divisão do trabalho e das formas de produção e consumo adequadas ao seu interesse.

A globalização articula, assim, todos os territórios do planeta. As forças produtivas, articuladas em mercados internacionalizados, estão sendo

amplamente reproduzidas no mundo pelo capital<sup>19</sup>. A globalização subsume, objetiva e subjetivamente, outras formas de organização da produção pretéritas, contidas nos diversos lugares:

São vários e encadeados os processos que caracterizam a globalização do capitalismo, desde a acumulação originária à concentração e centralização do capital; do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das forças produtivas ao desenvolvimento e modernização das relações de produção; da nova divisão internacional do trabalho e da produção à constituição do mercado mundial, influenciando ou articulando mercados nacionais ou regionais; das formas singulares e particulares do capital ao capital em geral (IANNI, 1997, p. 143).

O capitalismo seria, então, uma forma de produção que, ao entrar em contato com outras formas produtivas — ainda que, em algumas circunstâncias, sejam preservadas as relações de produção tradicionais — modifica, tenciona, cria atritos e desestabiliza a vida local com a qual ele entra em contato.

Essa marcha do capital global não se faz sem o predomínio das técnicas. Esta, composta e inserida socialmente, também participa do espaço de disputa entre atores e, portanto, não escapa à vontade hegemônica das grandes corporações. Nos países periféricos, a técnica é utilizada como forma de subsunção do trabalho, da cultura e da política, alargando ainda mais a desigualdade e estreitando a diversidade. Aos poucos, a tecnologia da informação passa a organizar o imaginário, a subjetividade das pessoas, no intuito de inseri-las no processo produtivo mundial, através da tecnificação da vida em seus diferentes aspectos, racionalizando-a instrumentalmente.

Para o entendimento do mundo contemporâneo, é necessária, também, uma incursão no papel da técnica e, também, da ciência como fontes da

---

<sup>19</sup> “O capital de que se fala aqui é uma categoria social complexa, baseada na produção de mercadoria e lucro, ou mais valia, o que supõe todo o tempo a compra de força de trabalho; e sempre envolvendo instituições, padrões sócio-culturais de vários tipos, em especial os jurídico-políticos que constituem as relações de produção” (IANNI, 1997, p. 48).

unicidade global. Unidade técnica, unicidade dos momentos e unicidade do motor socioeconômico constituem o tripé da globalização (SANTOS, 2000).

A técnica representa, para Milton Santos (1994), o conjunto de instrumentos à disposição e a indicação do trabalho a fazer. Ela pode ser compreendida tanto como uma habilidade ou como a instrumentalização dessa habilidade. A cada época, impõem-se novas técnicas que determinam a produção e o trabalho. Sem a sua compreensão não se entende o contexto contemporâneo.

A técnica passa a ser o instrumento intermediário entre a natureza e o homem, a síntese de conhecimento e saber científico, a mediação direta entre o homem e a natureza, mediação das heranças sociais e materiais presentes e passadas contidas nos objetos técnicos (SANTOS, 1997).

A valorização da importância da técnica para o conhecimento espacial, como mediação preponderante entre homem e natureza, foi alvo de muitas críticas por parte, principalmente, de alguns geógrafos. Chegaram a qualificar essa posição como apologista da técnica, como se de fato a técnica fosse neutra, sem conteúdo, cabendo aos homens apenas a sua aplicação, separando o fazer e o seu uso. Esse argumento, porém não encontra respaldo nos escritos de Milton Santos:

Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaborado para entendê-las, isto é, para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu mutismo (SANTOS, 1997, p. 38).

Não há na história uma separação entre técnica e política. As técnicas são construídas como um sistema e realizadas, combinadamente, pelo trabalho e pelas relações sociais específicas de cada tempo. Cada técnica — ou sistema

técnico — expressa uma razão política, o que Milton Santos (1997) denomina intencionalidade.

Gonçalves (2006) concorda com Milton Santos quando afirma que não se pode dissociar a técnica das relações de poder. É bom destacar que não há sistema técnico sem sistema de ações, de normas e valores. Não se deve cometer o erro de dissociar esses dois sistemas, como se a técnica tivesse autonomia em relação ao sujeito. Dessa maneira, é possível perceber um modelo de razão instrumental que se expande pelo mundo como meio técnico-científico-informacional. Uma crítica à técnica é sempre uma crítica à intenção nela implicada. Desse modo, a técnica constitui um sistema que visa a controlar seus efeitos, porém, ela sempre está inserida na complexidade do mundo, onde os impulsos contraditórios de ordem e desordem convivem mutuamente.

Não existe sociedade sem técnica, pois toda sociedade se realiza por meio de realizações práticas, a produção, com a finalidade de saciar as necessidades humanas (GONÇALVES, 2006). O que não significa afirmar que a técnica é a mediadora, por excelência, da relação entre homem e natureza, como Milton Santos faz entender em alguns momentos de sua obra. Os homens não se relacionam somente com a natureza, relacionam-se, também, entre si e são mediados nessas relações pela política, pela economia e pela cultura.

A técnica, de fato, não se resume à relação homem e natureza. Como mediadora nas relações entre os homens, ela é uma relação social e, enquanto tal, não faz sentido fora da sociedade que a cria. Por isso a implantação de técnicas nos países subdesenvolvidos, geradas em outras sociedades, amplia o *estranhamento* nas relações sociais, políticas e econômicas nesses países.

Nessa perspectiva, a técnica, enquanto constituída e constituinte de relações sociais de poder, desfaz a visão e a crença de que ela trará, necessariamente, o bem para a civilização: “[...] a técnica trás em seu uso a

intenção em estado prático: por meio da técnica, meios e fins se tornam praticamente concretos. Assim, é sempre bom insistir, a técnica não é paralela nem tampouco exógena às relações sociais e de poder” (GONÇALVES, 2006, p. 79).

Lukács, contrapondo a Bukhárin, salienta que não são as forças produtivas, no caso a técnica, que determinam as relações sociais de produção. Na opinião dele, crer nesse fato é dar à técnica importância maior do que ela realmente possui. Explica Lukács (1989 p. 45): “a técnica é uma *parte*, um momento naturalmente de grande importância, das forças produtivas sociais, mas não é, simplesmente, idêntica a elas [...]”. Supor isso significaria sobrepor a questão técnica aos dilemas sociais e seu desenvolvimento. O desenvolvimento da sociedade depende da técnica, resultado do produto histórico das relações sociais de produção.

Segundo Álvaro Vieira Pinto (2005), qualquer reflexão sobre a técnica que não considere o sujeito que a produz e a sua base social de produção recai no erro de desvinculá-la do processo histórico. Ela, por natureza, é uma forma de produção material historicamente determinada. Sua existência resulta da capacidade racional do homem apreender a capacidade objetiva das coisas. Portanto, a técnica não é o motor da história e sim, ao contrário, é a história social que proporciona o surgimento da técnica.

Segundo Marcuse (1967), em sua crítica à racionalização weberiana<sup>20</sup>, a racionalidade instrumental é a nova mutação da idéia de razão. A lógica tornou-

---

<sup>20</sup> Para Habermas (1994), Max Weber definiu racionalidade como uma forma, atividade econômica capitalista, regida pelo direito privado burguês e pela dominação burocrática. Essa racionalização significa ampliação das esferas sociais. Isso quer dizer que a industrialização do trabalho instrumental penetra em todas as esferas da vida, dependendo do progresso técnico-científico para se perpetuar. As técnicas, aliadas à ciência, penetram nas instituições e na vida cotidiana, transformando-as. A racionalização de Marx Weber deriva da ação racional dos empresários — trabalhadores industriais, pessoas jurídicas, funcionários (burocratas) — associada a critérios de ciência e técnica. Marcuse (1967), porém, salienta a diferença entre a racionalização descrita por Weber e racionalidade. Para ele, a racionalização de Weber contém uma dominação política oculta

se lógica de dominação. A racionalidade técnico-científica está convergindo em direção a novas formas de coerção e controle sociais:

A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo (MARCUSE, 1967, p. 37).

Assim como Marcuse, Habermas crê que a razão técnica é ideológica. Não só a sua aplicação, mas a própria técnica significa uma forma de dominação do homem sobre o homem e sobre a natureza. Determinados fins e interesses de dominação inserem-se já na própria construção do aparelho técnico.

A técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominante pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é “material” e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica (MARCUSE<sup>21</sup> *apud* HABERMAS, 1994, p. 47).

Na perspectiva de Marcuse, a emancipação humana só será possível com a transformação radical das forças produtivas, inclusive, a técnica:

A transformação qualitativa também compreende uma transformação na base técnica em que repousa essa sociedade – a que sustenta as instituições econômicas e políticas pelas quais a *segunda natureza* do homem como objeto agressivo de administração é estabilidade. As técnicas de industrialização são técnicas políticas, como tal prejulgam as possibilidades da Razão e da Liberdade (MARCUSE, 1967, p. 37).

Apesar da valorização da técnica, na obra de Milton Santos, ele parte do pressuposto de que não se pode acreditar nela, nem como salvação nem como negação do mundo. Para ele, as técnicas “são *neutras*, na medida em que o

---

(ideologia) que, apenas, consta de suas adequações tecnológicas e estratégias burocrática e econômica para manter o sistema. Weber subtrai todos os interesses sociais que manipulam e reproduzem o sistema. Desse modo, a racionalização é instituída como técnica de controle.

<sup>21</sup> MARCUSE, Herbert. *Industrialisierung und kapitalismus im werk Max Weber*. In: *Kultur und gesellschaft*. II. Francoforte. 1965.

resultado depende das intenções dos atores, as técnicas apenas oferecem possibilidades. Mas na medida em que são de uso exclusivo de atores hegemônicos, tornam-se tão hegemônicas quanto eles. Não há inocência no uso atual das técnicas dominantes” (SANTOS, 1997, p. 32).

É uma visão dialética da técnica, no sentido de que ela pode ser tanto um meio para manter a ordem e as normas estabelecidas, quanto uma solução para mudá-las. Nela está contida tanto uma neutralidade quanto uma intencionalidade.

Lefebvre (1969) também reflete sobre o significado da técnica no mundo moderno. Para ele, a insuficiência da técnica não é percebida. Não se compreendem os atores por trás dos signos e significados da técnica. A nebulosidade do processo de alienação, que está por trás da imagem, do signo, leva à desconfiança das possibilidades da técnica na própria vida cotidiana dissimulada. Semelhante desconfiança causa nostalgias. Nessas circunstâncias, acusam-se os tecnocratas pelos erros do presente, remete-se a uma sociedade pré-técnica, como se fosse louvável uma volta e não um futuro possível. Por conseguinte, perdem-se de vista as possibilidades da técnica. “Pode-se passar de um pseudo-humanismo, clássico ou romântico, que se pronuncia contra a técnica e a tecnicidade, a um entusiasmo pela técnica, que silencia sobre as lacunas da tecnicidade e sobre a distância que a separa do cotidiano” (LEFEBVRE, 1969, p. 18). A técnica abre o caminho do possível, desde que ela se torne investida no cotidiano:

Ela é portanto aquilo que fecha e abre a saída, aquilo que obscurece e que descobre os horizontes, quanto a ideologia, a dos tecnocratas, a dos sociólogos que discorrem sobre a sociedade tecnicista, esta bloqueia o conjunto; disfarça as contradições (especialmente a existente entre o enclausuramento de uma sociedade imobilizada por estruturas de equilíbrio e a abertura de uma sociedade que caminha na direção do possível através da contestação e da efervescência) (LEFEBVRE, 1969, p. 19).



É do incessante processo contraditório da técnica, da possibilidade de sua negação ou afirmação no mundo contemporâneo, que Milton Santos parte para periodizar os tempos históricos.

Antes da Revolução Industrial havia tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares. Assim, cada canto do planeta tinha seu próprio sistema técnico. As condições de trabalho estavam em relação direta com o meio geográfico e a inexistência de máquinas não significava ausência da técnica. Nesse período, o homem escolhia, na natureza, aquilo que lhe era necessário para a reprodução de sua vida, variando conforme o lugar.

O que alguns consideravam como período pré-técnico exclui uma definição restrita. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como momento marcante: o homem mudando a natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica (SANTOS, 1997, p.188).

A mecanização do território, a partir do século XVIII, e seu adensamento populacional fizeram com que surgisse o período técnico. Passa-se a distinguir os objetos naturais e culturais (pré-técnicos) das técnicas propriamente ditas. Os objetos técnicos se sobrepõem à razão natural instrumentalizando as ações, transformando-se em prolongamento do próprio corpo, do território e do espaço com suas estruturas, formas e funções. Na verdade, o que houve foi a sobreposição do tempo social ao tempo natural.

O fenômeno, porém, era limitado. Eram poucos os países e as regiões onde o progresso técnico podia instalar-se. E, mesmo nestes poucos, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos, de modo que tanto os seus efeitos estavam longe de ser generalizados, como a visão desses efeitos era, igualmente, limitada (SANTOS, 1997, p.190).

Havia tantos sistemas técnicos quanto regiões. Não existia, em sua grande maioria, troca entre eles e, muito menos, dependência funcional. A

transformação da história se confunde com a redução dos sistemas técnicos, especialmente dispersos, e com a expansão de um sistema técnico unitário gerado pelo capitalismo (SANTOS, 1999).

O desenvolvimento do capitalismo nos países centrais só se tornou possível graças aos progressos da ciência e da tecnologia e aos abundantes recursos materiais e financeiros. Por outro lado, ele tem tornado difícil o avanço técnico e científico nos países periféricos pelas próprias restrições impostas pelo mercado mundial.

A interação entre ciência e técnica, principalmente após a II Guerra Mundial, sob a égide do mercado, marcaria a nova *face* do mundo. Desde aquela época, tem sido cada vez mais difícil estabelecer limites entre ciência e tecnologia. Na fase contemporânea da *tecnociência* invertem-se os papéis: a ciência é que passa a ser de base técnica e o progresso técnico serve de impulso ao progresso científico e não o contrário (SZMRECSÁNYI, 2000).

O período técnico-científico, ou da *tecnociência*, caracterizado pelo avanço da ciência e da técnica, gerou modificações nas relações de produção, tornando seus papéis mais representativos na produção material de riqueza. O progresso tecnológico, aliado à ciência na esfera produtiva, aumenta a produtividade do trabalho, relativizando a quantidade do seu valor agregado à produção de mercadorias. O trabalho vivo sucumbiria a esse trabalho *abstrato*, mudando de papel ativo para papel passivo, substituído pela inovação tecnológica com fortes raízes no pensamento científico<sup>22</sup>.

Esse processo conduz ao aumento da composição orgânica do capital, isto é, maior proporção de capital fixo e constante em relação ao capital variável.

---

<sup>22</sup> “O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem — qualquer que sejam as formas de sociedade — é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1971, p. 50).

Nessa medida, a ciência, incorporada ao processo produtivo, diz respeito à relação trabalho-máquina, ou seja, à produção intelectual e material de inovações tecnológicas, aplicadas ao processo produtivo, no intuito de aumentar a acumulação de riqueza. Para Marx, a negação do trabalho vivo é uma consequência inevitável, no sentido de reforçar o maquinário e, conseqüentemente, aumentar a produção. “A utilização da ciência enquanto força produtiva, identificada como trabalho social acumulado (capital técnico), transformou-a na forma mais adequada de reprodução e formação do capital em geral” (PIRES, 1991, p. 61).

A tecnologia marcaria, então, uma nova etapa do processo produtivo, pois é nesse momento que ela, aliada à ciência, surge como força produtiva fundamental, subvertendo as relações sociais e institucionais. É nesse sentido que se pode falar da mudança do cientista de teórico para mão-de-obra produtora de tecnologia. A invenção torna-se um ramo da produção (LEBRUN, 2006).

Pode-se, então, concluir que o trabalho intelectual, científico, passou a fazer parte, também, do processo produtivo para além do *chão da fábrica*. Passou a definir o conteúdo e a função do processo de automação. A ciência, como conhecimento social acumulado, transforma-se em ator fundamental do processo produtivo, fator essencial na geração de valor incorporado na composição orgânica do capital. Dessa maneira, parece incorreto afirmar que a ciência e a tecnologia não transferem valor ao processo produtivo.

[...] o trabalho intelectual acumulado sob a forma de pesquisa, tecnologia e software também produziria valor, ao contrário do que aludem alguns teóricos hoje [...] o trabalho coletivo ou social, sob a forma de ciência (ou trabalho intelectual acumulado) e não apenas o trabalho vivo individual, iria produzir valor, ou seja, o trabalho intelectual (em sua forma abstrata ou coletiva), passaria, segunda essas reflexões, a subordinar o processo de produção

através do roubo do tempo livre produzido pela sociedade (PIRES, 1991, p. 61-62).

Torna-se, cada vez mais importante para o capitalismo, a criação de meios para a sua ampliação produtiva, como por exemplo: criação de melhores máquinas menos suscetíveis ao desgaste; escolha de melhor localização das unidades produtivas que propiciem a aproximação da matéria-prima; isenção de impostos; busca de menor preço de mão-de-obra e, atualmente, menor organização da classe trabalhadora.

Marx, segundo Pires (1991), entendia que a inovação tecnológica, aliada à ciência, geraria mudança na esfera da produção: menor quantidade de mão-de-obra, maior intensidade da força de trabalho e aumento da automatização. Marx, ainda segundo Pires, também admitiu que seria possível contrapor a tendência à queda dos lucros, mediante os avanços tecnológicos que propiciariam aumento da produtividade, diversificação dos ramos produtivos e dos produtos e espacialização da produção.

O crescimento da participação da ciência no processo produtivo, a expansão das inovações tecnológicas [...], proporcionam a formação de relações sociais de produção que interferem e alteram a composição do capital no espaço. Estas inovações tecnológicas cumprem o papel estratégico de viabilizar e fortalecer as condições desiguais de concorrência entre os circuitos espaciais de produção (PIRES, 1991, p. 75).

Segundo Milton Santos (1997), o espaço tornou-se diferenciado a partir de um conteúdo maior de ciência e de técnica. De fato, isso ocorreu dada a maior incorporação do capital constante (ferramentas de produção, insumos etc.) no processo produtivo, o que exigiu novas normas e especialidades do capital variável.

O vetor principal dessa transformação foi, sobretudo, a empresa multinacional. Ela, cada vez mais, tem se espalhado entre os países, acelerando

a circulação do capital, o que só teria sido possível pela aplicação da ciência na produção. Além disso, é o próprio progresso técnico que define a especialização das áreas para produção, segundo as necessidades da acumulação e circulação do capital.

Milton Santos refere-se a Marx, quando diz que a universalização do trabalho intelectual propiciou a ampliação do processo produtivo e a diminuição do espaço da produção *in situ*. Em outras palavras, essa especialização tecnológica possibilitou ampliar a produção, em diversos lugares e países, para além do *chão de fábrica* e, ao mesmo tempo, a diminuição do espaço da produção na própria fábrica devido à tecnificação (SANTOS, 1999b).

O avanço tecnológico proporcionou, de fato, como já referido, a diminuição da mão-de-obra nas fábricas e indústrias de ponta, a substituição de trabalhadores por máquinas e a terceirização de algumas etapas da produção. Contudo, a tecnificação das relações de produção nunca deixou tão *inflexíveis* as relações de trabalho. Além disso, o trabalho normatizado exige, cada vez mais, especialidade dos trabalhadores. As normas impostas engessam as relações sociais de produção e dificultam as criações e improvisações (SANTOS, 2000). No capitalismo, no período técnico-científico, valorizam-se o trabalho intelectual e científico e a circulação de idéias, assim como as mercadorias propiciadas pelas tecnologias de informação e difusão (SANTOS, 1988).

A requalificação do espaço incorpora, na atual fase do capitalismo, a informação<sup>23</sup> que atende aos anseios e às expectativas dos atores hegemônicos. Pode-se dizer que o meio técnico-científico-informacional é a própria globalização do espaço geográfico. Segundo Milton Santos, o próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, 1999b).

---

<sup>23</sup> Milton Santos já vinha trabalhando com o tema da informação no período técnico-científico desde a década de 80. Mas foi a partir dos anos 90, que ele incorporou definitivamente o informacional ao conceito de meio técnico-científico.

A incorporação do conceito de informação surge no contexto da ampliação da importância do trabalho intelectual no processo produtivo, quando este ganha um novo fomento, ou seja, um modelo que possibilita que o produto já exista como informação, mesmo antes da sua produção, isto é, como símbolo de consumo, um *marketing* (SANTOS, 1999b).

Portanto, no período técnico-científico-informacional, a informação está presente não só nos objetos, mas, também, nas ações, pois ela torna-se o vetor necessário à reprodução técnica e social dos territórios, assim equipados para sua maior e mais rápida circulação. A ciência e a tecnologia da informação estão presentes na base do processo produtivo, na utilização e funcionamento do espaço: “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 1999b, p. 11).

A maior inserção das técnicas de informação no processo produtivo não representa, necessariamente, como os pessimistas acreditam, a desqualificação da mão-de-obra, nem tampouco, como crêem os otimistas, que o progresso técnico irá superar a divisão do trabalho. As relações entre técnica e sociedade devem ser encaradas, portanto, como potencialidades contraditórias, pois caminham em ambos os lados. Ademais, a *revolução informacional* (LOJKINE, 2002) não representa a sobreposição do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, assim como não representa um poder tecnocrático que comandará todas as outras formas de trabalho. Contudo, não se pode negar a grande influência da ciência e da informação na compreensão, produção e reprodução ampliada do capital.

Segundo Lojkine (2002, p. 19), “a revolução informacional obriga justamente a não considerá-la mais como *custos* a serem reduzidos e sim como despesas fixas a valorizar (formação, pesquisa, saúde) *se se quiser mais eficácia*”.

Embora valorize as transformações da técnica da informação no mundo contemporâneo, Lojkin destaca, corretamente, a importância de se compreender que a informação está presente em todo o processo produtivo, como uma *despesa* previamente concebida.

A valorização da informação<sup>24</sup> no processo de globalização é uma constante no pensamento de Milton Santos. A ciência, a técnica e a informação, para ele, estão na base de todas as formas e relações no espaço. O espaço torna-se marcado:

Por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática (SANTOS, 1991, p. 8).

A unificação do tempo e espaço, em uma escala planetária, e a instantaneidade da informação, que aproximam os lugares e permitem o conhecimento simultâneo do que acontece em cada parte do mundo, geram uma ação simultânea entre os agentes e lugares numa relação de interdependência — a técnica torna-se universal.

A globalização, porém, não se resume apenas à universalização do sistema técnico através da informação. Ela é, sobretudo, o resultado das ações políticas e econômicas que asseguram a internacionalização dos mercados.

Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro. Esse é o debate central, o único que nos permite ter a esperança de utilizar o sistema técnico contemporâneo a partir de outras formas de ação (SANTOS, 2000, p. 24).

---

<sup>24</sup> Mesmo Marx, como observou Melo (1997), já faz referência à importância da comunicação (informação) no sentido de reforçar a centralização e acumulação do capital à medida que possibilita, pela divulgação do produto, uma rápida circulação de mercadoria, o que gera maior produtividade e acumulação do capital.

A informação é que possibilita a unificação do sistema técnico e, também, a convergência dos momentos e a simultaneidade das ações. A tecnologia hegemônica é propiciada por uma política de inovação que se espalha pelo mundo. O surgimento de novas técnicas não faz, necessariamente, as antigas sucumbirem. O que ocorre é a apropriação das inovações tecnológicas pelos atores hegemônicos, enquanto que as tecnologias obsoletas ficam nas mãos da grande maioria da população que habita os países periféricos.

Dessa maneira, a unicidade da técnica permite que o processo produtivo seja dividido em diversas regiões do mundo. Assim, nada impede, por exemplo, que a produção de tênis seja repartida entre países: o couro produzido na China, a tecnologia processada em Taiwan e a mão-de-obra executada na Tailândia. Contudo, percebe-se que a divisão espacial do processo produtivo objetiva reduzir os custos e maximizar o lucro, sem depender, exclusivamente, das características do local da produção.

A existência do sistema de informação possibilita, assim, a comunicação entre as técnicas que, até então, estavam dispersas no mundo. Permite que o tempo se torne único, ou seja, as ações passam a acontecer simultaneamente, respaldadas pela onipresença das técnicas. Há uma relação direta entre a unicidade da técnica representada pela informatização da comunicação e o atual momento histórico.

Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento simultâneo do acontecer do outro. Essa é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência dos momentos (SANTOS, 2000, p. 28).

Há uma confluência do tempo real, uma simultaneidade de eventos propiciada pela difusão tecnológica. Convergem as ações, sejam elas



hegemônicas, como as ações financeiras das multinacionais ou dos Estados, sejam elas dos movimentos sociais e das ONG's.

O mundo de hoje é o cenário do chamado *tempo real*, onde a informação se pode transmitir instantaneamente, permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as ações indicadas se dêem, atribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que a controlam (SANTOS, 1994, p. 113).

A aldeia global, referida por Ianni (1997), sugere que estão em curso uma harmonização e uma homogeneização do mundo baseadas na organização planetária propiciada pela técnica. Todas as escalas espaciais são atravessadas pela técnica. Segundo ele:

Na aldeia global, além das mercadorias convencionais, sob formas antigas e atuais, empacotam-se e vendem-se as informações. Estas são fabricadas como mercadorias e comercializadas em escala mundial. As informações, os entretenimentos e as idéias são produzidas, comercializadas e consumidas como mercadorias (IANNI, 1997, p. 16).

A esse respeito, Milton Santos acredita que a aldeia global pode constituir uma fábula, pois a grande maioria das populações, inclusive as que vivem nas grandes metrópoles, são incluídas, precariamente, nesse processo. “Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividade, ou, pelo menos, privilégios de uso” (SANTOS, 2000, p. 28). E ainda: “Os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em conseqüência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual” (SANTOS, 1997, p.162). A difusão da informação, da cultura e das mercadorias não atinge todos os lugares, nem todas as pessoas de uma mesma forma.

Tal fato remete ao mito do *tempo-espaco contraído*, discutido por alguns autores, entre eles Massey (2000), Harvey (2004) e Haesbaert (2002). Para

Massey, a compressão de tempo-espaço representa a aceleração da informação conectada em rede mundial, gerando encurtamento de distâncias e rapidez dos fluxos de informações. O encurtamento e a compressão do espaço — no sentido de distância — são, porém, concedidos a poucos atores, a saber, aos agentes financeiros e empresários das multinacionais localizadas nas grandes metrópoles mundiais. A transformação da distância se traduz em vantagens econômicas e políticas, visando maior rapidez da circulação de capital.

Na visão de Haesbaert (2002), a aniquilação do espaço pelo tempo é uma das teorias previstas por Marx, que acabou se tornando um mito, qual seja: a inovação tecnológica aplicada aos transportes e à comunicação diminuiria as distâncias. Contudo, o encurtamento das distâncias não ocorre para o conjunto da população de forma homogênea, privilegiando os atores hegemônicos.

A idéia de que o tempo suprime o espaço provém de uma interpretação equivocada do encurtamento das distâncias, derivada do progresso técnico na velocidade de circulação das pessoas, coisas e informações. A verdade é que “[...] as informações não atingem todos os lugares [...] há inúmeros filtros intermediários [...] que interferem na natureza da informação [...] podendo descaracterizar o produto” (SILVA<sup>25</sup> *apud* SANTOS, 1997, p. 161).

De fato, o número de pessoas com acesso à informação é reduzido, em comparação com as que não têm acesso. Por outro lado, mesmo para os privilegiados, não há supressão do espaço, mas um novo significado dado a ele pela rapidez dos eventos. Não se pode resumir, contudo, o espaço à mera questão de distância. O fluxo de informação, assim como o fluxo de mercadorias, é desigual, atingindo pessoas e lugares conforme as necessidades de sua reprodutibilidade.

---

<sup>25</sup> SILVA, Armando Corrêa da. O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho. In: SANTOS, Milton *et al.* *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. p. 75.

Isso leva, necessariamente, à diferenciação, segundo Milton Santos (2000), entre fluidez potencial e fluidez efetiva da técnica de informação no tempo real. A primeira, presente no mundo contemporâneo através das inovações tecnológicas da globalização, é uma possibilidade para todos, mas efetivamente, sua fluidez não alcança a todos; ela é excludente e assegura privilégios de uso (SANTOS, 2000).

As técnicas de informação são apropriadas por alguns grupos hegemônicos que a distribuem conforme seus interesses. À medida que a informação é manipulada, ela se torna ideologia. É por isso que, em certas ocasiões, o discurso antecede a produção. A ideologia prepara o terreno para a profusão e difusão da *tiranía do dinheiro*. A informação, portanto, tem duas finalidades: uma de instruir, outra de convencer. Como a informação precede a produção, o convencer se sobressai para garantir o funcionamento do sistema.

A convergência dos momentos, outro pilar da globalização, não significa, necessariamente, a unificação do tempo pela técnica, mas que se pode conhecer, instantaneamente, uma miríade de eventos<sup>26</sup> e perceber a relação e a simultaneidade entre eles (SANTOS, 1997).

Assim, quando, num mesmo instante, alguns lugares são atingidos ao mesmo tempo pelos eventos, percebe-se uma convergência de momentos, um acontecer simultâneo e interdependente, cuja unicidade é dada pela técnica, sobretudo, as técnicas de informação. O amálgama do tempo-mundo e do tempo-local torna cada lugar, ao mesmo tempo, preso a uma ordem distante, contido numa universalidade, e a uma ordem local, contida na sua singularidade. Argumenta Milton Santos:

---

<sup>26</sup> Segundo Milton Santos (1997), o evento nada mais é do que o tempo mundial em contato com o tempo local, transformando as ações, as formas e possibilitando a configuração de um novo acontecer.

Nunca na história do mundo houve um sistema de técnicas tão invasor. Nos períodos anteriores, nenhum deles com tal força de difusão e tal capacidade de se impor e espalhar quanto agora. Ao mesmo tempo, o sistema técnico, representativo da atualidade tende à unidade. É a primeira vez na história do homem em que há apenas um sistema técnico, regendo toda a atividade humana. É verdade, também, que em nenhum momento, nem mesmo agora, um sistema técnico se impôs completamente à totalidade dos lugares e dos homens. Um certo número de agentes hegemônicos utiliza os sistemas técnicos mais novos, por isso mesmo hegemônicos, enquanto no mesmo lugar, permanecem subsistemas técnicos hegemônizados, trabalhados por agentes não-hegemônicos. Mas todos eles trabalham em conjunto. Ainda que as respectivas lógicas sejam diversas, há uma lógica comum a todos eles, presidida, exatamente, pelo subsistema hegemônico (SANTOS, 1997, p. 176).

A convergência dos momentos e a unicidade da técnica têm um motor único econômico, representado pela mais-valia tornada universal, propiciada e organizada pelas grandes organizações financeiras multinacionais. Assim, o processo produtivo que tira do trabalho vivo uma grande porcentagem de mais-valia representada pelo lucro, renda e juros, alastra-se por todo o planeta como forma única de produção e geração de riqueza. O setor produtivo torna-se interligado por uma rede de conexões ampliada pelas políticas econômicas e pelas agências internacionais (FMI, OMC etc), que rompem certas *autonomias* regionais em favor dos países centrais.

Nesse processo, os eventos que ocorrem em diversos lugares são regidos pelo mesmo *relógio*. A bolsa de valores, por exemplo, é ininterrupta: quando fecha no Japão, abre nos E.U.A. Os satélites dão conta de todo o mundo em tempo real. Mas que tempo real é esse? É o tempo dos agentes hegemônicos que regem, não só a economia mundial, mas também a política entre os países e os blocos regionais. “A finança se torna global, constituindo a principal alavanca das atividades econômicas internacionais, mediante os processos conjugados de

multinacionalização e transnacionalização” (SANTOS FILHO<sup>27</sup> *apud* SANTOS, 1997, p. 165-166).

A financeirização do mundo impôs uma mundialização da mais-valia, tanto na forma da sua produção quanto na internacionalização do seu excedente. A mais-valia mundializada foi possibilitada pela unicidade dos tempos e a eficácia das técnicas. Ela assim se tornou graças as grandes corporações internacionais e com o respaldo dos Estados Nacionais. No período técnico-científico-informacional, essas grandes corporações tendem a ser mais importantes que os próprios Estados Nacionais.

Nesse contexto, conforme lembra Ianni (1997), o Estado sofre algumas mudanças, principalmente, através de reformas institucionais com o objetivo de reduzir a sua presença econômica. A regulamentação financeira passa a ser feita pelas grandes firmas e corporações, cabendo ao Estado a austeridade fiscal e a estruturação burocrática, necessárias à circulação de capital.

Milton Santos, porém, relativiza a perda de espaço do Estado no mundo contemporâneo, dizendo que o Estado pode, por outro lado, se fortalecer, justamente, para atender às demandas do mercado. Harvey (2004) argumenta que, além de uma intervenção na política econômica, o Estado propicia maior acumulação de capital mediante modificações territoriais favoráveis à implantação das multinacionais. Essas transformações nos Estados Nacionais, contribuindo para a acumulação do capital em escala internacional, reforçam o motor fundamental do processo de globalização que, no atual contexto histórico,

[...] se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma

---

<sup>27</sup> SANTOS FILHO, Milton. Sistema internacional de crédito: conceito e desenvolvimento. In: SANTOS FILHO, Milton (Org.). *Instabilidade econômica: moeda e finanças*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 41-61.

sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo (SANTOS, 2000, p. 30).

A mais-valia, mundializada, devido ao alto grau de competitividade das grandes empresas, conduz uma busca incessante por inovações tecnológicas. Segundo Milton Santos, “[...] a mais-valia agora universal na verdade se impõe como um dado empírico, objetivo, quando utilizada no processo da produção e como resultado da competitividade” (SANTOS, 2000, p. 31). O dinheiro permeia todos os lugares e, junto com a informação, formam, também, os pilares do capitalismo global. O controle do mercado vem primeiro na forma de ideologia, de circulação de idéias; depois, ou concomitantemente, vem o dinheiro e, só posteriormente, instalam-se as firmas e as grandes empresas. Com efeito, a mundialização do mercado financeiro forma uma rede de investimentos interligados pelas principais metrópoles do mundo mediante um fluxo constante de dinheiro, cultura, política e ideologia.

Concluindo, pode-se dizer que há uma tendência à homogeneização devido à unicidade dos momentos, da técnica e da mais-valia. No entanto, tal homogeneização permanece somente na potencialidade, pois as disparidades regionais e locais formam um *mosaico* de diversas combinações de vetores globais e locais. Percebe-se que, em cada lugar, e em cada momento, novos atores são incorporados ao processo de globalização e milhares são excluídos.

## **2.2. A divisão internacional e territorial do trabalho e a formação socioespacial**

A geração de mais-valia pelo processo produtivo nos países *centrais* é, em parte, reinvestida nos países *periféricos* como forma de se ampliar,

universalizando-se. O vetor da mais-valia no mundo é dado pela divisão internacional do trabalho que cria novas atividades conforme a ordem ditada pelos países centrais, difusores de tecnologia e de informação. A inserção dos diferentes países e regiões no processo de globalização ocorre, dessa forma, de maneira diferenciada segundo as vantagens comparativas para o desenvolvimento do capitalismo numa escala mundial. Diante desse quadro, o atraso no processo de produção tecnológica faz com que a maioria dos países periféricos importe tecnologia. Tecnologias essas, alheias ao local e, em princípio, nem dependem dele para se realizarem (SANTOS, 1997).

Prosseguindo a discussão acerca da divisão do trabalho, Milton Santos (1997, p. 104) ressalta que ela, “[...] constitui o motor da vida social e da diferenciação espacial”. A divisão do trabalho, movida pela produção, atribui, a cada momento, a cada lugar, um novo conteúdo, uma nova função e, até mesmo, novas formas. Hoje, o motor da divisão do trabalho no mundo é a mais-valia revestida, também, da forma de informação.

Dessa maneira, a divisão internacional do trabalho atinge todos os lugares, mesmo que de maneira desigual, conforme as necessidades de (re)produtibilidade do capital e das especificidades de cada lugar. Ela, também, explica a segmentação das funções diante das necessidades e critérios externos, tais como: a rentabilidade, a produtividade, a segurança e a mão-de-obra. Ela também explica a espacialização do trabalho ante o movimento do capital pelo mundo, atribuindo novas funções e formas aos espaços existentes.

A cada nova divisão do trabalho, o mundo conhece novas normas de produção e reprodução das forças produtivas. A cada novo período, aparecem novas normas alterando-se as antigas. A sociedade e, sobretudo, o espaço social se caracteriza pela divisão do trabalho na qual ele está inserido.

De acordo com Milton Santos (1997), esse movimento da sociedade e da produção no espaço, que transforma suas funções e formas, pode ser, também, entendido pelas suas sucessivas divisões territoriais do trabalho. A geração da mais-valia, o motor da transformação do todo e das áreas, impõe novas divisões e funções ao trabalho, distribuindo-o no território conforme necessidades alheias, mas em conformidade com as necessidades do setor produtivo externo.

A nova divisão do trabalho aumenta a necessidade de intercâmbio e conexão entre as regiões. Ao mesmo tempo, ela especializa cada lugar em um tipo de produção e cria condições para a oferta de mão-de-obra necessária. A divisão social do trabalho conecta e segmenta cada porção do espaço, expandindo e circulando a produção e a especialização produtiva. A esse respeito, afirma Milton Santos:

Ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar, visto num corte temporal, isto é, num momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho. Como estas não se realizam independentemente dos fluxos, superpõem-se nele também diversos circuitos da produção (SANTOS, 2001, p. 144).

Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação entre empresas mostram a funcionalidade de cada lugar no processo produtivo, expressando a ampliação do mercado. Assim, a lógica das grandes empresas constitui um fator importante e determinante na política interna e externa de cada país. Trata-se, segundo Milton Santos (1979, 1999b, 2001b), do *espaço nacional da economia internacional*, ou seja, o espaço nacional é orientado para servir aos interesses das corporações internacionais.

As empresas internacionais, portanto, à medida que buscam suas necessidades para a reprodução, projetam nos lugares, muitas vezes, uma dinâmica alheia às suas características históricas. Por isso, novas formas de



divisão do trabalho podem impor distorções aos costumes locais e fragmentação espacial produtiva no território. Segundo Milton Santos,

Cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica. Visto assim, o território aparecerá como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias (SANTOS, 2001, p. 290).

Com efeito, grupos, instituições, indivíduos vivem juntos num mesmo território, mas não compartilham, necessariamente, do mesmo tempo. O território é, na verdade, uma sobreposição de tempos e espaços diferenciados pelos processos gerados pela divisão internacional do trabalho, mas que se encontram unidos pelo meio técnico-científico-informacional. “Quando maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza” (SANTOS, 1994, p.150).

Assim sendo, a produção, em seu sentido amplo, reprodução das relações sociais de produção, acontece em áreas cada vez maiores, enquanto que o processo produtivo, no *chão da fábrica*, se dá em áreas cada vez menores e com menor quantidade de mão-de-obra.

A cada nova divisão do trabalho, as *velhas* paisagens são *induzidas* a exercerem novos papéis na cadeia produtiva. Dessa maneira, a mais-valia, tornada mundial atribui novas funções às *velhas* paisagens, *geografizando* a sociedade:

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição social (SANTOS, 1979, p. 40).

As formas e ações impostas aos países subdesenvolvidos, por meio de uma nova divisão internacional do trabalho, não somente apresentam a segmentação do processo produtivo conforme as necessidades das grandes corporações transnacionais como, também, revelam como a divisão internacional do trabalho ocorre em cada lugar. Por isso, para compreender as formações econômicas e sociais é necessário o entendimento das fases de divisão do trabalho inseridas num dado território. A relação entre formação econômica e social e divisão do trabalho converge para divisão territorial do trabalho.

A divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de uma inovação e, por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade nova. É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho que as especificidades começam a repontar: a formação socioeconômica correspondente atribui um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções (SANTOS, 1979, p. 41).

Nas diferentes manifestações da divisão social do trabalho encontram-se formas e funções, que se assemelham umas às outras, em constante movimento de totalização. É através desse movimento que se percebe o modo de produção em suas características gerais e suas especificidades locais. “A divisão do trabalho, internacional ou interna, e cada um de seus momentos, permitem compreender, a cada instância, a essência das formas, isto é, o seu conteúdo social, econômico e político” (SANTOS, 1979, p. 42).

A forma é o invólucro, o objeto que as ações se utilizam para se realizar e, ao mesmo tempo, a condição necessária para que a ação se realize:

As formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente. Elas são também uma condição, e não das menores, de realização de uma nova divisão do trabalho (SANTOS, 1979, p. 42).

A cada instante são criadas, não só novas formas para dar suporte a novas divisões internacionais do trabalho como, também, novas funções para auxiliar velhas formas, paisagens preexistentes oriundas de divisões do trabalho pretéritas. Contudo, cada forma é composta por uma soma de divisões sociais de trabalho do presente e do passado. Mas é somente a partir do presente que se pode compreender o seu passado, sua origem.

Dessa forma, Milton Santos corrobora com a famosa tese de Marx:

A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior, quando essa forma superior é já conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa (MARX, 1977, p. 223).

Para a compreensão das formas torna-se necessário o auxílio da noção de escala de tempo, ou seja, das periodizações da história, desde as transformações pretéritas do capitalismo até sua contemporaneidade. Cada forma, assim, é uma sucessão de formas passadas e presentes, produto da divisão internacional do trabalho:

O Palimpsesto formado pela paisagem é a acumulação de tempos passados, mortos para ação, cujo movimento é dado pelo movimento vivo atual, o tempo social. O espaço é o resultado que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente (SANTOS, 1979, p. 42-43).

O processo produtivo, que, do trabalho gera lucro, renda e juros, alastra-se por todo o planeta como forma única de produção e geração de riqueza. Milton Santos define essa referida forma como rugosidades, ou prático-inerte, seguindo Sartre, como expressa esse trecho:

Chamemos de rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 1997, p. 113).

A cada momento, o lugar é fruto de uma combinação entre os ambientes locais — o natural ou construído — e os ambientes externos que contrastam com o lugar. A cada evento, cada lugar recebe, ou deixa de receber, novas funções, novas normatizações. Assim, cada lugar adquire sua individualidade. Do ponto de vista do processo de totalização, o evento da diferenciação dos lugares é desigual e combinado. É desigual porque atinge os lugares conforme necessidades externas, estranhas, em princípio, a ele; e combinado porque, mesmo nos lugares onde o desenvolvimento é lento e precário, ele está inserido no movimento do presente que comporta o atual e o antigo, a modernidade e o atraso. Tudo isso se combina num mesmo espaço, num mesmo lugar (SANTOS, 1997).

Contudo, os lugares passam a condicionar a própria divisão territorial do trabalho. Os eventos vindos do exterior deverão se adequar, em alguns momentos, à realidade local. A divisão do trabalho, porém, é o motor das forças de transformação dos lugares que conduz a novas ações os objetos antigos e os objetos novos. “Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 1997, p.108).

As sucessivas divisões do trabalho, em cada período e lugar, com suas inter-relações assimétricas, expressam um desenvolvimento, combinando

diferentes divisões do trabalho sobrepostas num mesmo lugar e num mesmo tempo:

Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas (SANTOS, 1997, p. 109).

Pode-se dizer que há um tempo próprio, resultado das combinações de sucessivas divisões do trabalho nos lugares. Em cada lugar, essas combinações de temporalidades distintas estão em conexão constante com o tempo do mundo.

O tempo da divisão do trabalho é o tempo do modo de produção do capitalismo global. São as formas dos processos de produção que possuem características comuns em todos os lugares. O lugar e a região constituem o tempo da divisão territorial do trabalho, isto é, os subespaços que recebem e realizam o modo de produção em suas especificidades. Como assinala Milton Santos,

[...] haveria um tempo regional — o das organizações regionais supranacionais – e mercados comuns regionais, e, também, das culturas continentais ou subcontinentais. A escala logo abaixo do Estado Nação é dos subespaços nacionais, regiões e lugares, cujo tempo é o das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais (SANTOS, 1997, p. 111).

Os lugares existem num tempo global chamado de modo de produção, embora nem todos os lugares sejam atingidos por ele na mesma época e da mesma forma. O tempo global atinge cada espaço de maneira desigual, gerando sobreposição de eventos diferenciados em cada lugar.

Dessa maneira, o modo de produção age sobre o espaço, acarretando desigualdades nas combinações das formas e dos conteúdos num determinado lugar. A sua continuidade, ou descontinuidade, somente se realiza no espaço. As mudanças das formações econômicas e sociais não se originam apenas do

movimento geral do modo de produção, mas, também, da condição de sua realização no espaço, mesmo que de maneira desigual. O espaço não só é resultado da produção e reprodução do modo de produção, mas também é pré-condição para sua realização (SANTOS, 1979).

Trata-se, conforme Milton Santos, “[...] de uma categoria de Formação Sócio-Econômica e Espacial<sup>28</sup>, pois não há e jamais houve Formação Social independente do espaço” (SANTOS, 1996, p. 199). E prossegue: “Poder-se-ia falar também exclusivamente de formações sociais, pois estas não se realizam de nenhuma maneira fora do espaço [...]” (SANTOS, 1996, p. 196).

Admitir a formação econômica e social sem o espaço é repetir a dualidade homem/natureza, isto é, desconsiderar que a natureza e o espaço se identificam a partir do momento em que a natureza é transformada e apropriada pelo homem<sup>29</sup>. A categoria formação *econômico-social* e espacial refere-se às dinâmicas desiguais das sociedades dentro de seu território e em sua relação com outros territórios, de onde, aliás, provém o seu impulso maior.

Para Milton Santos (1979), foi Lênin, ao estudar o desenvolvimento da sociedade russa, quem percebeu que deveria compreender as relações sociais de produção em seu país conectadas com o sistema de produção mundial. O conceito de formação econômica e social, assim, constituir-se-ia na análise de uma sociedade específica articulada ao seu contexto internacional. Os atributos, nacional ou internacional, não fazem sentido um sem o outro, pois ambos fazem

---

<sup>28</sup> O que Milton Santos denominou formação socioespacial — ou formação espacial — aparece ao longo de seus escritos, também, como formação sócio-econômica, formação econômica e social ou formação social. Segundo ele, essas formas não se realizam sem a presença do espaço e seu conteúdo já está implícito nesses conceitos (SANTOS, 1996).

<sup>29</sup> Assim como Milton Santos, Gonçalves (1995) também considera a noção de formação socioespacial importante para quebrar com a dicotomia homem/natureza, pois a partir do momento em que os problemas ambientais têm seus problemas oriundos da ação humana, a natureza torna-se sociohistórica.

parte do mesmo movimento da construção da unidade e da diversidade da produção do espaço<sup>30</sup>.

As formações econômicas e sociais, portanto, não se cristalizam no espaço, nem são fixas e imóveis no tempo. Elas integram um todo — o modo de produção — em movimento, interagindo com ele e transformando-se conforme as suas necessidades. O conceito de modo de produção constitui, dessa forma, uma categoria explicativa para o conjunto de formações econômicas e sociais reproduzidas no espaço. Portanto, a formação econômica e social diz respeito a como esse modo de produção se torna possível em um dado território, determinado historicamente e espacialmente. Eis o que diz Godelier a esse respeito:

A noção de Formação Econômica Social é indissociável do *concreto* representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma *definição sintética* da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada (GODELIER<sup>31</sup> *apud* SANTOS, 1979, p.13).

A formação econômica e social é fruto de combinações de tempos históricos diversos agindo num mesmo espaço determinado. Através deles, o modo de produção torna-se uma realidade territorial e historicamente determinada.

Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. [...]. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 1979, p. 14-15).

---

<sup>30</sup> Segundo Lefebvre (1969b), é importante demonstrar que a formação econômica e social não é um termo que vem de fora para ilustrar uma construção ou um conceito: é a realidade concreta que os conceitos captam no seu movimento interno. Da relação entre o econômico e o social nasce uma estrutura movente, uma realidade que se movimenta como se fosse um organismo vivo, histórico. Essa formação contém não apenas o presente e o devir, mas, também, o passado, a história inteira, vários períodos que se convergem no presente, uma sedimentação de histórias. O crescimento do capitalismo não se faz de uma maneira uniforme e unilateral, embora o capitalismo tenda a desmantelar as sociedades por ele conquistadas, e muito do que restou é por ele incorporado.

<sup>31</sup> Milton Santos se refere aos referidos textos de: a) GODELIER, Maurice. Qu'est que définir une "formation économique et sociale"? L'Exemple des Incas. *La Pensée* 159. 1971. p. 99-106. b) GODELIER, Maurice. *Critica Marxista* 10 (1). 1974. p. 81-89.

Segundo Milton Santos (1979), a formação econômica e social é uma realidade ao mesmo tempo concreta e abstrata, pois possui um conteúdo abstrato, universal, que pretende dar conta do mundo em movimento, mas é, também, uma realidade concreta porque parte das situações vividas e de suas possibilidades. Modo de produção e formação econômica e social, portanto, devem ser pensados como dois momentos de um mesmo movimento dialético; dois momentos constitutivos de um processo totalizante e contraditório. As formas espaciais são, ao mesmo tempo, efeito e condição do movimento global do modo de produção. É uma realidade datada, fundada sobre um território determinado, mas que participa do movimento do todo e por ele é influenciada (SANTOS, 1979).

A formação econômica e social não pode ser entendida apenas pelo modo de produção herdado. Ela só é passível de compreensão a partir de sua forma-conteúdo, ou seja, da combinação de suas formas e da adaptação ao modo de produção tal qual se realiza na contemporaneidade.

As modificações do papel das formas-conteúdo – ou simplesmente da função cedida à forma pelo conteúdo – são subordinadas, e até determinadas, pelo modo de produção tal como ele se realiza na e pela formação social. Assim, o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda a possibilidade de oposição entre história e estrutura (SANTOS, 1979, p. 17).

A concepção de Milton Santos sobre o conceito de formação econômica e social tem o grande mérito de inserir o espaço como constituinte e constituído por relações sociais determinadas no tempo. A determinação espacial não só comporta o presente, mas também concretiza os processos temporais.

Para Alfredo (2005), a grande contribuição de Milton Santos está na integração do espaço/tempo, mesmo que um represente o concreto e o outro o abstrato. Na desigualdade entre o modo e a forma, o espaço se apresenta como



formação e o tempo como modo. Espaço e tempo passam a ser compreendidos de maneira integrada, superando a noção de periodização dos processos espaciais, muito comum na geografia.

O pensamento de Milton Santos, referente ao conceito de formação espacial, poderia indicar que a noção de modo de produção nasce como algo não realizável, como possibilidade. De fato, a geografia de Milton Santos não se esquiva das abstrações, mas a separação entre o abstrato e o concreto, entre modo de produção e a formação socioespacial, ou, ainda, entre tempo e espaço, termina por gerar uma dicotomia entre abstrato e concreto. Conforme realça Alfredo (2005), tal dicotomia remete ao *a priori* kantiano — ou seja, o conceito de modo de produção como uma abstração *a priori* —, mas que só se realiza no espaço concreto<sup>32</sup>. O próprio Milton Santos especifica: “O modo de produção seria o *gênero* cujas formações sociais seriam as *espécies*; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica social seria a possibilidade realizada” (SANTOS, 1979, p. 13).

Lefebvre apresenta uma forma mais apropriada de lidar com os dois conceitos, modo de produção e a formação econômica e social. Para ele, ambos têm seu momento de abstrato e de concreto. O ideal tem significação à medida que define o processo através do presente, o que seria uma abstração concreta, mesmo que, de fato, não se realize, mas já está contido nele a possibilidade de sua realização.

Portanto, a relação entre as categorias não se aponta como algo que está por vir, mas que se trata de um conceito que antecipa a sua efetivação de modo a colocar o processo social a agir como ele de fato estivesse já posto, o que, de um modo particular, não

---

<sup>32</sup> Outra crítica referente ao conceito de formação espacial de Milton Santos parte do pressuposto de que esse conceito somente tem sentido se referido ao Estado, o que encurtaria suas possibilidades (LENCIONI, 1999). De fato, Milton Santos se remete à formação espacial para designar a formação brasileira, não somente como Estado, mas, também, como território e como nação.

deixa de ser uma forma real e concreta de se pôr (GIANNOTTI<sup>33</sup> *apud* ALFREDO, 2005, p. 24).

Pode-se conceber tanto a formação socioespacial quanto o modo de produção como um conceito e como uma realidade concreta. A respeito da formação espacial, Martins (1996) salienta que ela possui dois significados: o primeiro corresponde a um segmento do processo histórico, concreto e particular; o segundo, ao conjunto do processo histórico, abstrato e universal. Essa noção remete ao conceito de totalidade, de unidade no diverso.

A formação econômica e social, contudo, pode ser compreendida, também, na perspectiva do desenvolvimento desigual. Ela se refere às formas específicas com que as forças produtivas, as relações sociais de produção, as superestruturas política, cultural, ideológica se desenvolvem, em ritmos diferentes em cada espaço. Essa idéia já vinha desde Marx ao referir-se ao papel da Irlanda no desenvolvimento inglês (MARTINS, 1996).

Comete-se um grande equívoco quando se entende que a noção de espacialidade em Marx apenas foi considerada como *locus* de disseminação do processo capitalista de produção. Marx procurou explicar como o processo de ampliação do sistema capitalista apresentava formas diversificadas em lugares diferentes, tal como ocorrera na América, na Irlanda, na Rússia e na Índia<sup>34</sup>. A lei do desenvolvimento desigual foi interpretada apenas sob o ponto de vista

---

<sup>33</sup> GIANNOTTI, José Arthur. [s.n.t.].

<sup>34</sup> Para Lefebvre (1969b), quando Marx discorre sobre uma formação é como se ele estivesse se referindo a uma determinada sociedade ou, ainda, a um conjunto da história e desenvolvimento de uma sociedade. Para Marx, o desenvolvimento de uma sociedade constitui o todo, mas cada regime ou modo de produção num momento histórico, também, representam um todo. Temos, portanto, dois pontos de vista que se completam para a compreensão da formação econômico-social: um em que é a formação econômica e social que representa o desenvolvimento histórico de uma sociedade como um todo; outro, que corresponde às formações econômicas e sociais condizentes com as fases sucessivas do modo de produção e as estruturas sociais como um todo. Marx estudava a forma nas quais as forças produtivas se tornavam entraves ao desenvolvimento. Lênin, contudo, descobre que há, também, limites externos, ou seja, que não se estuda nem se descobre olhando apenas para o passado, porque é no presente que estão essas formações sociais não-capitalistas.

economicista, a partir das forças produtivas, “na dicotomia insuficiente de desenvolvimento e subdesenvolvimento” (MARTINS, 1996, p. 18).

O desenvolvimento desigual tem um significado mais amplo. As forças produtivas, as relações sociais de produção, as superestruturas política, cultural e ideológica não se desenvolvem no mesmo ritmo, simultaneamente. Martins recorre a Lefebvre:

Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre o desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito. A formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social) (MARTINS, 1996, p. 19).

O conceito de formação econômica e social condiz, pois, com o sentido de coexistência de tempos históricos que não se encerram no passado e no presente, mas abrem caminho para o futuro e o possível. A noção de formação social ganha maior força conceitual a partir dessa visão de Lefebvre.

O conceito de formação espacial, então, deve ser compreendido a partir do desenvolvimento desigual do capital, de suas forças produtivas, de suas relações sociais de produção e de suas bases políticas, sociais e ideológicas. Esse conceito envolve, portanto, a sobreposição de divisões sociais do trabalho em períodos distintos nas formações capitalistas.

### **2.3. O desenvolvimento desigual no mundo capitalista: a caminho do conceito de região**

O conceito de desenvolvimento desigual do capitalismo é importante para se entender o conceito de região, pois contribui para a compreensão da dialética

da totalidade em Milton Santos. Em outras palavras, explicita o movimento do universal — o modo de produção capitalista — em direção ao particular: a região.

O debate sobre o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, conforme Lipietz (1994), nos anos 60 e 70, foi marcado, prioritariamente, por duas tendências. A primeira referia-se à teoria das etapas do desenvolvimento de Rostow. Segundo essa teoria, todas as regiões deveriam passar pelas mesmas etapas de crescimento, porém nem todas elas passariam por essas etapas ao mesmo tempo. A segunda tendência diz respeito à teoria estruturalista da dependência. De acordo com ela, o motivo da riqueza de alguns países era o motivo da pobreza de outros. O mercado mundial — com a sua troca desigual — e a dominação política dos países centrais barrariam o crescimento dos países periféricos, mantendo uma divisão do trabalho entre o centro, manufatureiro e terciário, e a periferia, exportadora de bens primários.

De fato, o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado tem o seu princípio em Marx. O desenvolvimento desigual e a formação econômica e social já estavam presentes na obra desse autor quando relatou o caso da Irlanda. Nesse texto, Marx explicita a *falsa naturalidade* dos processos econômicos, políticos e sociais do capitalismo, ao revelar a especialização e espacialização desigual da produção capitalista, condicionada e imposta, em especial, pelos países centrais em detrimento dos países periféricos. Sobre a Irlanda, Marx entendeu que seu desenvolvimento nada teve de natural: ao contrário, foi uma prerrogativa para a produção do centro, resultado de uma política internacional protecionista das manufaturas inglesas, que inibiu a produção de manufaturas na Irlanda, restando a ela a produção de matérias-primas (MELLO, 2000).

Para Mandel (1988), apesar de Marx ser o pioneiro em relação a essa tese, quem melhor a desenvolveu foi Trotski (1967). De acordo com esse último, na etapa do imperialismo, no mesmo processo de desenvolvimento do capitalismo

internacional coexistiriam países em fases distintas de desenvolvimento, mas economicamente interdependentes. A economia dos países mais atrasados constituir-se-ia, dessa maneira, de um setor moderno industrial, muitas vezes dominado pelo capital externo, e um setor tradicional, agrícola. Em muitos casos, esse setor tradicional se transformava em agroexportador, articulando-se ao mercado externo como exportador de bens primários, gerando receitas para a importação de bens manufaturados.

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada envolve uma combinação peculiar de diversas fases da história do capitalismo. Ela assimilaria as etapas de crescimento dos países adiantados, o que não significaria, necessariamente, a repetição de cada uma de suas etapas. Tal foi o caso da Rússia czarista, quando os investimentos vindos da Europa fortaleceram a nobreza e a servidão, freando o desenvolvimento do país. A propósito, Trotski, bem sintetiza:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é possível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKI, 1967, p. 25).

Milton Santos apoiou-se nas teses marxistas que vinham de Trotski, Lênin e Marx, além das versões recentes, como a teoria da dependência. Ele chama de desigual as sucessivas divisões do trabalho, conforme cada período e cada lugar, e suas inter-relações assimétricas; e, de combinado, as várias divisões do trabalho sobrepostas num mesmo lugar e num mesmo tempo.

A lei do desenvolvimento desigual sinaliza um desenvolvimento acidentado. Mesmo os países mais avançados não seguem a mesma fila. Em um mesmo momento da história, há países onde o capitalismo acaba de nascer e outros onde ele já está em estágio de desenvolvimento avançado. Esses países, com diferentes fases de desenvolvimento, fazem parte de um mesmo mundo e de um mesmo mercado mundial.

Estágios diferentes do mesmo modo de produção acarretam desigualdades nas combinações das formas e dos conteúdos em um determinado lugar. Essa descontinuidade do modo de produção capitalista somente se realiza no espaço. A transformação das formações socioespaciais não é somente originária do movimento geral da sociedade, mas, também, da condição de sua realização, mesmo que de maneira desigual (SANTOS, 1979).

A compreensão do espaço, na perspectiva do desenvolvimento desigual, mais uma vez, distingue a obra de Milton Santos. Ressalta-se, porém, que sua adesão à teoria da dependência, em alguns momentos, fez com que o desenvolvimento das relações de produção nas regiões, para ele, se tornasse menos importantes do que o modo de produção imposto de fora.

O *pecado* cometido pela teoria da dependência<sup>35</sup>, segundo Dore (1988), foi que os seus teóricos trataram o subdesenvolvimento determinado por fatores externos a ele, ou seja, uma visão *circulacionista*, em que a dominação internacional se realiza através de um sistema de trocas desiguais, entre países, no mercado mundial.

A troca desigual seria fruto da exportação do excedente pelos países centrais e da importação de manufatura pelos países periféricos, mantendo laços

---

<sup>35</sup> A chamada teoria da dependência foi desenvolvida por teóricos latino-americanos, ligados à CEPAL, tendo, como seus principais expoentes, Raul Prebisch, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Suas teses tiveram correspondência com as teorias do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, Samir Amin entre outros.

econômicos tipicamente coloniais. “A teoria afirma que a dicotomia extração/apropriação de excedentes perpetua as desigualdades entre países” (DORE, 1988, p. 373).

A falta de referência às forças produtivas e às relações sociais de produção, na teoria da dependência, supervaloriza o enfoque da circulação, privilegiando a disputa entre países no mercado internacional em detrimento da dinâmica da acumulação interna em cada um deles.

Embora a análise de exportação de capital deva constituir necessariamente uma parte importante de qualquer análise do desenvolvimento desigual do capitalismo na fase do imperialismo, a compreensão do atraso não se pode restringir apenas a uma análise das relações de troca, nem pode começar por elas. As relações de troca serão melhor entendidas sempre que se seguirem à, e fizerem parte da, análise da produção e das relações sociais segundo as quais se produz (DORE, 1988, p. 374).

Mello (2000), também, se referiu à teoria da dependência, enfatizando que ela não leva em conta a estrutura de classe nas sociedades subdesenvolvidas como fator preponderante na compreensão de seu subdesenvolvimento. Não compreender, como na teoria da dependência, a importância da expansão capitalista internacional na geração da estrutura social nos países periféricos, seria, também, um equívoco. Assim, tanto as relações de trocas internacionais quanto a dinâmica interna a cada país são processos essenciais na compreensão do desenvolvimento desigual e sua relação com a região.

Teoricamente a concorrência entre capitalistas levaria a igualar a taxa de lucro entre setores e regiões. Mas, com a reprodução ampliada da acumulação capitalista, percebe-se uma busca pelo *superlucro*, o que requer a diferenciação da produção no espaço. As desigualdades espaciais tornam-se essenciais, como forma de obter o lucro diferenciado, necessário à realimentação do conjunto do sistema produtivo. Diferenciam-se, então, geograficamente: as taxas de lucro, a

composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os salários, os custos de capitais fixos e constantes, as inovações tecnológicas, a organização do trabalhador e a luta de classes.

Esses diferenciais são mantidos através de distribuição geográfica e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e infra-estrutura-social, da concentração centralizada dos centros de controle da mão-de-obra e dos meios de produção, dos círculos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Todos eles fazem parte da espacialização complexa e distintiva que tem marcado o desenvolvimento histórico do capitalismo desde sua origem (SOJA, 1997, p. 132).

A espacialização geográfica e o desenvolvimento desigual se sobrepõem e se entrelaçam, mediante ações contraditórias do capital e do trabalho que definem o modo de produção capitalista. Segundo Soja (1997), a exploração do trabalho pelo capital é de interesse fundamental. Ela deve ser entendida a partir de três dimensões: a primeira se define pelas relações locais entre o capital e o trabalho; a segunda, pelas relações inter-regionais dentro de uma escala territorial; e, por fim, a terceira, que tem em conta a hierarquia espacial, dentro do contexto internacional. Somente dessa forma, será possível contemplar a totalidade das manifestações capitalistas no espaço<sup>36</sup>.

A reflexão desenvolvida neste capítulo abre caminhos para se entender a trajetória percorrida por Milton Santos para a estruturação do conceito de região, partindo do universal em direção ao particular, fortemente ligado à expansão desigual das relações econômicas capitalistas pelo mundo. O conceito de região

---

<sup>36</sup> Existe também, segundo Soja (1997), uma abordagem do desenvolvimento desigual calcada na transferência geográfica (desigual) de valor. Para compreender essa dinâmica, é necessário trazer as relações capitalistas de produção para o mundo concreto, para uma espacialidade diferencialmente desenvolvida. Em cada lugar, o capital age de maneira diferenciada, com maior ou menor produtividade, conforme as relações que se desenvolvem entre capital e trabalho. As mercadorias não agregam, somente, o valor que se refere ao processo produtivo, mas, também, o valor que diz respeito ao lugar em que se dá a produção. Tal situação modifica a trajetória através da qual os espaços se desenvolvem e, até certo ponto, estabelece a estruturação e manutenção dos centros e das periferias.



que se delinea é fruto de uma ordem exterior a ela, resultado, apenas, de aspectos econômicos presentes no espaço.

Por conseguinte, o conceito de região na obra de Milton Santos, exposto no próximo capítulo, indica que uma reflexão sobre ela não pode centrar-se apenas nos seus próprios limites. Os fenômenos externos contribuiriam mais para o entendimento da sua dinâmica regional do que a própria região em si. Ela seria, então, resultante de uma lógica externa que condicionaria seu conteúdo e sua forma. Entretanto, essa perspectiva não impede o entendimento das forças produzidas e estruturadas na região, muito embora, tal como reconhece o autor, as forças externas sejam mais decisivas para dinâmica local.

## **CAPÍTULO 3**

### **A Metamorfose do Conceito de Região**

**O** desenvolvimento das ciências da natureza, principalmente a partir do século XIX, influenciou fortemente a metodologia das ciências humanas. Para Milton Santos (2003), a região apareceu na geografia moderna, em meados do século XIX, influenciada pelas disciplinas da natureza. Foi a partir da geologia que a geografia científica incorporou, em seu vocabulário, o termo região. Ela apareceu, nesse contexto, como um conjunto de bacias hidrográficas orientadas pelo relevo.

É na França de Vidal de La Blache que a categoria região ganhará maior destaque no meio acadêmico geográfico. A geografia francesa põe, no centro do debate, o conceito de *gênero de vida*, que, na sociologia e na antropologia, denominou-se *modo de vida* ou *morfologia social*. O conceito de *gênero de vida* se refere a uma relação específica entre homem e natureza num determinado lugar, onde cultura, política, economia e sociedade se formam a partir de suas necessidades internas, conforme uma dinâmica que é própria da região. Essa geografia do *gênero de vida* significava que o entorno natural oferecia possibilidades para as culturas, que, à sua maneira, se apropriavam dele para seu próprio benefício (SANTOS, 2003).

O conceito de *gênero de vida* da escola francesa está articulado ao conceito de paisagem. A idéia de que no decorrer da história dos modos de produção se constroem objetos — que guardam consigo todo significado referente ao ato de sua elaboração — mostra que esses são marcados pela produção cultural de uma determinada extensão territorial e de uma determinada época. A imagem desses objetos, produzidos em conjunto com os objetos naturais, configura a paisagem, neste contexto, considerada como sinônimo de região, uma imagem coesa e harmônica. A essa associação, entre região e paisagem, deve-se o equívoco de tornar a forma, a paisagem, como a realidade. A sua formação histórica deveria

ser examinada para que a realidade não se dissolvesse na aparência da paisagem. Mas, na geografia, as noções de região e paisagem estão intimamente relacionadas. Esse vínculo é tão forte, que na Alemanha, segundo Sorre (1967), elas se expressam pela mesma palavra: *Landschaft*.

### **3.1. A região segundo Milton Santos: uma síntese**

O desenvolvimento da história, segundo Milton Santos (2003), foi lento, por muito tempo, permitindo que a região fosse vista como espaço de identidade. Essa identidade regional, que se modificava a passos vagarosos, trazia o enorme peso do passado, das tradições. Os objetos que representavam uma região, que nela se consolidavam, forneciam a impressão de algo praticamente contido em si mesmo. As regiões, que se formavam a partir da solidariedade orgânica entre os povos e seus territórios, produziam identidades consistentes ao longo do tempo e limites espaciais coesos entre elas. A solidariedade era fruto de uma organização local, econômica, social, político e cultural que satisfazia as necessidades de cada região. A diferença entre as regiões se dava pelas peculiaridades das relações internas entre os homens e a natureza, sem a presença, necessariamente, de uma mediação externa.

Nos países centrais, as regiões pareciam ter certa autonomia em virtude da fluidez do espaço e em razão das atratividades do centro urbano terem facilitado a acessibilidade aos serviços. Nos países subdesenvolvidos, onde a industrialização é tardia, a criação de metrópoles nacionais é, também, retardatária devido à falta de integração nacional. Eram as metrópoles regionais que exerciam o papel de fornecedoras de bens e serviços. À falta de integração nacional, essas metrópoles estabeleciam maiores laços políticos e econômicos com centros do sistema mundial (SANTOS, 1985).

Nas regiões subdesenvolvidas, os espaços eram, sobretudo, históricos, onde o peso do passado influenciava bastante a configuração da paisagem. As relações econômicas e culturais se mantinham internamente *estáveis*, fato esse que levou alguns especialistas a afirmarem a coerência interna das regiões, deixando encobertas as relações externas que influenciavam a conformação regional. “A falta, porém, de reconhecimento dessas relações mais amplas assegurava a permanência de uma noção que, desde a segunda revolução industrial e a implantação do imperialismo, já não mais correspondia à realidade” (SANTOS, 1985, p. 66).

Na verdade, as regiões dos países subdesenvolvidos eram transformadas e organizadas de acordo com interesses externos. Esses interesses, porém, nem sempre atingiam as regiões da mesma maneira, pois dependiam das especificidades locais que eram importantes para a reprodução do capital. As forças de modernização, vindas do exterior, eram seletivas em suas formas e ações, não atingiam todo o espaço num mesmo período de tempo, formando uma história espacial seletiva (SANTOS, 1979c).

A cada nova função do espaço regional, no contexto internacional, novas forças externas de modernização entravam em contato com uma ou mais regiões e as modificavam de acordo com suas necessidades e características regionais. Essa convergência ou, muitas vezes, divergência entre as forças externas e internas na região, criava certa instabilidade no espaço, causando desequilíbrios e desigualdades sociais.

A formação das regiões nos países subdesenvolvidos está conectada com os espaços dos países desenvolvidos, pois é a partir de suas modernizações e, conseqüentemente, de sua expansão, que se entende essa fragmentação do mundo em regiões funcionais. O impacto da modernização nos espaços derivados é de fundamental importância para compreensão da região. Esses espaços

derivados, como afirma Milton Santos, dependem de determinações externas e, também, das suas histórias internas.

Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjunção de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro encontra-se nos países-pólos e de forças internas já existentes nesse espaço. Resulta daí a diversidade das condições de subdesenvolvimento e a originalidade das situações para cada lugar (SANTOS, 1979c, p. 25).

A internacionalização do capital, em seu novo período técnico-científico, veio mostrar a debilidade do antigo conceito de região. A aceleração da acumulação de capital tornou mais seletiva suas ações no espaço. O edifício regional estável e coeso dá lugar à instabilidade e às freqüentes mudanças na sua forma e no seu conteúdo. As relações internas estão mais condicionadas pelas demandas externas, o que não elimina a região, mas gera mudanças em seu conteúdo. “Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (SANTOS, 1997, p. 197).

Vale lembrar que os vetores externos, em contato com cada região, são muito maiores hoje, no período técnico-científico-informacional, do que em fases anteriores do capitalismo, o que torna a região um espaço muito mais complexo e dinâmico. O tempo acelerado do mundo modifica os eventos locais, aumenta as disparidades regionais, mas o fenômeno regional ganha universalidade. É só a partir da universalidade, na opinião de Milton Santos (1999b), que se compreendem as realidades regionais, porque é de fora que vêm seus impulsos e seus deveres.

Graças ao domínio da fluidez e da velocidade de circulação das mercadorias e das informações — características do mundo globalizado — alguns

declamaram o fim das especificidades regionais, irrelevantes diante da homogeneidade imposta globalmente. No entanto, Milton Santos relembra que, ao contrário do que parece, a região se torna ainda mais importante no mundo contemporâneo, tendo em vista:

[...] em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumentando a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão de todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que reconheçamos como um espaço de conveniência mesmo que a chamemos por outro nome (SANTOS, 1997, p. 196).

Na realidade, o que se passa é o contrário da homogeneização. A velocidade dos fluxos e a instantaneidade dos eventos reforçam a conformação da região, fazem com que os espaços se tornem especializados, normatizados a partir das necessidades globais da produção, da circulação, da distribuição e do consumo.

As regiões deixam de ser sede de seu próprio poder, de sua própria gestão. Fruto de uma solidariedade orgânica, elas passam a se constituir através de uma solidariedade organizacional. No antigo conceito de região, a base era a solidariedade orgânica entre seus habitantes que estabeleciam uma relação longeva com seu lugar e se organizavam segundo as necessidades da própria região. Atualmente, ela é definida pela solidariedade que se constitui dentro dela, mas a partir de uma organização que vem de fora. A solidariedade, então, deixa de ser orgânica — originária da própria vida da região e das variáveis constitutivas dela — e se transforma em solidariedade organizacional (SANTOS, 2003).

Max Sorre (1967) foi o primeiro, segundo Milton Santos, a falar da nova conformação da região. Ele denominou as regiões dos países subdesenvolvidos de

*paisagens derivadas*. Elas são, sobretudo, resultado da emigração dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. Os migrantes, que rompem seus laços políticos com as metrópoles, continuam conservando os traços físicos e humanos do lugar de onde vieram. Eles trazem consigo suas culturas, seus gêneros de vida e reproduzem suas paisagens.

Com Milton Santos, as paisagens passam a ser, também, derivadas de fluxos econômicos, de vontades políticas, de informação, de normas, de hierarquias que transformam por completo a paisagem regional. Indo além da contribuição de Sorre, Milton Santos incorpora, também, o conceito de região funcional (SANTOS, 1985, 1991), já presente nas obras de Hartshorne e de Bernard Kaiser.

Segundo Kaiser (1973), reconhecer os limites regionais não é mais tarefa dos geógrafos, não é mais seu objeto principal de pesquisa. Na contemporaneidade, tende-se a considerar a região muito mais um campo de ações concomitantes de complexas e intensas variáveis do que uma inscrição espacial precisa, equilibrada e de caráter homogêneo.

Os elementos essenciais da realidade regional apontados por Kaiser (1973) são: o caráter concreto e a realidade histórica da região que enquadra a dimensão física como ponto inicial da realidade regional; o equilíbrio de forças em que pesa a importância do passado; as relações e características comuns dos seus habitantes, como sua organização econômica e social; a sua organização a partir de um centro urbano. Por fim, ele afirma que a região auto-sustentada não existe mais; ela é funcional em relação ao exterior e dele depende para a sua própria dinâmica.

Espaço limitado, a região participa de um espaço mais amplo; nesse sentido, ela é dominada — e essa dependência desempenha em sua evolução um papel muitas vezes preponderante — porque ela é ao mesmo tempo aberta e integrada. O poder, financeiro e



político, isto é, a capacidade superior de decisão, escapa sempre à região; ele é *deslocalizado* (KAISER, 1973, p. 281-282).

Milton Santos partiu da concepção de Kaiser de região funcional para construir o seu conceito, realçando uma de suas características: a grande influência de fatores externos. Contudo, Milton Santos não se contentou apenas em constatar esse fato. Ele procurou decifrar as razões econômicas mundiais que formam a região, que interferem, decisivamente, na produção de seus fluxos e de seus fixos.

Portanto, devem ser consideradas as divisões do trabalho precedentes que, no espaço, produziram fixos, instrumentos de trabalho ligados a diversas etapas do processo produtivo. Os fixos são concretizados conforme a lógica do momento de sua produção, mas, em contato com novas divisões do trabalho, podem se transformar conforme as novas necessidades externas. Sendo assim, nos fixos socialmente criados, suas configurações não são apenas regionais. A cada momento histórico, a região torna-se o grande teatro de ações internacionais, modificando suas formas e estruturas.

Os fixos, que dão a uma área uma configuração espacial particular, são dotados de uma autonomia de existência, mas isso não elimina o fato de que eles não têm uma autonomia de funcionamento. Por isso, a região e o lugar são *lugares funcionais do todo* (SANTOS, 1985, p. 68).

Considerando a dinâmica global e sua inserção nas regiões, algumas delas são capazes de receber novas ações e formas sem transformar a organização regional preexistente. Outras, por sua vez, são capazes de receber as novas ações externas e encontrar um novo arranjo que possa reproduzir as relações anteriores em conjunto com as novas. A senilidade dos fixos presentes na região não significa sua perda de valor no processo produtivo ou perda de capacidade de participar do processo de acumulação.

Assim, a região se definiria como o resultado de possibilidades nela presentes, geradas pelo capital fixo e pelas relações políticas, sociais e culturais. Os fixos, de fato resultados de uma razão técnica, jamais deixam de ter um conteúdo político. Refletir sobre a região, portanto, envolve a compreensão das relações entre as formas e seus conteúdos estabelecidos num determinado espaço, interagindo entre si (SANTOS, 1985).

Entretanto, as regiões comportam formas e conteúdos distintos no processo contraditório do capitalismo. O modo de produção não garante a homogeneidade das regiões. Ao contrário, ele instiga as diferenças como forma de produzir, em cada lugar, algum tipo de vantagem comparativa para a acumulação de capital. Assim, quanto mais influências externas os lugares sofrerem, mais eles se tornarão singulares, únicos. Sendo assim,

A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (SANTOS, 1988, p. 47).

Ressalta-se, novamente, que para compreendê-la, torna-se indispensável o entendimento de como a vida nela funciona, suas especializações, suas relações internas e o seu arranjo particular em constante processo de mudança. Mas isso seria insuficiente sem a compreensão da totalidade do movimento que a condiciona. A região é o resultado do fluxo de ações internas e externas. Em outras palavras, para compreendê-la, é preciso entender como ocorre a *internalização* dos processos externos, tendo em conta o que nela preexiste antes da chegada do externo, ou seja, sua história. Volta-se, então, para o jogo de relações entre o externo e o interno, ou seja, o conjunto de relações que fará com que um mesmo processo mundial de produção tenha diferentes resultados conforme cada lugar ou região (SANTOS, 1988).

A dinâmica da região é o produto de uma síntese desses dois conjuntos de fatores, externos e internos, em constante movimento de convergência e divergência. Os fatores externos exercem sempre influência ativa na região. Mas eles nem sempre coadunam com seus interesses. Por isso é que as forças internas, quase sempre, desempenham uma função de oposição aos fatores externos, mesmo que a oposição não seja explícita.

Quanto à sua conformação histórica, cada região é resultado da combinação incessante de variáveis<sup>37</sup> distintamente datadas, de vários tempos da divisão internacional do trabalho. Os tempos, de acordo com os lugares, tornam-se diferenciados uns dos outros devido às exigências da demanda externa e da própria lógica interna existente em cada região.

O processo de transformação da realidade regional, diante das demandas externas, ocorre não só nas relações mais comuns das regiões, mas, também, nos seus processos mais complexos, que se revelam nas grandes transformações ocorridas no período técnico-científico-informacional. Em uma região, onde a composição orgânica do capital é alta e favorece a circulação de mercadorias, as trocas configuram um ambiente regional com alta capacidade produtiva, o que conduz à integração com outras regiões complementares. Nesse processo, o rural torna-se industrializado, objeto de ações capitalistas industriais, transgredindo as antigas relações tradicionais agrícolas. As grandes cidades mimetizam as suas áreas complementares, formando as regiões metropolitanas. Embora essas áreas não estejam, necessariamente, contíguas no território, estão conectadas pelas relações capitalistas urbano-industriais. Mesmo as áreas agrícolas não atingidas diretamente pela modernização são incorporadas à dinâmica do processo pela

---

<sup>37</sup> As variáveis, consideradas por Milton Santos, são: as tipologias da tecnologia do capital, da produção das firmas e das instituições; e mais, os circuitos de produção agrícola e da agroindústria; e as relações de trabalho tanto no campo quanto na cidade. Essas variáveis só têm sentido se analisadas em conjunto, pois elas são interdependentes, uma sendo causa e, ao mesmo tempo, efeito da outra (SANTOS, 1985).

migração campo-cidade e pelo consumo de produtos urbanos. “Do mesmo modo, a designação *região agrícola* muda de conteúdo. Áreas dedicadas à produção agrária, mas utilizando relativamente baixos coeficientes de capital necessitam de aglomerações urbanas, fornecedoras de meios de consumo pessoal e produtivo” (SANTOS, 1985, p. 69).

Segundo Milton Santos (1985), em termos de produção industrial e de serviços, a cidade exerce o papel de distribuidora de mercadorias indispensáveis à reprodução das *áreas agrícolas*. O que diferirá a região urbana da região agrícola será a densidade das relações mantidas no espaço. A noção de oposição entre campo e cidade ganha ares de complementaridade. O espaço urbano é complementar ao espaço rural. Há, porém, exceções como, por exemplo, os enclaves, zonas produtivas caracterizadas por elevada densidade de capital, que não estabelecem relações de complementaridade com seu entorno.

O conhecimento da região urbana exige, também, análise de sua estrutura interna, das articulações que regem seu funcionamento, de suas funções e estruturas. A estrutura interna permite conhecer a realidade de cada espaço e sua conexão com a totalidade do espaço.

A região, inclusive a urbana, na obra de Milton Santos, aparece, em princípio, como *internalização* do externo, em outras palavras, como um espaço funcional do modo de produção. Ela é o resultado de múltiplas variáveis externas em contato com a dinâmica local. Nesse encontro entre o interno e o externo, prevalecem as demandas do externo, do modo de produção global, sobre o fragmento do espaço, *recorte vivo de lugar*, a região.

A função da região imposta pelo modo de produção torna-a um espaço que se realiza a partir de necessidades exteriores a ela. Desse modo, a região apresenta certa fugacidade devido à velocidade dos fluxos de informação e de mercadorias a ela externas e, por sua vez, seu edifício interno torna-se instável.

Milton Santos vê a região como consequência direta do processo de expansão e fragmentação do modo de produção capitalista, fruto da divisão do trabalho imposta pelos atores hegemônicos do mercado mundial. As análises regionais, então, passaram a ser compreendidas como derivações funcionais dos processos da economia global, e suas características internas colocadas em segundo plano. Porém, as desigualdades socioespaciais geradas pelo capitalismo constituem, apenas, uma faceta do fenômeno regional. A sua realidade interna não pode se resumir a mero resultado de funções atribuídas de processos gerais (LENCIONI, 1999).

A visão de região, como uma realidade espacial que não tem existência em si, que não se sustenta por falta de autonomia de sua dinâmica interna, fez com que autores como Castro (2002) e Gomes (1995) concluíssem que esse conceito, para Milton Santos, não era tão importante. À medida que a região se torna funcional e efêmera e sua dinâmica nascida, não de dentro, mas de fora, sendo assim, incapaz de produzir uma identidade regional, o conceito perde relevância analítica.

Contudo, o entendimento mais preciso do conceito de região em Milton Santos, segundo Castro, deve considerar a totalidade e o tempo histórico. Esses dois termos tornam mais clara a compreensão do conceito de região. O acontecer regional dependeria, assim, do acontecer social como um todo. Cada região representaria as necessidades e os anseios da sociedade em seu conjunto. As regiões seriam apenas áreas funcionais do todo, cuja essência dependeria do modo de produção.

Ainda segundo Castro, Milton Santos destaca, também, a importância do recorte espacial para compreensão do mundo contemporâneo que se fragmenta e se divide dentro do processo de globalização. A expansão do capitalismo não eliminaria as diferenças regionais. Porém, a velocidade das informações e dos

fluxos causaria o desmoronamento do edifício regional. A aceleração do tempo histórico remodela todo o recorte espacial e o mundo se redefine, redefinindo as regiões e os lugares. Nessa perspectiva, a região continuaria sendo um espaço conveniente ao capitalismo em expansão, um espaço funcional. Castro sintetiza, assim, a sua visão dos problemas da análise de Milton Santos sobre a região:

Em primeiro lugar, a perspectiva do fenômeno regional como resultado de uma determinação do alto, o que estabelece por definição uma impossibilidade ontológica de qualquer nível explicativo do recorte regional. Neste caso não é possível falar de uma natureza do fenômeno regional, uma vez que o fenômeno real é o modo de produção. A região seria então apenas um epifenômeno. Em segundo, a exigência do recorte regional ser definido pela funcionalidade dos fenômenos, ou eventos, que podem ser breves (CASTRO, 2002, p. 3).

Essa visão de região funcional levou o autor a abandonar a possibilidade interpretativa do conceito de região segundo parâmetros internos a ela. A ênfase na noção de totalidade, para Castro (2002) e Gomes (1995), impossibilitou Milton Santos de pensar, ontologicamente, a região como um espaço com vida própria. Dessa maneira, o conceito tornou-se inútil para explicar as diferenças espaciais, permanecendo apenas como uma referência para indicar um recorte analítico do espaço.

Já Cunha, Simões e Paula (2005), apoiados nos argumentos de Castro, afirmam que não procede o conceito de região proposto por Milton Santos, dada a falta de características internas a ela. Para esses autores, a formação econômica e social é apresentada como a totalidade da vida social e as particularidades, somente, como um nível dessa totalidade. Além disso, a totalidade espacial emerge como núcleo fundante dos lugares e das regiões que se transformam em meros subespaços subordinados à totalidade. Cada acontecer social particular representaria apenas uma determinação do universal, do modo de produção capitalista.

O conceito de região em Milton Santos não só estaria dissolvido pelo foco na inserção do local no total, como cerceado pela literatura da funcionalidade a orientar o recorte, intimamente preso assim à dinâmica dos processos sócio-econômicos (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 16).

O conceito de região em Milton Santos se esvaziaria porque, a partir dele, a região somente poderia ser entendida no contexto do movimento externo que a produz, o que impediria a sua compreensão ontológica, ou seja, o entendimento de sua razão de ser contida em si mesma.

Os autores, acima citados, salientam, ainda mais, a importância de se compreender a superposição de recortes e a fragmentação dos espaços como fatores fundamentais para a formação das regiões. A análise da geografia crítica, assim como a de Milton Santos, pecaria por manter um enfoque essencialmente no presente e não na formação histórica.

Como se afirmou, a geografia crítica oferece um território fértil para se pensar as relações entre espaço e história, mas no que diz respeito à região, não se pode buscar transposições conceituais diretas, particularmente por conta do foco incisivo desta corrente no tempo presente e no modo de produção capitalista (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 17).

A ênfase na reprodução capitalista, no entendimento da região e das diferenciações dos recortes espaciais, limitaria o conceito a uma temporalidade específica, a sociedade de mercado (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005). Ao contrário, a análise do presente, na perspectiva da geografia crítica, não elimina o passado, somente estabelece a premissa de que é a partir do presente que se inicia o processo de compreensão do passado. A partir da realidade do mundo contemporâneo Milton Santos (1978) considera os conceitos de região geográfica de La Blache e de região natural como categorias do passado. Para ele, quando as categorias não condizem mais com a realidade contemporânea, seus conteúdos deverão ser revistos.

Haesbaert (1999) chama a atenção para o entendimento da região como uma manifestação espacial de um *recorte vivo*: ela não pode se perder na visão de um objeto auto-suficiente a ser descoberto (La Blache), nem, tampouco, ser considerada como um recorte espacial *a priori*, definido pelo pesquisador conforme seus objetivos e critérios (Hartshorne). A região não deve ser vista apenas como uma idéia, um conceito, mas como uma realidade, uma construção humana. Se o conceito nunca esgota as possibilidades do mundo, muito menos o substitui; ele, porém, participa dessa realidade à medida que sua elaboração acaba sempre interferindo na leitura do pesquisador e em sua ação sobre o mundo.

Lencioni (1999), também, critica o conceito de região proposto por Milton Santos, assim como pela geografia crítica. Para a autora, a dimensão do vivido e do percebido está, quase sempre, ausente no debate da geografia regional de cunho marxista. Tratar os lugares a partir de seus significados e de suas representações traz à tona a importância de se compreender o que se passa dentro das regiões, observando como as pessoas vivem o dia-dia desse espaço.

De acordo com Frémont (1980), para compreender a relação direta do homem com seu espaço é preciso realçar que ela gera um sistema particular que une os homens ao seu território. O homem não é um objeto neutro na região, ele apreende o espaço que o cerca e o sustenta de maneira diversa. Ele emite juízos, valores, é atraído ou repelido pelo espaço, consciente ou inconscientemente. A racionalidade perturba-se nessa relação subjetiva entre o homem e o espaço; os hábitos cotidianos, as afetividades, as culturas e o inconsciente transformam a região. O espaço vivido, então, aparece, com toda sua complexidade, revelador de identidades regionais, que apresentam, certamente, componentes históricos, econômicos, políticos, culturais, naturais e, também, psicológicos.



A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens (FRÉMONT, 1980, p. 17).

A análise do espaço vivido pode permanecer, apenas, nas representações, ficando somente na aparência do fenômeno, omitindo sua essência. Dar ênfase ao heterogêneo, à diferença, à subjetividade, fugindo das influências gerais poderia causar a *atomização*, a individualização dos fenômenos e da região. Poderia significar, até mesmo, a volta às monografias regionais que se constituíam no início do século passado e que se resumiam, apenas, à descrição das relações entre a natureza e os homens presentes num determinado espaço, tornando-o único, singular (LENCIONI, 1999).

Essa perspectiva fragmentante da realidade, que atribui uma autonomia analítica às regiões, afasta-se da noção de interdependência entre as partes e o todo, entre o particular e o universal, comprometendo uma reflexão condizente com o mundo, cada vez mais conectado por redes e fluxos de informação cultural, política e econômica.

Haesbaert (1999) também coaduna com a perspectiva do conceito de região na vertente marxista. Porém, ele não se esquivava de pensar o espaço vivido, sem deslizar sua análise na *atomização* da região. Seu objetivo é juntar o que, para muitos, é o disjunto, ou seja, unir no mesmo conceito as determinações do capitalismo global com a produção das identidades regionais.

Haesbaert reconhece, por outro lado, que a vertente marxista na geografia recuperou, para os estudos regionais, a noção de divisão territorial do trabalho como fundante das desigualdades socioespaciais. Qualquer iniciativa de analisar a diversidade e desigualdade regional implica reconhecer a inter-relação entre particular e geral, entre universal e singular. Mas não significa corroborar com

uma visão global *determinista*, como acontece com aqueles que fazem do comportamento da economia internacional o único fator explicativo das segmentações espaciais. Nem, muito menos, se perder em estudos específicos, sem conexão com o mundo, o que remete à *romantização* da região, como espaço de harmonia e de identidade.

Cabe a uma Geografia Regional renovada recuperar o sentido dos recortes espaciais tanto a partir de sua inserção desigual em movimentos mais globalizados quanto a partir de re-criação de singularidades que lhes dão um caráter próprio. Revalorizar o singular não significa cair outra vez numa *fenomenologia pura*, que vê somente o *acontecimento*, ou num empirismo bruto, baseado no binômio observação-descrição; significa, isto sim, evidenciar a capacidade dos grupos humanos de recriar espaços múltiplos de sociabilidade (HAESBAERT, 1999, p. 22).

Para entender a diversidade regional, segundo Haesbaert, é preciso não priorizar a desigualdade face às diferenças regionais, o geral face ao particular. As escolas geográficas que pensaram a questão regional: ora se baseavam na diversidade regional, no sentido de particularidades, e das diferenças espaciais; ora se pautavam na perspectiva da desigualdade fomentada pela divisão internacional e territorial do trabalho.

O principal desafio da geografia regional é aliar a análise sistêmica das desigualdades à produção da diferença, da vivência do espaço singular, da identificação com o espaço (HAESBAERT, 1999). Há, assim, duas dimensões que se completam. Uma que corresponde ao singular, ao específico, ao que acontece e se vive em cada lugar; e outra, mais totalizante, que compreende o processo de regionalização a partir das desigualdades formadas pelo capitalismo em processo de expansão. Essa visão integrada servirá para reconhecer as especificidades de cada região e, ao mesmo tempo, entender que elas estão interligadas umas às outras no movimento da totalidade. A análise da região em Haesbaert aponta para um caminho diferente, em princípio, do que se observa em Milton Santos.

Henri Lefebvre apresenta um conceito de produção que possibilita, pelo menos em um primeiro momento, ampliar a crítica ao conceito de região proposto por Milton Santos. Trata-se de uma concepção de produção que não se limita a aspectos estritamente econômicos. Ele a concebe, também, como reprodução das relações sociais de produção. Retomar esse sentido que comporta uma acepção ampla do termo produção poderá elucidar, com rigor, as relações entre produto-produção, obra-produto e a própria natureza da região.<sup>38</sup>

### **3.2. Os sentidos da produção segundo Henri Lefebvre e sua importância na concepção de região**

O conceito de produção é tomado por Lefebvre num sentido muito mais amplo do que o adotado pelos economistas. Ele abrange a produção de coisas e de obras, de idéias e ideologias, de ilusões e verdades, de consciência e conhecimento. Ele concebe a produção como modo de reprodução da vida cotidiana. “A maneira pela qual os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide portanto com sua produção, tanto com o que eles produzem como também com a maneira pela qual produzem” (MARX; ENGELS<sup>39</sup>, *apud* LEFEBVRE 1999, p. 39). É em Marx que Lefebvre se inspira.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2001, p. 10-11).

---

<sup>38</sup> Milton Santos refere-se a Henri Lefebvre em vários de seus livros e textos, como, por exemplo, a concepção de espaço com forma, função, processo e estrutura presentes no livro *Pensando o espaço do homem* (2004). Muito embora o pensamento de Milton Santos tenha sido influenciado pela obra de Lefebvre, não houve um debate explícito entre eles. Referiu-se, aqui, a Lefebvre por considerar seu trabalho importante para ampliar a concepção de região presente em Milton Santos.

<sup>39</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Ed. Sociales. 1968. p. 46.

A produção não se limita à atividade produtiva restrita à fábrica, isto é, à produção de mercadorias para trocá-las. A produção, em seu sentido amplo, corresponde, também, à produção de idéias, de representações e de linguagens. São os homens reais, em sua vida social através de suas ações, que produzem não somente os objetos materiais, mas, também, a suas verdades e ilusões.

Assim, a produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano. O mental, o intelectual, o que passa pelo *espíritual* e o que a filosofia toma como seu domínio próprio, são *produtos* como o resto. Há produção das representações, das idéias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros. Há produção da própria consciência (LEFEBVRE, 1999, p. 44-45).

Em Marx e Engels, segundo Lefebvre (1986), o termo produção comporta tanto uma concepção ampla quanto restrita. No primeiro caso, os homens que produzem sua história, seus desejos, subjetividades, sua arte, formas jurídicas, religiosas, ideologias; e, no segundo, a produção significa fabricação de produtos, construção de coisas e objetos. Esta é a aceção apresentada pelos economistas políticos que fundaram a sua ciência baseada nos conceitos de produção, produto e trabalho.

A dupla aceção desse conceito nada tem de surpreendente porque, se um conceito ou uma realidade apreendido pelo pensamento tivessem somente um sentido, não existiria a oposição nem a contradição. Para Marx, isso não acontece, porque um conceito pode ser restrito e preciso e, o outro, amplo e vago, mas ambos se misturam no cotidiano da vida (LEFEBVRE, 1999).

Os homens produzem coisas e criam obras. As coisas são enumeradas, contadas, trocadas; já as obras não podem ser mensuradas quantitativamente. Produzir, em sentido amplo, é produzir coisas e obras: mercadorias, idéias, ciência, arte, relações sociais, acontecimentos, cidades e instituições.

Produzir, não é somente produzir materialmente, é produzir direito, uma forma de família, um sistema jurídico, arte, não sem disparidades entre setores da produção. Uma sociedade? Implica relações sociais práticas, das quais a “cultura” faz parte. Uma sociedade não pode se reduzir à produção na acepção dos economistas: aparelho de produção e de consumo, identidade ou diversidade entre os dois aspectos. Produzir, para uma sociedade, é também produzir acontecimento, história e, conseqüentemente, guerras (LEFEBVRE, 1999, p. 84).

Deve-se levar em conta, então, em uma análise das transformações do mundo contemporâneo, não somente a produção, mas também a reprodução das relações sociais de produção. Para Marx, conforme Lefebvre (1999), o capitalismo se mundializou à medida que suas forças produtivas substituíram as formas antecedentes, transformando-as para seu uso. O capitalismo, com isso, ampliou suas forças não somente mediante a exploração e dominação da força de trabalho, mas também através do lazer, da vida cotidiana, do conhecimento, da arte e da vida urbana.

Para Marx e Engels (2001), a maneira pela qual os homens produzem seus modos de vida depende da sua base material preexistente. A reprodução não deve ser entendida somente como reprodução física, biológica do indivíduo; ela representa, também, a reprodução social. A vida dos indivíduos reflete o que eles são. O que eles são deriva do que eles produzem e como se reproduzem socialmente.

A análise do capitalismo deve relacionar a produção e a reprodução dos meios de produção. Os meios de produção consistem, primeiramente, no trabalhador, na sua força de trabalho e nos seus instrumentos de trabalho. Os trabalhadores devem se reproduzir, sustentar sua família, filhos, prover educação, torná-los aptos ao mundo do trabalho. As máquinas, instrumentos de trabalho, se desgastam com o tempo e o seu uso transmite valor ao produto e servem de instrumentos para a divisão do trabalho, para aceleração da produção e a geração da mais-valia. A acumulação capitalista pressupõe, portanto, a

reprodução ampliada da força de trabalho e dos meios de produção (LEFEBVRE, 1977).

Vale lembrar que o capitalismo, na sua dinâmica, necessita de normas e padrões que regulam as trocas, a relação entre capital e trabalho e a própria constituição familiar. Essas normas e padrões tendem a manter ou a reproduzir as formas capitalistas de produção na vida cotidiana.

A reprodução social das relações capitalistas de produção, como formas de regular os processos produtivos, ultrapassa o chão de fábrica e mobiliza todo o conjunto da sociedade. O problema da reprodução das relações sociais de produção vai reaparecer no debate marxista, segundo Lefebvre, na obra do psicanalista Wilhelm Reich:

Pretende ele ver, nas relações sexuais e familiares, as homologias com as relações sociais. [...] Wilhelm Reich não vê na família burguesa uma consequência, uma *mimese* (imitação) da sociedade global capitalista. Ele inverte esta perspectiva: no *lar* familiar entrevê o centro onde se produzem e reproduzem as relações globais (LEFEBVRE, 1977, p. 224).

A escola, também, serve à reprodução das relações sociais de produção.

Para Lefebvre:

Os três graus de ensino (primário, secundário e superior) não entram apenas como efeitos ou produtos na *divisão social* do trabalho, doutrina já exposta, por sua vez em nome da crítica liberal moderada. Eles fazem parte dela como causas e razões, como funções e estruturas e subordinam-se aos diversos *mercados* capitalistas (o das mercadorias, que estimula a produção — o do trabalho, que fornece os trabalhadores) (LEFEBVRE, 1977, p. 226).

Para Lefebvre (1977), alguns sociólogos ainda não conseguem fazer a ponte do particular ao universal, não percebendo como a realidade local está ligada às leis universais do capitalismo, o que não significa nenhuma relação determinista. Ao contrário, ambas as partes se condicionam mutuamente. Só é

possível compreender o mundo do capital tendo-se em conta sua produção e a sua reprodução socialmente ampliadas.

A reprodução das relações sociais de produção não se limita à esfera da economia. Se a realidade econômica aparece como estrutura é porque não se percebe que sua regulação se torna tão essencial quanto sua produção para a manutenção da prática capitalista. O espaço da reprodução das relações sociais de produção pode se tornar, também, conforme Lefebvre (1977), espaço de resistência localizada, espaço de criação, mas difuso no que consiste nos objetivos de seus agentes. Essa contestação, essa resistência, representa a vontade, o desejo, a potencialidade presente nos atores e nos espaços, a procura de uma vida melhor.

### **3.3. A metamorfose da região em lugar na obra de Milton Santos**

A breve reflexão sobre o pensamento de Lefebvre serviu para compreender que o processo de produção não envolve somente a produção de mercadorias, de objetos, sua distribuição e circulação. O termo produção abrange a própria produção da vida, que comporta desejos, crenças, esperanças, arte e política. A reprodução das relações sociais de produção se mostra tão importante quanto a própria produção para a compreensão do capitalismo e suas relações com o espaço e com a região.

Milton Santos deixa, em princípio, de reconhecer que a região é, também, espaço não somente da expansão das forças produtivas, mas também da reprodução das relações sociais de produção. Não reconhece que a realidade regional comporta, também, essa faceta do capitalismo. Compreender a região,

contudo, envolve perceber como seu espaço ajuda a reproduzir as relações sociais de produção.

Refletir sobre a região implica, não somente, a compreensão da produção e da circulação de coisas e de objetos no seu espaço, mas também o entendimento da criação de resistências, de desejos, de vontades que correspondem às necessidades e carências específicas de cada lugar, que podem estar conectadas às necessidades e carências de outros lugares. A compreensão dos conceitos de produção e reprodução social enriquecem a reflexão sobre a região à medida que se percebe que ela está ligada ao mundo, não só pelo processo produtivo, mas, também, pelo processo de reprodução social. A região produziria e criaria suas especificidades conforme suas particularidades históricas e culturais.

A concepção de Milton Santos sobre a região, entretanto, ao contrário do que fez parecer até então, não se resume à funcionalidade do modo de produção, ou ao recorte espacial, que depende da ampliação e circulação da mais-valia e da produção capitalista. A análise e a crítica estabelecidas pelos autores mencionados anteriormente correspondem à concepção *restrita* de região. Sem o entendimento do desenvolvimento do conceito ao longo de sua obra, não se pode compreender as suas transformações e a amplitude que o conceito assume.

A partir do livro *A natureza do espaço*, percebe-se a metamorfose do conceito de região em conceito de lugar — espaço do singular, espaço de convergência e divergências dos vetores da modernidade, espaço funcional do todo, mas, também, espaço de criação de novas formas de vida e de novas práticas socioespaciais. Milton Santos retorna ao conceito de região, para a análise do mundo contemporâneo, como um espaço que comporta a realidade do local, do vivido, do qual parte para compreender o movimento do mundo, retornando ao lugar, espaço da prática social. Ele recupera o movimento da totalização dos processos socioespaciais que compõem tanto a região ou lugar,



quanto o espaço<sup>40</sup>. Várias passagens de sua obra mostram essa metamorfose do conceito de região em lugar.

[...] a palavra *lugar* é, como outras do vocabulário geográfico, preñe de ambigüidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão região serve para designar extensões diferentes. Sabemos *a priori* que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. Ainda que um método laboriosamente estabelecido pudesse permitir, *a posteriori*, reconhecer esse tempo interno mais pequeno, tal constatação não seria absoluta (SANTOS, 1997, p. 111).

Milton Santos reconhece que cada lugar é alvo de tempos externos variados, e a partir desse tempo do mundo se configura o tempo do lugar. Para a sua ação, os homens tiram proveito das possibilidades oferecidas pelo mundo, mas é só a partir do lugar que eles se tornam efetivos. A região e lugar são espaços, recortes do mundo em movimento, e somente através dessa inserção é que se pode compreender a dinâmica do lugar ou da região. Mas é pelo lugar que o movimento do mundo é percebido. “Mas nos dias atuais, os lugares são condição e suporte de relações globais que sem eles (lugares) não se realizam” (SANTOS, 1999b, p. 16). As regiões, sinônimos de lugares, tornaram-se espaços convenientes do capital global, lugares onde se efetivam as necessidades do capital hegemônico. Mas, também espaços do vivido, das relações sociais solidárias e compartilhadas.

A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se o considerarmos a parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente, etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na

---

<sup>40</sup> Corrêa (1997) e Lencioni (1999) acreditam que a região é uma mediação entre o lugar e o espaço. Para ambos, a região seria um espaço dinâmico, uma fragmentação articulada com os processos gerais, nos quais a globalização não dotaria a região de autonomia. Mas esta análise não se limitaria à influência do capital externo na formação da região. Ela leva em conta como se reproduzem essas relações capitalistas nas especificidades regionais e como são geradas, a partir de dentro, novas formas de lidar com a complexidade do mundo contemporâneo. Mas, na concepção de Milton Santos, a região seria sinônimo de lugar, e a mediação, entre ela e o espaço, se daria a partir do território usado, e não da região. O território, para Milton Santos (1994b, 2000b), seria a mediação necessária entre o particular e o universal.

forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico (SANTOS, 1997, p. 131).

A região e o lugar são espaços gerados por um movimento geral do mundo. Nesses espaços, o tempo do mundo entra como condição de possibilidade e o tempo do lugar como condição de efetividade. A cada nova modernização do mundo, os lugares sofrem modificações, desestabilizando sua dinâmica interna e criando novas formas de ações sobre eles.

Nessas circunstâncias, a distinção entre região e lugar passa a ser menos relevante, pois não corresponde ao que há de mais importante na definição de ambos: a unidade e a continuidade do acontecer histórico e solidário, a contigüidade no espaço de práticas de vizinhança e de solidariedade. Vislumbra-se a identidade entre região e lugar, podendo defini-los como espaços do acontecer solidário. Os lugares, as cidades são, cada vez mais, regiões (SANTOS, 1997).

Balbim também corrobora a opinião de que o conceito de região se transforma no de lugar. Em seu ponto de vista:

A região [...] assemelhar-se-ia ao *lugar* que propõe Milton Santos. A região abrigaria não apenas um conjunto de sinais de um jogo político, mas a multidimensionalidade do ser. Ou seja, ao mesmo tempo, o ser vivendo o processo de produção territorial e o produto territorial — expresso entre outras formas pela região — de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (BALBIM, 2001, p. 164).

Essa transformação conceitual da região em lugar abre caminho para se perceber que o conceito de região em Milton Santos se amplia no sentido proposto por Lefebvre. O recorte espacial comporta as determinações do modo de produção, as relações socioespaciais de produção e, também, a criação de obras,

de identidades, de subjetividades e de desejos. É nessa dialética do externo e do interno, do universal com o particular, que se desenvolve, em Milton Santos, a metamorfose do conceito de região em conceito de lugar.

Qualidade e quantidade são categorias do extenso ou do espaço porque o extenso é espaço. É nesse sentido que não há como distinguir, do ponto de vista analítico, a região do lugar. Região e lugar são a mesma coisa. No passado perdemos muito tempo mostrando a diferença entre lugares, áreas e pontos (SANTOS, 2003, p. 62).

A região reaparece, em Milton Santos (2003), como lugar do acontecer solidário, aquele previsto por Durkheim, de trabalho e espaço compartilhados, de realização compulsória de tarefas em comum, mesmo que os objetivos das pessoas envolvidas não sejam os mesmos. O acontecer solidário dá nova configuração à região: ela deixa de ser um recorte geométrico para ser uma extensão social compartilhada, de vizinhança e de co-presença.

Nas regiões agrícolas, o acontecer é homólogo; nas relações cidade e campo ele é complementar, mas numa cidade dominada por uma especialidade produtiva, o acontecer pode, também, torna-se homólogo. Há, por fim, o acontecer hierárquico quando um lugar está sob ordens e informações provenientes de outro lugar. “Não é que haja um lugar comandando o outro, senão como metáfora. Mas, o limite à escolha de comportamento num lugar pode se dever aos interesses sediados em um outro” (SANTOS, 2002, p. 158).

O acontecer hierárquico pressupõe, de acordo com Milton Santos (2002), tipos de relações pontuais, descontínuas no espaço, que criam funções e normas para as práticas produtivas ou cotidianas das regiões. Tanto o acontecer homólogo, quanto o complementar, correspondem a uma continuidade de relações sociais numa extensão espacial, cuja solidariedade une as regiões.

A idéia de região e de lugar é, na verdade, uma conseqüência de dois recortes espaciais: o das horizontalidades que corresponde ao acontecer homólogo e complementar, e o das verticalidades, correspondente ao acontecer hierárquico. Da horizontalidade fazem parte o conjunto de firmas, instituições, trabalhos que habitam um extenso, uma área contínua. A verticalidade é a relação entre pontos dispersos no espaço, pontos descontínuos interligados pela técnica e pela informação, que recebem ordem e a executam conforme necessidades estranhas ao lugar (SANTOS, 1997). As horizontalidades se assemelham à noção clássica de região, onde predomina uma solidariedade orgânica, e as verticalidades correspondem à noção moderna de região funcional.

As horizontalidades aglutinam as ações de fora com as solidariedades criadas no lugar. Elas são “o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 1997, p. 227). Ela comporta uma força centrípeta que liga o processo econômico ao social convergindo no lugar. Já a verticalidade contém uma força centrífuga que causa a desagregação do espaço e das pessoas. Entre os fatores da verticalização, encontram-se o comércio internacional, as demandas das multinacionais e do capital financeiro, os quais, juntos, trazem outras ordens aos lugares, tornando-os, cada vez mais, dependentes do processo de mundialização do capital. Mas os lugares podem, também, se reconstituir horizontalmente, a partir de ações que fortifiquem os traços de união da sociedade. Esses traços valorizam, no espaço do cotidiano, a solidariedade orgânica (SANTOS, 1997).

A tendência atual é a de que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais,

normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais (SANTOS, 1997, p. 206).

Através das horizontalidades se reconstituem as identidades regionais. No mundo da velocidade e do efêmero é de se supor que a solidariedade organizacional vá se sobrepor à solidariedade orgânica na região. Mas a solidariedade orgânica impõe limites à solidariedade organizacional. Ela é desejada pelas pessoas que querem viver compartilhando o espaço vivido. Assim, a identidade construída lentamente na antiga região cede lugar à possibilidade de futuro, a partir de práticas comuns realizadas nos espaços banais, nas zonas opacas, nos lugares onde os vetores da modernidade chegam lentamente (SANTOS, 1997).

A identidade é, dessa maneira, uma construção social apreendida pela percepção e pela apropriação simbólica e material do espaço e da região. Identificar-se é sempre um processo de identificação com outra pessoa e um lugar, uma busca por relacionamentos e alteridades que se dão no encontro ou no desencontro. Por isso a identidade é sempre um processo relacional entre pessoas e lugares, isto é, um processo socioespacial (HAESBAERT, 1999b).

A identidade é, contudo, um processo. Na globalização, as identidades são cada vez mais descontínuas, fragmentadas, sobrepostas. A todo evento, surgem novas formas de identificação propiciadas pelo conflito ou pela solidariedade. Cada sujeito assume várias identidades em momentos diferentes de sua vida. Identificar-se é estar sempre em movimento no espaço e no tempo. Segundo Hall (2004, p. 13), “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.

A visão *romântica* de comunidade tradicional, fortemente estruturada no lugar, perde sentido à medida que os lugares, na contemporaneidade, podem

conter várias comunidades e identidades. Nesse sentido, o lugar é um híbrido, palco de transformação constante, de convergência e divergência incessante de múltiplas identidades (HAESBAERT, 1999b).

O lugar é o espaço de múltiplas identidades, onde se encontra e se entrelaça uma multiplicidade particular de relações socioespaciais. O lugar receberia, com sua estrutura própria, constantemente, ações que partem do exterior, e com elas interagindo. Segundo Milton Santos (1997, p. 273), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Os lugares são alvos de uma lógica global, de verticalidades e que, ao mesmo tempo, contêm uma lógica local, as horizontalidades.

Mas, segundo Milton Santos, há também a presença de outras formas de convivência. Ele denomina essa nova forma de discurso de contra-racionalidade, contrapondo à racionalidade instrumental. Segundo ele, as contra-racionalidades “são formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2000, p. 110).

A região ou o lugar podem ser compreendidos, também, pelas esferas da vida que se completam, isto é, pela psicoesfera e pela tecnoesfera. A tecnoesfera representa a crescente artificialização do meio ambiente, na qual a natureza é substituída pela técnica, fruto do progresso da ciência e da tecnologia. A psicoesfera é o resultado da subjetividade, dos desejos, das crenças e das vontades quando, então, percebe-se o estímulo ao comportamento prático e, também, filosófico (SANTOS, 1994).

A tecnoesfera se adapta às necessidades externas, pois é regida pelos mandamentos da produção e da troca. Já a psicoesfera é o campo da emoção, da subjetividade, das idéias, das crenças. Tanto a psicoesfera quanto a tecnoesfera

se constituem no lugar, mas suas razões, suas normas, seus comandos nem sempre se resumem ali, naquele espaço.

A partir da tecnoesfera e da psicoesfera podem-se definir os lugares segundo suas densidades técnica, informacional e comunicacional. Quanto maiores as inovações tecnológicas, a ciência aplicada à produção e à informação, maiores serão as densidades técnica e informacional e suas dependências da conjuntura internacional. A densidade comunicacional, por sua vez, representa o caráter social da ação, a práxis intersubjetiva, o tempo plural do acontecer solidário. Para compreensão das ações, não se pode deixar de considerar a intersubjetividade presente na comunicação durante o processo de interação entre os homens (SANTOS, 1997).

As duas primeiras [densidades técnica e informacional] são mais dependentes da esfera da materialidade, da tecnoesfera, as últimas [densidades comunicacionais] o são mais da esfera da imaterialidade, mesmo se, em todos os casos, tecnoesfera e psicoesfera se interagem. [...] Nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino da necessidade enquanto que as relações comunicacionais podem apontar para o reino da liberdade (SANTOS, 1997, 206).

Milton Santos (1997) estabelece a distinção entre informação e comunicação. Os seres humanos podem estabelecer uma comunicação entre eles conforme o mundo que compartilham entre si sem, contudo, precisar de qualquer tipo de informação. Também, podem transmitir informações sem criar qualquer interatividade com o lugar que informa. Comunicar significa pôr em comum, dialogar com diversas interpretações do mundo (alteridade), pôr em diálogo seus anseios e necessidades, expondo seus pontos de vista à procura do bem comum. O mundo e o lugar ganham sentidos a partir da alteridade e da comunicação. Por outro lado, informar significa circular ideologias, mercadorias,

idéias, imagens, que não precisam, necessariamente, ser apreendidas ou compreendidas, conscientemente, pelas pessoas.

A comunicação, segundo Milton Santos (1997), requer a proximidade, a coexistência na diversidade. A proximidade que se refere à contigüidade das relações humanas no espaço, numa mesma extensão, num segmento de pontos contínuos. Uma proximidade que agrupa as pessoas pela prática cotidiana, onde todos, ou quase todos, se reconhecem na vivência de cada um.

A partir da idéia de proximidade torna-se mais próxima a compreensão das questões relativas à vizinhança e à comunicação. Tais questões se identificam com a noção de densidade social: proporção de pessoas que compartilham o mesmo espaço. A quantidade de pessoas no lugar pode provocar mudanças, transformações que ressuscitam afetividades, paixões, subjetividades e compaixões (SANTOS, 1997).

O lugar pode ser, portanto, o espaço da resistência às normas globais, o espaço de contra-racionalidades capaz de construir novas formas de convívio que comportem a solidariedade, a tolerância e a comunicação.

Na realidade, cada lugar, a sua maneira, é o mundo, mesmo que em potencialidade. Cada lugar imerso no mundo também se torna diferente dos demais. Para compreender o lugar, não se deve contentar apenas com uma reflexão sobre o local e, sim, buscar o mundo no lugar. A história do presente coloca o lugar como conceito fundamental para compreensão do movimento do mundo, mas também para a prática social (SANTOS, 1997).

O lugar se opõe ao mundo, mas também se confunde com ele. Na sua essência o mundo contemporâneo, globalizado, pode se esconder, mas, no lugar, ele se expõe. No lugar se sobrepõem os tempos externos dos atores hegemônicos e o tempo interno da coexistência. Nele se fundem os diversos vetores da modernidade com os vetores do próprio lugar. No lugar, o recôndito e o que



permanece triunfante sobre o efêmero, sobre o passageiro. O lugar é o espaço que acolhe o novo, mas que resiste às mudanças (SANTOS, 1997). Nele se guarda a cultura, a sociabilidade, a vizinhança, a solidariedade e a resistência. Sua importância é destacada por Milton Santos:

Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos por que as intencionalidades estranhas vêm instalar-se em um dado lugar, e nos armamos para sugerir o que fazer no interesse social (SANTOS, 1994, p. 117).

O lugar, espaço do cotidiano, é compartilhado por diversas pessoas, firmas e instituições, formando uma base de cooperação, mas, também, de conflito. A solidariedade se realiza como uma prática de comunhão no lugar, ali onde a política se realiza como dissenso entre organização e espontaneidade.<sup>41</sup>

Para Lefebvre (1991), não se pode dissimular o cotidiano referindo-se apenas ao repetitivo, ao monótono. Trivialmente, o cotidiano contém repetições, gestos de trabalho, gestos fora do trabalho, mecanicismo e automação das mãos, do corpo, da fala, repetições lineares e cíclicas, tempo da natureza e da racionalidade instrumental. Para Lefebvre, o estudo da atividade produtiva induz à análise de sua reprodução, à maneira como a produção se auto-reproduz na realidade cotidiana. Por isso, a análise do cotidiano não pode se resumir na sua singularidade, na sua especificidade. Ela tem que ser dialeticamente relacionada com o mundo que a produz.

O cotidiano pode aparecer como uma suposta rotina, mas ele é, na verdade, um complexo de momentos compostos por tempos de trabalho e de diversão; de passividade e de criatividade; de meios e de fins, numa interação

---

<sup>41</sup> “O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1997, p. 256).

dialética que, sucumbida, perde a perspectiva do possível, da emancipação humana<sup>42</sup>.

O espaço do cotidiano, que, aparentemente é o lugar da reprodução e da alienação no âmbito do vivido, pode ser, também, o lugar das possibilidades contidas nos homens e nas coisas, da oposição à sociedade das mercadorias, da reivindicação de um mundo melhor (LEFEBVRE, 1991).

O cotidiano, para Milton Santos (1996b, 1997), no mesmo sentido, será a fábrica da *desalienação*, será o espaço no qual acontecem os preconceitos, a alienação, as relações sociais e sua reprodução e, também, a descoberta, a reivindicação, a vizinhança e a solidariedade.

Segundo Milton Santos (1996b), existem três dimensões humanas que ajudam a compreender o cotidiano: a corporeidade, a individualidade e a *socialidade*. A corporeidade é a realidade do corpo do homem, sua forma, sua capacidade de movimento, de estagnação, de se localizar. A individualidade está relacionada com a subjetividade do homem, com a consciência dos homens, com a consciência de si, com consciência do lugar que ocupa. A relação entre indivíduos representa a produção de *socialidade*, a terceira dimensão humana do cotidiano.

A condição de estar junto e habitar o mesmo espaço causa transformações na espacialidade e, conseqüentemente, na corporeidade e na individualidade. As dimensões do cotidiano têm, por conseguinte, fortes implicações espaciais e

---

<sup>42</sup> Para Heller [s.d.], a vida cotidiana é aquela esfera da vida que mais se presta à alienação (a separação do ser de suas possibilidades de desenvolvimento enquanto ser genérico, social). Na vida cotidiana, parece natural a separação entre ser e essência. O homem inserido na cotidianidade se contenta em representar seu papel predeterminado na reprodução social, sua margem de manobra, sua válvula de escape acaba reproduzindo as relações sociais de produção. A representação do papel de reprodutor das relações sociais pode resultar num conformismo perante a vida, a falta de conflitos. É a vida monótona que reforça mais ainda a conformidade. A autora ressalta, porém, assim como Lefebvre (1991), que a vida cotidiana pode ser, também, um terreno propício, uma brecha, uma fenda que permite aos indivíduos um movimento, uma possibilidade de explicação e ação no mundo. Dessa forma, a experiência do cotidiano torna o sujeito consciente de sua condição cindida (ser e essência). Para o indivíduo, ser genérico e social, a vida cotidiana passa a se manifestar como essência unitária de formas heterogêneas, como possibilidade de encontro e de desenvolvimento do ser e de sua essência.

temporais. O cotidiano supõe o passado como herança e o futuro com possibilidade. O presente é este embate entre o passado e o futuro, a existência de um passado irreversível e de um futuro que oferece alternativa pelo simples fato de que ainda está por vir. O passado e o futuro carregam a necessidade e a liberdade, carregam o que somos e o que queremos ser, a dificuldade de se afirmar no mundo e no lugar e a esperança de construir outras possibilidades de existência no lugar e no mundo (SANTOS, 1996b).

O cotidiano possui, também, outras características, como a materialidade e a imaterialidade. O cotidiano é a materialidade que nos cerca e, também a imaterialidade, presente nos objetos e nas ações, que nos constrange. Por materialidade, pode se designar a tecnoesfera e pela imaterialidade, psicoesfera (SANTOS, 1996b).

Para Milton Santos (1997), no cotidiano é resgatada a razão de viver por meio da contrapartida à racionalidade hegemônica. O mundo do cotidiano é o espaço que limita essa racionalidade e cria outras, tão diversas quanto são os lugares da existência humana. O cotidiano pressupõe uma busca por política, que resulte numa convergência de múltiplos interesses. Por isso, a vida cotidiana abarca várias temporalidades diferentes que se instalam em cada lugar, o que permite vislumbrar uma vivência compartilhada e solidária. A globalização anuncia que o mundo real busca uma homogeneização empobrecedora, mas esbarra no universo do cotidiano, no mundo da diversidade criadora.

Por fim, o cotidiano é, também, o espaço da escassez. Ela se materializa, no cotidiano, nas necessidades de sobrevivência que aumentam a cada dia. A escassez de um, pode ser, também, a mesma escassez do outro. É nessa percepção que nascem a compaixão, a solidariedade, a compreensão das dificuldades do outro a partir de sua própria dificuldade, o sentimento de pertencer ao mesmo lugar e ter as mesmas carências e anseios. Assim, a

alteridade no lugar favorece a criação de múltiplas possibilidades e identidades. Quanto mais diferentes forem as pessoas, mais idéias de mundo poderão frutificar (SANTOS, 2000).

### **3.4. A cidade: o espaço da confluência da região e do lugar**

Para Milton Santos (1997), a cidade é o lugar da multiplicidade de formas de escassez e de abundância, onde se revelam e se proliferam a pobreza e a riqueza. Para os pobres<sup>43</sup>, a escassez é um fato concreto da existência, que os põem em contato diário com a realidade do lugar e do mundo, mas, também, os fazem mudar de atitude conforme suas necessidades.

Aliás, uma das conseqüências da globalização e da escassez material e espiritual é o ressurgimento da cultura popular<sup>44</sup> que rivaliza com a cultura de massa. Trata-se da produção de uma resistência emergente na própria massa, mas que não contribui para sua alienação, ao contrário, divulga a escassez, a carência e, também, as possibilidades percebidas no cotidiano, que permitem vislumbrar uma vida melhor (SANTOS, 2000). Afinal, o cotidiano não é o movimento estruturado e coeso, ele é o mundo do lugar em movimento, um tecido flexível de relações em constante mutação, dependendo de suas necessidades diárias.

No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os *de baixo* não dispõem de meios (materiais e outros) para

---

<sup>43</sup> Segundo Milton Santos (2003), não se pode confundir pobreza com miséria. A miséria é a privação total, é a entrega, a derrota perante a vida. Já os pobres são carentes de toda ordem, mas não se entregam, lutam, tomam relativa consciência do mundo e se articulam, buscam um futuro possível.

<sup>44</sup> “A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e seu meio, mas seu alcance é o mundo” (SANTOS, 1997, p. 262).

participar plenamente da cultura moderna de massa. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massa (SANTOS, 2000, p. 144).

A imposição de uma cultura de massa corresponde aos anseios de atores hegemônicos, enquanto que a cultura popular é fruto de uma co-presença no lugar, de um sentimento compartilhado de escassez e carência, mas que não se abala ao propor novas formas de viver. A cultura popular, conforme Milton Santos (2000), põe em evidência o cotidiano da população pobre, dos marginalizados, expõe suas carências e anseios. Ela é forma de expressão que caracteriza a busca por uma política mediante o discurso do lugar, revelando as idiosincrasias do mundo.

Certo é que o mundo se instala nos lugares, sobretudo, nas grandes cidades, nas metrópoles, provido de uma mistura de culturas, identidades e modos de vida, originários de todos os lugares do mundo. Todos trazem consigo seu passado e sua expectativa com relação ao futuro, à medida que vivem em conjunto, entre seus vizinhos, entre pessoas identificadas com as carências e anseios dos demais, que enriquecem o cotidiano. “As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política” (SANTOS, 2000, p. 173).

A cidade é o espaço da mobilidade e do deslocamento, mas, também, da permanência e da inércia. Nas cidades encontram-se a solidariedade e a co-habitação, ambas mediadas pela estrutura preexistente: as rugosidades. As ações nas cidades são limitadas pelas formas e também pelas normas de utilização dessas estruturas preexistentes, o que não impede a presença de uma vida cultural que subverta suas formas e suas normas.

A cultura popular reaparece, nessas circunstâncias, como condição e como possibilidade de novos usos do espaço. Ela passa a existir como criação. Assim, nascem novas maneiras de apropriação do espaço com as criações culturais populares, alimentadas por uma crítica à sociedade hegemônica, que brotam, espontaneamente, do cotidiano repetitivo e alienante. Mesmo que na prática não haja uma coesão entre os discursos de cada lugar, há vontade e, mais do que isso, possibilidade e necessidade de mudança (SANTOS, 1997).

Afinal, a cidade é o lugar onde o mundo se movimenta. A co-presença traz a convivência entre as diferenças. Logo, quanto maior a cidade tanto maior será o contato com as diferenças, mais vasta e densa será a co-presença e o acontecer solidário. Nessa medida, as cidades são os lugares da revolta, do encontro improvável, já que nelas o novo se impõe com maior dificuldade do que no campo. A revolta deverá acontecer contra a situação social desigual e não contra as formas, as coisas, as máquinas. Desse modo, é necessário o entendimento das formas para que se possa construir alternativas, mas a causa da situação atual se encontra por detrás delas, nas relações sociais de produção que, em conjunto com as formas, constituem o espaço (SANTOS, 1994).

Todavia, com o processo de globalização, todos os lugares se mundializam, uns mais do que outros. Por isso, Milton Santos os distingue por meio de dois conceitos: os lugares globais simples e os lugares globais complexos. Estes últimos podem ser, também, o espaço da metrópole, onde os múltiplos vetores da modernidade se convergem e, ao mesmo tempo, se divergem, lugar da profusão de normas e funções externas, mas, também, de atores que se opõem à ação hegemônica.

Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar,

conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 1997, p. 258).

Antigamente, dizia-se que a metrópole era o lugar que facilitava mais a penetração do capital estrangeiro, que mais facilitava a entrada dos vetores da modernidade. Essa era a base da teoria dos pólos de crescimento e do centro e periferia (SANTOS, 2003). Entretanto, as redes de difusão dos vetores da modernidade encontram, no campo, um espaço de maior penetração. No campo não há grande concentração de sobreposição de tempos e de formas, ao contrário das grandes cidades, nas quais as formas dificultam a implementação do novo. A cidade torna-se palco das atividades de todos os capitais e de todas as pessoas, inclusive daquelas expulsas do campo pela tecnificação do trabalho agrícola. A presença dessa população, em geral pobre, enriquece a diversidade da produção material em vilas, bairros e favelas, fortalecendo as práticas de vizinhança, de solidariedade e de comunicabilidade. Na cidade se encontra, também, um caminho possível para um futuro melhor.

Na verdade, a cidade é um sistema que agrupa tanto uma economia globalizada, o seu circuito superior, quanto uma economia popular, seu circuito inferior, produzida a partir das necessidades do lugar (SANTOS, 1979c). As cidades apresentam uma sobreposição de diversos sistemas de cooperação e solidariedade.

Não se pode pensar nas cidades somente como espaços passivos das necessidades globais. Elas dependem, também, das relações diretas entre grupos e pessoas. A cidade, no sentido de produção local de práticas solidárias, compartilhadas, é obra associada à criação mais do que um simples produto. Se há produção e reprodução das relações sociais na cidade é porque existe relação entre seres humanos, mais do que produção de objetos. A cidade é obra de uma história e, também, produção dela (LEFEBVRE, 1991b).

Para Milton Santos (1997), as relações de proximidade nas cidades florescem e garantem a comunicação entre as pessoas. Os guetos, as vilas e favelas tendem a expressar um caráter maior de proximidade, manifestando um conteúdo maior de solidariedade, de comunicação e de co-presença, pois de lá se tem a percepção mais clara dos processos que envolvem a cidade. Nesses lugares, os vetores da modernidade chegam depois, as redes de difusão de informação espriam-se, difundem-se com menor intensidade do que nas regiões mais ricas economicamente da cidade. Isso favorece a percepção de afinidade cultural e econômica das pessoas, propiciando, então, uma prática social e solidária no lugar, na cidade. Nas cidades, como realça Milton Santos, prevalecem os tempos dos homens *lentos*.

A força é dos *lentos* e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virilio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrihá-la — acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é a sua perdição. [...] Os homens *lentos*, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações (SANTOS, 1997, p. 260-261).

Os *lentos* abrem novas perspectivas para o entendimento dos usos da e na cidade. Às vezes, silenciosamente, outras causando barulho. O fato é que eles encontram novas finalidades, novas articulações e normas para vida social e afetiva.

Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer — carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar (SANTOS, 1997, p. 261).



Martins (2000) utiliza termos *homem comum* ou *homem simples* ao invés de *pobres* ou *homens lentos* como sugere Milton Santos. Para ele, o homem comum, do tempo e do espaço de todos os dias, é aquele capaz de se organizar, de reivindicar e de solidarizar. Na vida cotidiana, o homem comum descobre sua história e sua importância política e, também, sua solidão e suas angústias. O senso comum torna-se instrumento não apenas das repetições e das alienações, mas também da co-presença, da transformação e da união.<sup>45</sup>

Para Martins (2000), o senso comum tem demonstrado que a privação dos bens materiais e imateriais tem gerado novos significados, novas relações sociais, ou seja, ameaças de rupturas do sistema. Os significados são reinventados continuamente e as desordens sociais são resolvidas pelo próprio homem comum, porque ele dispõe do seu próprio meio para refletir e agir perante as dificuldades. Ademais, os homens que vivem e compartilham dos mesmos trajetos, das mesmas histórias, das mesmas imagens fabricam sua própria vida no lugar. O mundo da globalização, porém, tende a modificar essa realidade, tornando mais veloz o movimento das inovações, das normas e das divisões do trabalho. A circulação se sobrepõe à produção, assim como a velocidade se sobrepõe ao repouso. A circulação de pessoas e, também, de mercadorias aumenta vertiginosamente, provocando uma sensação de *desterritorialidade* que atinge uma parcela da sociedade, especialmente os migrantes.

A migração para as cidades significa deixar para trás todo um modo de vida, toda uma cultura. Assim, o imigrante, ao encontrar outro lugar que não ajudou a construir, pode sentir certo estranhamento perante o espaço cuja história e memória ele desconhece.

---

<sup>45</sup> Martins, assim, define senso comum: “O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos” (MARTINS, 2000, p. 59).

Por outro lado, mesmo sem condições adequadas de higiene, sem infraestrutura urbana, sem emprego, esse sujeito enfrenta as adversidades e vive. A memória e a prática do passado passam a não significar muito na realidade do presente. A memória do passado cede lugar a uma nova forma de interpretar a cidade e o cotidiano. O novo território e a nova cultura com que depara o imigrante o transformam, o integram com os demais moradores, o faz perceber a necessidade de se solidarizar, de compartilhar sua angústia e sua esperança. Dessa forma, a alienação do primeiro momento, cede espaço à integração e à cooperação. “A consciência *pele lugar* se sobrepõe à consciência *no lugar*. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção de uma nova história” (SANTOS, 1997, p. 264).

Ao contrário do que diz o pensamento hegemônico, quanto menos inserido for o homem na sociedade e no lugar, maior será a probabilidade de encarar as novidades e de descobrir novas formas de viver (SANTOS, 1997).

O lugar, espaço de convergência de vários vetores da modernidade, é produzido por uma lógica externa do capital à busca de maior lucratividade. Mas é, também, produtor de uma dinâmica interna de solidariedade. Tal dinâmica decorre das características locais e de suas próprias necessidades de produção e reprodução social.

Essa confluência do interno com o externo, de uma ação solidária com a organizacional produz a conexão do conceito de região na geografia lablacheana com o conceito de região funcional de Bernard Kaiser. Resguardadas as particularidades históricas dessas concepções, a homogeneidade e coesão da região geográfica de La Blache são substituídas, por Milton Santos, pela heterogeneidade própria do período técnico-científico-informacional. Ele resgata,

através do conceito de lugar, a importância de se compreender tanto a dinâmica interna, quanto a sua funcionalidade externa, conforme o conceito de Kaiser.

É o retorno à dialética da totalidade que se expande e se fragmenta, que incorpora não somente a produção em seu sentido restrito, mas, também, as criações humanas calcadas na realidade de cada lugar e do mundo. A totalidade é sempre um movimento que se expande e se contrai num eterno devir. A região e o espaço são pares dialéticos do movimento da totalidade. A região e o lugar somente fazem sentido no contexto da totalidade, mas, também, o espaço somente faz sentido nas suas particularidades. Esse enfoque centrado na categoria de totalidade não diminui, nem desvaloriza, o conceito de região, segundo Milton Santos, somente faz transparecer a dialética entre esses conceitos, que são, também, realidades inseparáveis, pois um depende do outro para sua explicação e para a realização de práticas sociais.

Região e lugar se identificam, contudo, na realidade da cidade, o espaço da ordem precisa, da ação condicionada, assim como da contigüidade, da co-habitação, da vizinhança, da proximidade e da comunicação. Nas cidades há difusão de vários vetores da modernidade, tanto os representados pela lógica hegemônica do capital, quanto os que a ela se opõem. A cidade é, portanto, o grande lugar que possibilita diferentes interpretações e ações no mundo.

A cidade representa, para Milton Santos, não só a arena possível para construção de estratégias para a transformação, como, também, o espaço amplo para a mudança na vida das classes e grupos subordinados. A cidade é o espaço possível para a política, para a redefinição de propostas ambiciosas e realistas, caminho para a transformação urbana permanente.

O otimismo de Milton Santos — tendo a cidade como ponto de partida para as transformações sociais e a população carente e pobre como o principal agente dessas transformações — pode, porém, não encontrar tanto respaldo na

realidade socioespacial das metrópoles contemporâneas. As perspectivas de mudança ainda estão obscuras, bem como o próprio processo da globalização. Até que ponto os movimentos de resistência assumem uma visão emancipatória que conteste o mundo das mercadorias? A resposta a essa questão ainda não está tão nítida, ainda que melhorias substantivas no espaço urbano tenham sido conquistadas por alguns movimentos sociais.

Sintetizando, a partir do conceito de lugar e de cidade, Milton Santos recupera a dialética do universal e do particular, do geral e do regional. O autor percebe a importância de se compreender não somente a desigualdade socioespacial gerada pelo modo de produção capitalista global, mas, também, percebe a diversidade regional, como consequência de uma produção, no sentido amplo lefebvreviano, de desejos, de angústias, de esperanças que nascem conforme o cotidiano dos lugares e do mundo. O conceito de totalidade, como o movimento do universal e do particular, permite, ao autor, redescobrir a importância dos recortes espaciais para se compreender o homem e seu espaço como pares complementares e indispensáveis da dialética socioespacial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**M**ilton Santos, em 1964, ano marcado pela tomada do poder pelos militares no Brasil, exilado pelo novo regime retornou à França, onde já tinha estado anteriormente para seu doutoramento, dessa vez a convite do geógrafo francês Jean Tricard, para lecionar na Universidade de Toulouse. Antes disso, Milton Santos havia lecionado geografia nas Universidades Federal e Católica da Bahia e ocupado cargos, tanto no governo Estadual quanto Federal. Era notável a influência, em sua obra, da escola francesa, naquele momento predominante na geografia brasileira. Sobre seu livro *A cidade como centro da região*, de 1959, o autor declarou, posteriormente, ter se inspirado nos escritos do geógrafo francês Michel Rochefort para analisar a importância do terciário na formação da rede urbana do recôncavo baiano. Outros textos, como *Estudos regionais e o futuro da geografia*, de 1953, e *Zona de cacau* de 1955, demonstravam, também, a forte inspiração francesa.

Em sua chegada à França, Milton Santos se deparou com os estudos sobre o subdesenvolvimento lá realizados. O geógrafo brasileiro, porém, não se satisfaz com o debate sobre o terceiro mundo, moda no meio acadêmico francês, que, segundo ele, tinha a intenção de formular teses que justificassem as novas formas de colonização. Propõe, então, em contraposição a esses estudos, uma nova abordagem do terceiro mundo, a partir de uma visão própria dos seus respectivos países (SANTOS, 2002).

Milton Santos percebeu que precisaria recorrer a outros saberes para escrever a sua própria teoria espacial dos países subdesenvolvidos, necessitaria construir novos conceitos e novos métodos. Aproxima-se, então, da sociologia,

através Georges Gurvitch, em especial, e da filosofia francesa, através Jean Paul Sartre e Henri Lefebvre<sup>46</sup>.

A contestação da visão, segundo ele, que os geógrafos europeus tinham do Brasil e do restante do terceiro mundo, foi exposta em seu livro *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, escrito originalmente em 1968 e publicado no Brasil, somente, em 1978. Esse momento, final da década 60 e começo dos anos 70, marca uma mudança na obra do autor em direção a uma nova construção teórica e epistemológica, com objetivo de desenvolver um conhecimento geográfico mais adequado à compreensão da realidade brasileira e dos demais países subdesenvolvidos. Nesse livro, surgem as críticas mais veementes à geografia clássica francesa, em especial ao seu método de análise regional e ao seu conceito de região. As suas idéias vão amadurecer, mais tarde, em outra obra, *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, de 1978.

O ponto de partida de Milton Santos, nesse itinerário em direção a um novo conceito de região, vem da crítica à escola francesa, que a considerava como uma área homogênea delimitada, contida em si mesma. Milton Santos avalia que o conceito não condiz mais com a realidade do mundo globalizado, cada vez mais carregado de fluxos de informação e de mercadorias, que transformam, a todo o momento, a realidade regional.

A crítica não era só à teoria, mas também ao método, definido por Milton Santos, como um conjunto de proposições que ajudam a balizar o conhecimento do mundo ou de um de seus aspectos. O método só seria pertinente quando atual, isto é, quando pautado pelas estruturas sociais e históricas do presente. A cada momento, as formas e os fluxos mudam de função conforme a dinâmica do

---

<sup>46</sup> Para Claval (2004), a transformação do pensamento de Milton Santos foi alimentada, também, pelo contato com as obras de Maurice Godelier, Peter Haggett, Karel Kosic, David Harvey, entre outros.

mundo capitalista. Cada forma somente pode ser entendida associada a outras formas que compõem o movimento da totalidade.

O método torna-se, portanto, essencial no processo de compreensão do mundo e da região. Ele fornece os instrumentos necessários capazes de auxiliar o sujeito em sua interpretação teórica da região. Para entendê-la, então, o método requer que se inicie nos aspectos gerais que conformam o mundo para se chegar às particularidades da dinâmica local. Em outras palavras, compreender a região significa entendê-la, na sua formação, a partir do movimento que vai do universal ao particular. Perante o mundo globalizado, o autor rejeita as concepções que, ao inverso, partem da realidade homogênea, ou seja, do particular, em direção ao mundo complexo e dinâmico, o universal. Essa abordagem demonstra a impossibilidade de se transplantar o conceito de região do início do século XX para o início do XXI.

Milton Santos reitera sua crítica à teoria e ao método que não condizem com as transformações do mundo contemporâneo em seu período técnico-científico-informacional, que tornam espacialmente seletivos os fluxos de mercadorias e de informação, assim como a localização dos investimentos. É a técnica, segundo Milton Santos, que impulsiona esse novo período do mundo contemporâneo. Ela aparece como mediação necessária entre homem e natureza e, também, como herança social e material contida nos objetos e nas formas. A globalização unifica os sistemas técnicos presentes no mundo em torno de um só sistema técnico determinado pelo modo de produção capitalista. Ele dita as normas de organização do mundo da produção e estabelece as formas e o conteúdo das relações de trabalho.

Milton Santos não crê na neutralidade da técnica. Ele acredita que a técnica possui uma racionalidade política, dotada de ideologias que correspondem à história do seu tempo e à intenção de seus autores sociais. A



técnica, porém, pode ser apropriada pelos atores não-hegemônicos para que seja utilizada de acordo com as suas necessidades. Ela comporta, assim, essa contradição, tanto por ser uma força que auxilia na reprodução do modo de produção, quanto uma alternativa, um meio, para que se possa transgredi-lo.

O papel da informação no período técnico aparece nos estudos de Milton Santos a partir dos anos 80, quando percebe a sua importância na transformação do modelo fordista de produção para o modelo de flexibilização pós-fordista (CLAVAL, 2006). “Da informação pode ser dito que é um modo dominante de organização do trabalho, graças a seu papel na circulação física das mercadorias e na regulação dos circuitos produtivos e dos estoques [...]” (SANTOS, 1997, p. 147).

A presença do conceito de informação, no período técnico-científico, passa, assim, a exercer um papel preponderante para o entendimento da reprodução das relações sociais capitalistas. A informação, aliada à ciência e à técnica, possibilita que a necessidade do consumo de um produto anteceda à sua própria existência (SANTOS, 1999b). No período técnico-científico-informacional, a informação está presente nos objetos e nas ações. Ela se torna o vetor essencial da reprodutibilidade técnica e social das regiões, que são equipadas para sua maior e mais rápida circulação. A tecnociência e a informação estão presentes, tanto no processo produtivo, quanto na fragmentação do espaço necessária a sua dinâmica.

No período técnico-científico-informacional, as regiões não são atingidas, da mesma maneira, pelos fluxos de mercadorias e de informação. Os investimentos nas regiões dos países periféricos se dão conforme as necessidades produtivas do capital internacional e das características próprias de cada lugar. Contudo, a globalização do capital, assim como as condições necessárias para sua reprodução social, vão gerar realidades distintas em cada área. O espaço

regional, porém, não é só resultado da produção e reprodução social local, mas também é condição para sua realização global (SANTOS, 1979).

O conceito que esclarece a inserção do modo de produção hegemônico nos espaços é chamado por Milton Santos de formação socioespacial. Dele resulta a compreensão da maneira desigual como o capitalismo age sobre os territórios, diferenciando-os. O modo de produção é a possibilidade ditada globalmente, enquanto que a formação socioespacial é a sua efetividade no espaço. Ela indica a sobreposição de tempos históricos, de divisões do trabalho, que não se encerram no passado, mas *convivem* no presente. A tendência à homogeneização do espaço, devido à tecnificação, de fato, não se efetiva, pois, na prática, percebe-se que as diferenças regionais são, cada vez mais, instigadas pelas determinações do capital externo, segundo as particularidades locais.

Entretanto, a região ressurge, no período técnico-científico-informacional, não mais como um edifício estável, coeso e harmônico. Seu longo tempo de maturação, que fornecia estabilidade às suas relações, sofreu mudanças, passou a ser mais rápido, impedindo relações mais estáveis entre seus habitantes e sua região. Porém, o fato de possuir vida curta, não a suprime, porque o que faz a sua coerência não é o tempo de sua duração, mas a função que ela exerce no mundo globalizado (SANTOS, 1997).

A região possui uma sucessão de divisões do trabalho contidas nas formas que correspondem aos diferentes momentos de sua produção. As formas do passado, em contato com as novas divisões internacionais do trabalho, se transformam segundo as demandas do capital global. As regiões, assim, obedecem às normas e funções que vêm de fora, transformando-se no espaço privilegiado da expansão do capitalismo. Elas passam a ser lugares funcionais do mercado mundial.

A reflexão sobre a região na obra de Milton Santos não se limita, contudo, à concepção de região funcional, ainda que essa possa transparecer em alguns de seus textos. Observando o conjunto de sua obra, percebe-se que esse conceito sofre modificações, transformando-se no conceito de lugar. Região e lugar não mais se distinguem no mundo contemporâneo, porque não são mais espaços geométricos e sim espaços sociais de solidariedades orgânica e organizacional.

A partir do conceito de lugar, Milton Santos compreende a importância de cada recorte espacial. O lugar é o espaço da difusão dos vetores externos em contato com a realidade interna de solidariedade, de partilha de trabalhos e de desejos. O conceito de região, metamorfoseado no de lugar, reaparece como produto da desigualdade capitalista no espaço, mas, também, como resultado de diversidades internas a cada região.

Os lugares são, cada um a sua maneira, expressão do mundo, porém o mundo só se efetiva a partir das potencialidades dos lugares. Neles se sobrepõem os eventos do mundo, nele interagem as ações dos atores hegemônicos e as ações dos atores locais. No lugar onde convergem os diversos vetores da modernidade se encontram, também, as resistências a eles, o que Milton Santos chama de contra-razionalidades. No lugar o que está na sombra, nas zonas opacas, afronta o que está no espaço luminoso das trocas de mercadorias.

O espaço do lugar, que é o da reprodução das relações sociais de produção, pode ser, também, o espaço das possibilidades de transformação. Ele é o espaço possível para a política, para redefinição de propostas ambiciosas e realistas para a mudança da realidade. O cotidiano alienante cede espaço às alternativas de convivência solidárias.

É na realidade das cidades, sobretudo, nas metrópoles, que a região e o lugar se encontram definitivamente. A cidade comporta o movimento do mundo em suas contradições. Ela é, ao mesmo tempo, espaço de deslocamentos de

peessoas, de fluxos de mercadorias, e, também, de rigidez e de imobilidade. Nas cidades se encontram formas oriundas de diversas divisões do trabalho pretéritas que resistem ao tempo, mas também novas formas resultantes da sua interação com o mundo. As ações nas cidades podem ser limitadas por essas formas, o que não impede a diversidade da vida sociocultural dos seus habitantes, criadas a partir da apropriação específica dos objetos existentes.

As cidades não são espaços neutros diante das ações globais: nelas a população pobre desenvolve práticas solidárias, estratégias de convivência diante da escassez material e imaterial. As relações entre as pessoas são propiciadas pelas proximidades física e afetiva. É nas periferias, nas favelas e nos subúrbios que os eventos da modernidade chegam de forma mais lenta, mais difusa, do que nas zonas luminosas da cidade. O maior tempo para se perceber a dinâmica do mundo imposta ao lugar favorece a criação de uma cultura popular, que nasce do lugar, de sua realidade cotidiana, e que está em constante dialogo com o mundo.

Esses espaços são dos homens *lentos* (SANTOS, 1997), aqueles que compartilham do mesmo lugar, dos mesmos trajetos, das mesmas carências, e que percebem, a partir de suas próprias realidades, uma oportunidade de construir um futuro possível. Eles não nascem, necessariamente, nas grandes cidades. O fato de serem imigrantes dá a eles uma nova condição de existência. O encontro com o novo ajuda a superar as amarras do passado e possibilita a construção de um futuro com os pés fincados no presente.

A cidade, em Milton Santos, contém o movimento contraditório do mundo, onde se percebe a dialética do universal com o particular, do global com o local. Nela se completa e se desfaz o movimento da totalidade, se juntam e se fragmentam os recortes espaciais. O externo e o interno tornam-se

interdependentes. O processo global, o modo de produção, somente existe por que está nos lugares. Sem o lugar, a totalidade se perde na abstração conceitual.

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. [...] Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 1985, p. 107).

Milton Santos retorna à dialética da totalidade aberta em seu movimento de expansão e fragmentação espacial, que incorpora não somente a produção e a circulação de mercadorias e de informações, mas também a realidade cotidiana de cada lugar. “A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se” (SANTOS, 1985, p. 96). A totalidade comporta duas ordens: uma, global, que dá sentido, significado aos espaços; outra, local, que dá concretude ao global.

A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o Mundo, mas também o confronta, graças à sua própria ordem (SANTOS, 1997, p. 267).

Região e espaço se combinam, dessa forma, na dialética do movimento da totalidade. A região, ou o lugar, tem um sentido que vem de fora, mas também dá sentido ao mundo, à medida que é dela que parte as interpretações e as ações sobre o mundo. Milton Santos coaduna com Lefebvre (1969b) na sua concepção do método dialético, isto é, a apreensão da unidade pela diferença, a percepção do contraditório nas formações econômicas e sociais. Uma vez estabelecidas as leis do desenvolvimento global do capitalismo é necessário sempre voltar às sobrevivências e às transições imbricadas que existem em qualquer sociedade ou em qualquer região.

A abordagem centrada na categoria de totalidade não desqualifica o conceito de região em Milton Santos. Pelo movimento da totalidade, percebe-se que os estudos geográficos não podem se encerrar nem nos lugares, nem no global. O estudo do lugar ou da região tem uma grande importância, porque é nela que a possibilidade do mundo torna-se efetividade. O recurso à totalidade, segundo Milton Santos em suas obras da maturidade, não privilegia o universal, fazendo transparecer a interdependência dialética entre o espaço, o universal, e o lugar ou a região, o particular, realidades contraditórias que se divergem e, ao mesmo tempo, se convergem no contexto das metrópoles contemporâneas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABBAGNANO, Niccolas. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALFREDO, Anselmo. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte, ano 8, n. 3, p.9-40, jul. 2005.

BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *Ensaços de geografia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 160-169.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y la ciencia geografia contemporânea*. 3. ed. Barcelona: Barcanova Temas Universitatios, [1981] 1988.

CASTRO, Iná Elias. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova*, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 124, p. 1-6, 30 set. 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia de et al. (Org.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, [1993] 1997. p. 56-63.

CLAVAL, Paul. Milton Santos e o pensamento radical. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 17-35.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar (texto para discussão n° 260), maio de 2005.

DORE, Elizabeth. Teoria da dependência. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 373-374.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Landerkunde e erdkund: a região no contexto geográfico. *Revista Geosp espaço e tempo*, São Paulo, n. 8, p. 113-121, dez. 2000.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.



GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Bertha *et al.* (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 309-333.

HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999b. p. 169-190. (Coleção Geografia Cultural).

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia* [revista da pós-graduação em geografia da UFF], Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, [s.d.].

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Categorias geográficas: reflexões sobre a sua natureza. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 49-58, 2º sem. 2001.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1995] 1997.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, [1974] 1980. (Coleção Os Pensadores).

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre *et al.* (Org.). *A geografia ativa*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 279-321.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LA BLACHE, Paul Vidal. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.

LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

- LACOSTE, Yves. *A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papiros, 1989.
- LEBRUN, Gerard. Sobre a tecnofobia. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras: 2006. p. 471-494.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (Org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 219-252.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 3. ed. Paris: Anthropos, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *Materialismo dialético e sociologia*. Lisboa: Presença, [s.d.].
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991b.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lênin*. Lisboa: Moraes, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Nova Crítica, 1969b.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LENCIONI, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999b. p. 187-204.
- LIPIETZ, Alain. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade? *Espaço e debate: nova dimensão regional*, São Paulo, n. 38, 1994, p. 10-20.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LUKÀCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÀCS, Gyorgy. Tecnologia e relações sociais. In: *Bukharin teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1989. p. 41-52.
- MANDEL, Ernest. Desenvolvimento desigual. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor, 1988. p. 98-99.
- MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MELLO, Alex Fiúza de. *Capitalismo e mundialização em Marx*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil no período de 1978-1988. *Revista Geographia*, Niterói, ano 2, n. 3, p. 27-49, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia vol. 1*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PIRES, Hindenburgo Francisco. As metamorfoses tecnológicas do capitalismo no período atual. *Terra Livre-AGB*, São Paulo, n. 9, p. 57-90, jul./dez. 1991.

PRESTON, James. *All possible worlds: a history of geographical ideas*. Indianápolis: The bobbs – Merrill Company, 1972.

QUAINI, Massimo. *A construção da geografia humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1983] 1992.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RICOTTA, Lúcia. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, [1996]1997.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Terra Livre-AGB*, São Paulo, n. 9, p. 7-18, jul./dez. 1991.

- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2002b.
- SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1979b. p. 143-161.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, [1978] 2003b.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999b.
- SANTOS, Milton. Nação ativa, nação passiva: a desconstrução do território brasileiro. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 9-24, 2º sem. 2001b.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, [1978] 1979c.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994b, p. 15-20.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, p. 15-26, ago./dez. 1999.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Edusp, [1982] 2004.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, 1996b.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, [1978]1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003. p. 53-64.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: uma entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.

SANTOS, Milton. *Testamento intelectual*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAEFER, Fred. O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 7, n. 13, p. 5-37, 1977.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SORRE, Maxmilien. *El hombre en la tierra*. Barcelona: Editorial Labor S. A., 1967.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Por uma história econômica da ciência e da tecnologia. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 399-407, 2000.

TROTSKI, Leon. *A história da revolução russa vol. 1*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.